



Instituto Politécnico
de Viana do Castelo

**ASSOCIAÇÃO DE POLITÉCNICOS DO NORTE (APNOR)
INSTITUTO POLITÉCNICO DO PORTO**

GESTÃO PÚBLICA DE ÁREAS CINEGÉTICAS

Eduardo Jorge da Silva Fernandes de Jesus Ribeiro

Dissertação apresentada ao Instituto Politécnico do Porto para obtenção do Grau
de Mestre em Gestão das Organizações, Ramo de Gestão Pública

Orientada por

Professor Doutor António José Monteiro de Oliveira

Versão Final

Porto, dezembro de 2023



**ASSOCIAÇÃO DE POLITÉCNICOS DO NORTE (APNOR)
INSTITUTO POLITÉCNICO DE BRAGANÇA**

GESTÃO PÚBLICA DE ÁREAS CINEGÉTICAS

Eduardo Jorge da Silva Fernandes de Jesus Ribeiro

Dissertação apresentada ao Instituto Politécnico do Porto para obtenção do Grau de Mestre em Gestão das Organizações, Ramo de Gestão Pública

Orientada por

Professor Doutor António José Monteiro de Oliveira

Versão Final

Porto, dezembro de 2023.

Resumo

Este trabalho, Dissertação de Mestrado em Gestão das Organizações, ramo de Gestão Pública, com o tema *Gestão Pública de Áreas Cinegéticas*, tem como objetivo avaliar as relações entre o turismo e o espaço rural, com particular ênfase nas atividades do Turismo Cinegético nos territórios de baixa densidade populacional e na gestão pública das Zonas de Caça Municipais, como forma e meio para promover a sustentabilidade do ecossistema e a sua biodiversidade.

Propomos uma abordagem que caracteriza a importância das boas práticas públicas no Turismo Cinegético e a falta delas.

Por forma a obter os dados que nos permitiram concretizar o trabalho, seguimos uma abordagem pós positivista, uma estratégia quantitativa e um método de pesquisa por questionário que complementamos com triangulação. O questionário permitiu-nos perceber a relação entre os fatores caracterizadores da atividade cinegética, o turismo e as práticas de Gestão Pública a eles associados.

Fundamentado no relatório da FACE – *European Federation for Hunting and Conservation*, é possível perceber a relação entre a biodiversidade, a conservação e a perda dos recursos naturais, sendo a caça apontada no relatório como o fator/atividade equilibrador (Oltean *et al.*, 2021).

A ausência de políticas públicas consistentes e continuadas, promotoras da atividade cinegética tem contribuído para o desequilíbrio na biodiversidade, na conservação, para o abandono dos espaços rurais, sobretudo daqueles onde se verifica baixa densidade populacional (Lasanta *et al.*, 2005).

Esta ausência de Políticas Públicas tem também origem nas organizações animalistas urbanas, muito influentes nos média e organizadas em grupos políticos, que se apresentam com a *sua* versão da conservação da natureza, que confundem deliberadamente e de forma infundada com o *bem-estar animal* – a dos seus animais de estimação. Deste modo muito radical e impositivo querem proibir a Caça pois consideram-na *selvagem* e obsoleta nos dias de hoje (Bichel & Hart, 2023).

O principal objetivo deste trabalho é perceber quais as iniciativas de gestão pública, ao nível das autarquias locais, que estão e podem ser tomadas para promover a gestão pública das Áreas Cinegéticas (Oltean *et al.*, 2021).

A principal conclusão a que se chegou foi que, apesar de existirem entidades municipais publicas dedicadas e legislação que enquadra a gestão publica dos espaços e das atividades cinegéticas, estas demitem-se dessa gestão. Desprezam-se e desperdiçam-se assim, recursos económicos que, estando disponíveis, não são utilizados nem benefício próprio nem em benefício das populações locais que deviam servir. Podemos ainda constatar que tão pouco existe um acompanhamento, de gestão pública, nas situações em que a gestão deste recurso é garantida por particulares.

Palavras-chave: Atividade Cinegética, Turismo Cinegético, Gestão Pública

Abstract

This work, master's Dissertation in Management of Organizations, branch of Public Management, with the theme Public Management of Hunting Areas, aims to evaluate the relationships between tourism and rural areas, with particular emphasis on the activities of Hunting Tourism in territories of low population density and in Municipal Hunting Zones as well as promoting the sustainability of fauna and its biodiversity.

We propose an approach that characterizes the importance of good public practices in Hunting Tourism; and what characterizes their lack.

To obtain the data that allowed us to carry out the work, we followed a post-positivist approach, a quantitative strategy, and a questionnaire research method that we complemented with triangulation. The questionnaire allowed us to understand the relationship between the factors characterizing hunting activity, tourism and the Public Management practices associated with them. Based on the report by FACE – European Federation for Hunting and Conservation, it is possible to perceive the relationship between biodiversity, conservation, and the loss of natural resources, with hunting identified in the report as the balancing factor/activity.

The absence of consistent and continuous public policies that promote hunting activity has contributed to the imbalance in biodiversity, conservation, and the abandonment of rural spaces, which are already characterized by low population density.

This lack of Public Policies also has its origins in urban animalist organizations, very influential in the media and organized in political groups, which present themselves with their version of nature conservation, which they deliberately and unfoundedly confuse with animal welfare – the of your pets. In this very radical and imposing way they want to prohibit Hunting as they consider it savage and obsolete nowadays. This lack of Public Policies also has its origins in urban animalist organizations, very influential in the media and organized in political groups, which present themselves with their version of nature conservation, which they deliberately and unfoundedly confuse with animal welfare – the of your pets. In this very radical and imposing way they want to prohibit Hunting as they consider it savage and obsolete nowadays.

The main objective of this dissertation is to understand which public management initiatives, at the level of local authorities, can be taken to promote Public Management of Hunting Areas.

The main conclusions reached were that, despite there being their own entities studying hunting activities, municipalities neglect the use of this economic resource that is available and that only a small part of them use it for their own benefit and that of the local populations. Municipal representatives do not believe that they should at least monitor this activity, even when they leave the management of this resource in the hands of individuals, and they do not have the resources to develop it. Even when compared with other opinions found in the literature.

Keywords: Hunting Activity, Hunting Tourism, Public Management.

Resumen

Este trabajo, Disertación de Maestría en Gestión de Organizaciones, rama de Gestión Pública, con el tema Gestión Pública de Áreas de Caza, tiene como objetivo evaluar las relaciones entre el turismo y el medio rural, con especial énfasis en las actividades de Turismo de Caza en territorios de baja densidad poblacional. y en cotos municipales de caza, así como promover la sostenibilidad de la fauna y su biodiversidad.

Proponemos un enfoque que caracteriza la importancia de las buenas prácticas públicas en Turismo de Caza; y qué caracteriza su carencia.

Para obtener los datos que nos permitieron realizar el trabajo, seguimos un enfoque pospositivista, una estrategia cuantitativa y un método de investigación por cuestionario que complementamos con la triangulación. El cuestionario permitió comprender la relación entre los factores que caracterizan la actividad cinegética, el turismo y las prácticas de Gestión Pública asociadas a ellos.

Basado en el informe de FACE – Federación Europea para la Caza y la Conservación, es posible percibir la relación entre biodiversidad, conservación y pérdida de recursos naturales, identificando la caza en el informe como el factor/actividad de equilibrio. La ausencia de políticas públicas consistentes y continuas que promuevan la actividad cinegética ha contribuido al desequilibrio en la biodiversidad, la conservación y el abandono de los espacios rurales, que ya se caracterizan por una baja densidad poblacional.

Esta falta de Políticas Públicas también tiene su origen en organizaciones animalistas urbanas, muy influyentes en los medios de comunicación y organizadas en grupos políticos, que se presentan con su versión de la conservación de la naturaleza, que deliberada e infundadamente confunden con el bienestar animal –el de sus mascotas–. De esta manera tan radical e imponente quieren prohibir la caza porque la consideran salvaje y obsoleta hoy en día.

El principal objetivo de esta tesis es comprender qué iniciativas de gestión pública, a nivel de autoridades locales, se pueden tomar en un intento de promover la Gestión Pública de las Zonas de Caza. Las principales conclusiones a las que se llegó fueron que, a pesar de existir entidades propias que estudian las actividades cinegéticas, los municipios descuidan el aprovechamiento de este recurso económico del que disponen y que sólo una pequeña parte de ellos lo utiliza para su propio beneficio y el de las poblaciones locales. Los representantes municipales no creen que deban al menos monitorear esta actividad, aun cuando dejan en manos de particulares la gestión de este recurso, y no cuentan con los recursos para desarrollarlo. Incluso cuando se compara con otras opiniones encontradas en la literatura.

Palabras clave: Actividad cinegética, Turismo cinegético, Gestión pública.

Agradecimentos

Ao longo de todo um percurso académico, somos confrontados com várias dificuldades e desafios que nos fazem crescer como seres humanos e como profissionais.

Aprendemos a ultrapassar obstáculos, a gerir as vitórias e a aprender com as derrotas, assim, gostaria de agradecer a todos aqueles que colaboraram na realização deste meu percurso.

Quero agradecer aos meus pais, Adriano Ribeiro e Maria de Jesus, pelos valores transmitidos, pela compreensão e pelo apoio que sempre me deram ao longo desta caminhada que é a vida e pela persistência que me inculcaram para que nunca desistisse dos meus sonhos.

A minha esposa, Sofia, e filha, Inês, pelo apoio incondicional, pela presença, pelo conforto que me deram nos momentos mais difíceis, sem o qual nunca teria conseguido alcançar mais esta meta.

Ao meu Orientador da Dissertação de Mestrado, Professor Doutor António José Monteiro de Oliveira, pela dedicação, pela disponibilidade, pela amizade e, acima de tudo, pelo grande profissionalismo que sempre revelou ao longo deste trabalho, por todos os momentos que passamos juntos, pela ajuda e pela amizade demonstrada, ao longo da etapa que agora termina.

Lista de Abreviaturas e/ou Siglas

AEC – Autorizações Especiais de Caça

CBD – Convention on Biological Diversity

UE – União Europeia

FACE – European Federation for Hunting and Conservation

ICNF – Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas

IUCN – Internacional Union for Conservation of Nature

MAES – Mapping Europe's Ecosystems

NEA – National Energy Action

NEF – New Economics Foundation

PAE – Plano Anual de Exploração

TEEB – The Economics of Ecosystems and Biodiversity

ZC – Zonas de Caça

ZCA – Zona de Caça Associativa

ZCM – Zona de Caça Municipal

ZCN – Zona de Caça Nacional

ZCT – Zona de Caça Turística

Índice Geral

Índice de Figuras	xix
Introdução.....	1
1. Turismo Cinegético	3
1.1 O Turismo Cinegético como Ativo Económico	3
1.1.1 Os Recursos Naturais	5
1.1.2 Caça na Europa.....	6
1.1.3 Os Valores da Caça na Europa.....	7
1.1.4 Os Valores da Caça e dos Ecossistemas	8
1.1.5 A Gestão da Mudança.....	10
1.1.6 Mapeamento e Avaliação dos Ecossistemas.....	12
1.1.7 Agregando os Valores Associados à Caça	13
1.1.8 Uma Estrutura Analítica para a Economia da Caça.....	15
1.2 Boas Práticas no Turismo Cinegético	16
1.3 A Caça é um Direito ou um Previlégio	17
1.4 O sentimento negativo da atividade Cinegética	17
2. Caracterização da Ação Política e Gestão Cinegética	19
2.1 Ação Política e Gestão Cinegética	19
2.2 As Diferenças entre as Regiões Cinegéticas.....	21
2.3 O papel das autarquias locais na promoção do Turismo Cinegético.....	21
3. Caracterização das Zonas de Caça	25
3.1 Zonas de Caça Municipais	25
3.2 Zonas de Caça Associativa.....	25
3.3 Zonas de Caça Turísticas	25
3.4 Zonas de Caça	26
4. Questões de Investigação e Metodologia	27
4.1 Questões de Investigação	27
4.2 Metodologia.....	28
4.2.1 Metodologia de Investigação.....	28
4.2.2 As técnicas de recolha e análise de dados	28

4.2.3	Caracterização da amostra	30
5.	Apresentação, Análise Descritiva e Discussão dos Resultados	31
5.1	Análise Descritiva e Estatística Descritiva dos Dados	31
5.1.1	Triangulação dos dados – whole-of-government	52
5.1.2	Medidas de gestão pública e implementação do Turismo Cinegético	52
5.1.3	Fases de implementação do Plano Estratégico do Turismo Cinegético	54
6.	Caracterização Estatística da Amostra	55
6.1	Confiabilidade	55
6.2	Análise da correlação	56
7.	Conclusões, Limitações e Futuras Linhas de Investigação	57
	Referências Bibliográficas	61
	Apêndices	65
	Apêndice A: Questionário Gestão Pública de Áreas Cinegéticas	65
	Anexos	77
	Anexo A Calendário Venatório	77
	Anexo B Edital de Caça	78
	Anexo C Plano Anual de Exploração	79
	Anexo D Análise Correlação	80
	Anexo E Teste χ^2 de Pearson	80
	Anexo F ZCM I Região Cinegética	81

Índice de Figuras

Figura 1: A Economia dos Ecossistemas e da Biodiversidade para os Decisores Políticos Nacionais e Internacionais	9
Figura 2: A Valor Económico da Caça e dos Serviços Ecossistêmicos, adaptado do Ecossistema Nacional do Reino Unido (NEA do Reino Unido 2011).....	10
Figura 3: A Valores Agregados Associados à Caça	15
Figura 4: Zonas de Caça em Portugal?	26
Figura 5: Número total de Zonas de caça.....	26
Figura 6: Modelo Concetual da Estrutura do Design de Investigação.....	28
Figura 7: Região Cinegética onde costuma caçar?	32
Figura 8: Gênero.	32
Figura 9: Idade do caçador.	33
Figura 10: Anos como caçador?	33
Figura 11: Caça na sua área de residência?	34
Figura 12: Possui terrenos na área de caça.	34
Figura 13: Quantos dias dedica à caça por ano?	35
Figura 14: Consegue disponibilizar mais tempo para caçar?	35
Figura 15: Custo anual da caça?	36
Figura 16: Importância da carne de caça.....	36
Figura 17: Caça é importante para o seu bem estar?	37
Figura 18: Comprometido com a caça?	37
Figura 19: Caça com guias?	38
Figura 20: A caça é importante para as áreas rurais?	38
Figura 21: Turismo é uma fonte de emprego?.....	39
Figura 22: Existe ética no Turismo Cinegético?.....	39
Figura 23: O Turismo Cinegético levará a uma pior qualidade da atividade cinegética dos locais onde é realizado.	40
Figura 24: O Turismo Cinegético levará a menor abundancia de vida selvagem?	40
Figura 25: É positivo para caçadores de outros países exercerem atividade cinegética em Portugal?	41

Figura 26: É positivo para caçadores estrangeiros praticarem atividade cinegética na mesma zona de caça que tu?	41
Figura 27: Qual é a sua opinião pessoal sobre o aumento do apoio ao desenvolvimento do turismo cinegético, se as tradições locais de caça forem levadas em consideração?	42
Figura 28: Há quantos anos possui licença de caça?	42
Figura 29: Na época de 2022/2023, você caçava principalmente na sua área de residência?	43
Figura 30: Em que terrenos caçava, principalmente na época 2022/2023?	43
Figura 31: Quantos dias caçou na época 2022/2023?	44
Figura 32: Como considera o tempo dispendido para caçar?	44
Figura 33: Quanto pouparia se deixasse de caçar??.	45
Figura 34: Qual a importância da carne que caça, para o consumo de carne em sua casa?	45
Figura 35: Quanto tempo dispendeu à caça menor na época 2022/2023	46
Figura 36: É a possibilidade de caçar na sua área de residência, um dos fatores mais importantes para o seu bem-estar?	46
Figura 37: Para algumas pessoas, caçar é o mais importante da vida deles. Para os outros é um dos vários interesses. Alguns também veem isso como algo que gostam, mas não é particularmente importante. Qual é a sua opinião?	47
Figura 38: Já caçou com guia de caça em Portugal ou no estrangeiro?	47
Figura 39: A caça é muito importante para a subsistência das pessoas que vivem nos meios rurais?	48
Figura 40: Você acredita que após uma boa gestão cinegética o turismo aumentaria o número de oportunidades de emprego dentro da sua área de residência?	48
Figura 41: Como você vê a possibilidade de ganhar a vida com o turismo cinegético?	49
Figura 42: Um aumento no turismo cinegético iria levar a conflitos com os caçadores locais.	49
Figura 43: Um aumento do turismo cinegético levará a uma menor abundância de espécies cinegéticas?	50
Figura 44: Seria positivo se recebêssemos mais turistas caçadores de outros países?	50
Figura 45: Eu gostaria de receber turistas caçadores de outros países na zona onde caço.	51
Figura 46: Fases de implementação do Plano Estratégico do Turismo Cinegético.	54
Figura 47: Questionário	75
Figura 48: Calendário Venatório 2023/2024.	77
Figura 49: Edital de Caça.	78

Figura 50: PAE ZCM Vale do Leça	79
Figura 51: Análise de Correlação.....	80
Figura 52: Teste χ^2 de Pearson.....	80
Figura 53: ZCM I Região Cinegética	82

Introdução

As relações entre o turismo e o espaço rural (Pimentel *et al.*, 2015), são muito mais antigas e complexas do que a relativa juventude deste tema nos estudos académicos (Cunha & Abrantes, 2013). O turismo entendido como fenómeno social e económico justifica o interesse académico (Garcia *et al.*, 2016), e este trabalho insere-se nesse âmbito. Particularmente porque abordando o Turismo Cinegético, a sua gestão pública, as suas práticas e as suas particularidades, deve considerar e garantir importância e aceitação por parte das populações tendo em conta o seu bem-estar físico e social (Cao *et al.*, 2022).

O desenvolvimento do turismo deve pautar-se por princípios de sustentabilidade, fruição e preservação da natureza (*e.g.* Araujo *et al.*, 2020; Cunha, 2010; Damas, 2020), funcionando como uma atratividade turística na linha das *Boas práticas* (Di Minin *et al.*, 2021; Gallego *et al.*, 2013; Wood, 2002).

O objetivo deste trabalho é realçar a importância das atividades do Turismo Cinegético nos territórios de baixa densidade populacional (Araujo *et al.*, 2020; Casquinha *et al.*, 2019), e nas Zonas de Caça

Municipais (Fernandes *et al.*, 2023), bem como, promover a sustentabilidade da fauna e a sua biodiversidade (Barros, 2016; Fleurke & Trouwborst, 2014; Martin-Delgado *et al.*, 2020).

Até porque, como bem sabemos, a atividade Cinegética está a ser posta em causa em vários países no mundo, desde a Nova Zelândia e Austrália até ao País de Gales, passando por Espanha e França (e.g. Barnes, 2001; Di Minin *et al.*, 2021; Nava *et al.*, 2017; Hunt *et al.*, 2015; Oltean *et al.*, 2021).

Organizações animalistas urbanas, muito influentes e organizadas em grupos políticos, apresentam a sua versão da conservação da natureza (Bichel & Hart, 2023; Blaser, 2009), que confundem deliberadamente e de forma infundada com o *bem-estar animal* dos seus animais de estimação (Zahle, 2013; Zhengn *et al.*, 2021). Deste modo muito radical e impositivo querem proibir a Caça pois consideram-na *selvagem e obsoleta* nos nossos dias (Bichel & Hart, 2023; Blaser, 2009; Zahle, 2013; Zhengn *et al.*, 2021).

Vamos pensar e esperar que haverá uma réstia de bom senso e sentido comum na decisão política para analisar e levar em conta experiências, práticas, publicações e estudos científicos que atestem precisamente que a Atividade Cinegética, que não só é, imprescindível para o controlo populacional e sanitário de algumas espécies silvestres, como é, também, promotora da Biodiversidade e parte estrutural da Conservação da Natureza (Lasanta-Martinez *et al.*, 2005; Loureiro *et al.*, 2021; Martin-Delgado *et al.* 2022; Martins, 2019).

1. Turismo Cinegético

Neste ponto são abordados os diferentes tópicos relacionados com o turismo cinegético e as suas múltiplas dimensões.

1.1 O Turismo Cinegético como Ativo Económico

O Turismo tem sido uma atividade com muito destaque em Portugal (Gevehr *et al.*, 2020). Este pode ser muito abrangente, cobrindo um pouco todas as zonas do país e expressando-se em várias vertentes e modelos. No âmbito deste trabalho importa-nos destacar no Turismo de Natureza, no qual se podem enquadrar o Turismo Cinegético (Cunha, 2018; Pessoa *et al.*, 2022; Machado *et al.*, 2017).

O Turismo Cinegético é um conceito que se estabeleceu e em Portugal, podemos reconhecer que as regiões do Alentejo e de Trás-os-Montes são as mais relevantes (Gevehr *et al.*, 2020; Loureiro *et al.*, 2011).

O conceito de Turismo Cinegético (Cunha, 2018; Pessoa *et al.*, 2022; Machado *et al.*, 2017) caracteriza-se e define-se como o conjunto de atividades e deslocamentos turísticos realizadas por pescadores e/ou caçadores nacionais ou estrangeiros, motivados pelo interesse na prática de atividades de caça e pesca (Barros, 2016). Uma particularidade importante associada a este conceito está a consciência de sustentabilidade (Martin-Delgado *et al.* 2020; Martin-Delgado *et al.* 2022; Matilainen *et al.*, 2010; Tello *et al.*, 2015). Por outras palavras, os produtos e serviços turísticos devem assegurar o desenvolvimento destas atividades de forma sustentável e orientada para a conservação da natureza (fauna e flora silvestre) (Aráujo *et al.*, 2020; Martin-Delgado *et al.* 2022; Tello *et al.*, 2015).

As atividades cinegéticas e particularmente a caça, podem ser geridas de três formas: a partir das Zonas de Caça Municipais, Zonas de Caça Associativas e Zonas de Caça Turísticas (Santos *et al.*, 2021).

As Zonas de Caça Associativas ou Turísticas são um método mais comum no sul do país (Martins, 2019). As atividades cinegéticas têm impacto direto e indireto na hotelaria e restauração. Gastronomicamente, a caça e a pesca têm um peso bastante significativo em muitas zonas do país, uma vez que oferecem matéria-prima para a mesma e havendo historicamente um sem número de receitas associadas a espécies cinegéticas (Pessoa *et al.*, 2022; Rao *et al.*, 2022).

Este tipo de turismo tem bastante relevância em zonas pouco desenvolvidas e regiões do interior do país que não têm tantas infraestruturas e empresas que apoiem e ajudem a fazer crescer as populações e a sua qualidade de vida (Gevehr *et al.* 2020; Hunt *et al.*, 2015). Tanto em Portugal como na vizinha Espanha, temos zonas bem cotadas e reconhecidas além-fronteiras como verdadeiros pilares deste tipo de atividades e conseqüente Turismo (Gallego *et al.*, 2013; Rodriguez *et al.*, 2020). Em Portugal, temos uma cidade alentejana que é conhecida como Capital Nacional da Caça, a cidade de Mértola. Esta é uma cidade que se foi desenvolvendo em volta desse mesmo título e dos benefícios que dele advêm. Foi com este título que conseguiram dinamizar feiras e eventos temáticos apelativos a vários tipos de turistas, mas essencialmente de apreciadores de atividades cinegéticas (Hunt *et al.* 2015; Martins 2019).

Este é um tipo de atividade com exploração a cargo dos municípios, em muitas zonas e locais do país, e que por isto poderia motivar a um maior investimento por parte das câmaras, por forma a dinamizar as localidades e os negócios nas suas imediações (Pessoa *et al.*, 2022). Uma gestão cuidada de espécies e terrenos com fins cinegéticos poderia tornar muitos lugares mais recônditos do nosso país em focos de grande atração pela sua beleza intrínseca, somada a uma vocação natural para este tipo de práticas e atividades de caráter cinegético, como a caça e pesca. Acho, por tudo isto, que seria um setor bastante importante e a apostar para muitas populações do país e localidades menos desenvolvidas, como forma e oportunidade para as mesmas possam ter outras fontes de rendimentos e possibilidades de negócio em volta da restauração, hotelaria e serviços em geral (Casquinha *et al.*, 2019).

1.1.1 Os Recursos Naturais

Segundo a FACE – European Federation for Hunting and Conservation, o esgotamento da biodiversidade é uma preocupação global e também está na vanguarda da União Europeia (UE) no que respeita à conservação (Fleurke & Trouwborst, 2014; Wood, 2002, Zeng *et al.*, 2022). A perda dos recursos naturais, principalmente devido à gestão insustentável, prejudica o desenvolvimento económico e social, bem como o nosso bem-estar (Aráujo *et al.*, 2020).

Recentemente, tem-se verificado uma tendência crescente em demonstrar/mostrar o valor da natureza para a sociedade a fim de aumentar a conscientização sobre as consequências da perda de biodiversidade e informar melhor estas políticas (*e.g.* Rao *et al.*, 2022; Wang *et al.*, 2022; Zheng *et al.*, 2022). Esses estudos incluem a Stern Review, a Avaliação do Ecosistema do Milénio e a Economia dos Ecosistemas e da Biodiversidade (TEEB – The Economics of Ecosystems and Biodiversity). A recomendação do TEEB para incorporar o valor económico dos ecossistemas na tomada de decisões, faz parte das ações chave da Estratégia de Biodiversidade 2020 da UE e de acordo com Domínguez *et al.* (2016), estrutural para no declínio da biodiversidade.

Para Aráujo *et al.* (2020), o valor da biodiversidade abrange, não só, usos e práticas tradicionais como valores socioculturais. Do ponto de vista político, o significado do uso da biodiversidade é refletido na Convenção sobre Diversidade Biológica (CBD – Convention on Biological Diversity), que tem uso sustentável como seu segundo objetivo e se refere a ele em 13 dos 19 artigos substantivos. A caça, nas suas muitas formas, é um dos usos dos recursos naturais e os caçadores são fatores-chave na diversificação dos valores: económicos, sociais e ecológicos (Cao *et al.*, 2022).

Na Europa, a caça tem uma longa história e desenvolveu-se para incluir a heterogeneidade das culturas e tradições (Fleurke & Trouwborst, 2014). Embora a caça possa ser controversa em alguns círculos, é uma atividade legal em todos os países europeus e independentemente da motivação, constitui um uso de recursos naturais vivos selvagens que, pelos benefícios sociais e económicos, fornecem incentivos para que as pessoas os conservem (Fleurke & Trouwborst, 2014; Lasanta-Martinez *et al.*, 2005).

Atualmente, existem mais de 7 milhões de caçadores na Europa, tornando-se o segundo maior grupo do mundo ligado à caça formalmente organizada após os Estados Unidos da América. Os números e as densidades de caçadores variam de país para país e até mesmo de região para região, o que muitas vezes reflete culturas locais da caça, tradições, usos da terra e circunstâncias políticas (Martín *et al.*, 2020). Consequentemente, os caçadores e seus afiliados formam um grupo diversificado de diferentes quadrantes sociais e culturais e reúnem uma pluralidade e multiplicidade de percepções e valores (Bachmann *et al.*, 2020; Fleurke & Trouwborst, 2014).

Essa sociedade diversificada resvala nos seus valores da caça e biodiversidade (Bachmann *et al.*, 2020). Na sua diversidade, os caçadores estão unidos por uma *paixão* – paixão do caçador definida por Manore (2011), comum pela natureza e seu apego ao rural tradicional (Souza *et al.*, 2022). Ainda de acordo com Souza *et al.* (2022), os valores da caça podem e/ou incluem o convívio, a herança e, num contexto europeu, o bem-estar (Fleurke & Trouwborst, 2014).

No âmbito deste trabalho assumimos a definição do termo bem-estar, de acordo com New Economics Foundation (NEF), na qual o bem-estar é equiparado a um estado dinâmico entre felicidade e realização (Pessoa *et al.*, 2022). Além disso, o bem-estar dos caçadores está também relacionado com o exercício físico e a atividade ao ar livre (Bichel & Hart, 2023; Souza *et al.*, 2022).

É esta *paixão* (Manore, 2011), pela natureza e pela caça que, motiva caçadores e sociedades de caça a adotar uma abordagem proativa de conservação de espécies e de áreas cinegéticas (Oltean *et al.*, 2021). Ainda de acordo com os autores, esta abordagem proativa é concretizada em colaboração com proprietários de terras, agricultores, silvicultores e outras partes interessadas, reunindo, assim, uma ampla rede social numa coerência no nível da paisagem para a gestão da natureza (Manore, 2011).

Até o momento, não existe nenhuma estrutura com a qual se consiga avaliar os valores da caça e como eles podem ser mais bem geridos com intuito de melhorar resultados positivos. O objetivo deste relatório é, portanto, apresentar um primeiro passo em direção ao potencial desenvolvimento de uma estrutura através da qual se possa agregar e analisar os valores económicos associados à caça (Machado *et al.*, 2017 Van der Merwe, 2014). Isso poderia servir para melhorar a gestão e as decisões políticas relacionadas à caça e à conservação da biodiversidade.

1.1.2 Caça na Europa

Caça é um termo que engloba uma ampla gama de motivações e estratégias (Fleurke & Trouwborst, 2014). Em ordem para entender e enquadrar melhor a ampla gama de valores, positivos e negativos, associados à caça, vale a pena tentar brevemente distinguir entre as várias motivações. A este respeito, a caça pode ser considerada uma função de quatro motivações de interação. Estes podem ser descritos como meios de subsistência, recreativos, gestão e comerciais (Damas, 2020).

Com relação aos meios de subsistência, pode-se argumentar que não há caça mais pura do que a caça de subsistência sem qualquer impacto significativo e o termo mais apropriado é a caça para sustento. Nesta motivação, a caça encaixa-se com outras opções de sobrevivência, mas também pode fazer parte de uma aspiração para uma melhor qualidade de vida, por exemplo, consumindo produtos mais saudáveis e baratos dentro do setor privado/familiar. Este é um aspeto que se reflete muito no atual debate sobre carne de caça (Oltean *et al.*, 2021).

A caça comercial, por outro lado, assume que um nível de subsistência básico ou seguro é alcançado e que a motivação para a caça é em grande parte o lucro. Isso envolve a extração monetária direta da caça e atividades relacionadas à caça (Nava *et al.*, 2017). Estes podem ser na forma de produtos ou o ato de caçar, mas na maioria das vezes é uma combinação de ambos.

A gestão da caça é em grande parte sobre o uso da caça como uma ferramenta para ajudar a equilibrar a concorrência nos interesses sociais, ecológicos e económicos com o objetivo de manter as populações de vida selvagem e ou habitats (Matilainen *et al.*, 2010).

Finalmente, a caça recreativa é sobre caçar com base em princípios e preferências individuais em que o bem-estar é o fator mais importante (Oltean *et al.*, 2021).

Na maioria dos casos, a caça é uma busca profundamente pessoal que incorpora uma série de motivações, mas na maioria das vezes será impulsionado por uma motivação de princípio (Damas, 2020). Entendendo a caça como uma função destas motivações é um pré-requisito importante para conceituar melhor os valores da caça e como eles interagem.

1.1.3 Os Valores da Caça na Europa

No mesmo relatório da FACE, é mencionado que, independentemente da motivação, os valores da caça são bastante complexos. Em termos gerais, caçadores contribuem para todos os principais setores da economia, tanto direta quanto indiretamente (Fleurke & Trouwborst, 2014).

Por exemplo, eles compensam os agricultores por danos às culturas no setor primário, compram equipamentos do setor secundário e efetuam pagamentos de serviços de turismo no setor terciário (Hunt *et al.*, 2015). Como resultado dessa geração de valor e para sustentar a caça, uma certa quantidade de dinheiro e outros recursos também são reinvestidos na conservação e restauração de habitats e populações de vida selvagem. Dentro da UE, em 2008, foi estimado que a caça vale cerca de €16 bilhões por ano. No entanto, esse número foi estimado aumentando os gastos individuais de caçadores de vários Países da UE. Muito mais trabalho foi feito ao nível de país, embora as metodologias variem em relação à diversidade de métodos de caça de país para país. Na França, estima-se que o fluxo económico associado à caça em 1992 seja próximo ao de a indústria cinematográfica contribuindo com € 1,95 bilhão e 23.000 empregos. Pesquisas na Irlanda mostram que os caçadores contribuíram com 111,6 milhões de euros para a economia irlandesa em 2007, dos quais 80-90 por cento desse valor foram gastos em áreas rurais. Enquanto em 2014 no Reino Unido, caçadores e atiradores de tiro desportivo gastaram cerca de £2,5 bilhões em bens e serviços. Além disso, o valor agregado bruto total relacionado ao tiro desportivo é estimado em £2 bilhões (€2,6 bilhões aproximadamente).

Isso é dado pelos custos de emprego mais lucros. Estima-se ainda que de um total de 74.000 empregos equivalentes em tempo integral, 35.000 dependem diretamente do tiro desportivo. Alojamento e alimentação são as indústrias que geram a maior proporção desses empregos.

Na Itália, os custos totais anuais incorridos por 850.000 caçadores oficiais são estimados em €3,66 bilhões, e a caça e o tiro desportivo criam ainda um pouco mais de 43.000. Estes estudos a nível de país podem sugerir que a estimativa da UE do valor monetário gerado diretamente da caça, no valor de €16 bilhões por ano é provavelmente uma subestimação. Normalmente, a maior parte dessas estimativas reflete despesas diretas com caça (ou seja, despesas com equipamentos de caça, viagens, manutenção de animais de caça, licenças, impostos e troféus etc). Como resultado, eles normalmente não conseguem capturar um conjunto mais amplo de impactos incorporados nas atividades de caça. Estes incluem os impactos económicos, ambientais e culturais ligados à conservação de espécies e gestão, restauração de habitat e gestão da terra fornecida pelos caçadores. Grande parte desses custos teria de ser suportado pelos contribuintes para financiar a restauração e gestão de habitats e espécies, ou para compensar os proprietários de terras por danos causados pela vida selvagem na ausência de caça.

No Reino Unido, quase £250 milhões (€295 milhões aproximadamente) são gastos em atividades de conservação por meio de atividades ligadas à caça todos os anos. Tais atividades são trabalhosas, contabilizando cerca de 3,9 milhões dias de trabalho de conservação, equivalentes a 16.000 empregos a tempo inteiro. Na Finlândia, 40.000 caçadores participaram em atividades voluntárias de caça em 2008, que variaram de monitoração de caça e outras atividades de conservação para ajudar nos acidentes de trânsito que envolvem vida selvagem. O valor destas atividades são estimadas em €7,1 milhões. Na Grécia, uma proporção anual das contribuições dos caçadores financiam diretamente as atividades de 400 Guardas Florestais na gestão ambiental e no combate a atividades ilegais estimadas em €7 milhões por ano.

Além disso, aqueles que acompanham o caçador nas experiências de caça (não caçadores) ainda contribuem para a economia através da compra de itens diversos nos locais de caça, incluindo artesanato, restauração e alojamento (Aráujo *et al.*, 2020). No Reino Unido, por exemplo, estima-se que além daqueles que caçam, os esforços daqueles que levantam a caça selvagem e/ou recuperam animais mortos ou feridos, totalizam o equivalente a 14.000 empregos a tempo inteiro (Nava *et al.*, 2017). Além disso, em média, até 10 mochileiros participam no dia da caçada. Outros tipos de impactos positivos por caçadores e comunidades de caçadores (incluindo a família dos caçadores, amigos) incluem a promoção da cultura, patrimônio, turismo, economia local, bem-estar e voluntariado em atividades de gestão de habitat e vida selvagem dentro de áreas rurais e urbanas. Algumas dessas atividades são difíceis de medir (Matilainen *et al.*, 2010). No entanto, também deve ser reconhecido que, numa paisagem espacial e socialmente lotada, os valores positivos de um setor da sociedade (caçadores) podem implicar valores negativos para outros setores, como considerações morais ou éticas, mas também restrições aos direitos de acesso, às vezes durante certos períodos do ano (Matilainen *et al.*, 2010). Essa perspectiva, é claro, proporcionalmente aplicável a todas as atividades humanas e recreativas. Está além dos objetivos deste documento avaliar os valores e motivações para aqueles que opor-se-ão à caça e equilibrá-los contra os princípios de uma sociedade pluralista europeia. Então, enquanto se pode dizer que a caça, de uma forma ou de outra, é uma atividade legítima em todo os países da UE, os valores positivos e negativos associados à extensão, intensidade e gestão da caça também devem ser reconhecidos.

1.1.4 Os Valores da Caça e dos Ecossistemas

A seção anterior mostra que a caça gera valores de várias maneiras (Nava *et al.*, 2017). Não há dúvida que essa contribuição precisa ser reconhecida. No entanto, o que pode ser de valor para a sociedade, em geral são serviços fornecidos por ecossistemas, digamos, por exemplo, vida selvagem ou beleza intrínseca.

A Figura 1 mostra os tipos de benefícios que são fornecidos pelo ecossistema categorizado em uso e valores de não uso. Valores de uso direto são valores que podem ser estimados mais facilmente porque se relacionam para atividades comerciais ou de mercado, como pesca recreativa ou caça (Barnes, 2001).

A quantidade de despesas que os caçadores realizam para praticar a caça fornece uma estimativa de uso valores, ou seja, o valor de uso da terra gerida para fins da caça é em princípio pelo menos, igual ao somatório do valor gasto em equipamentos auxiliares, viagens, licenças, entre outros gastos (Hunt *et al.*, 2015). Mas é razoável assumir que isso realmente não engloba todos os aspetos que fazem a caça valer a pena.

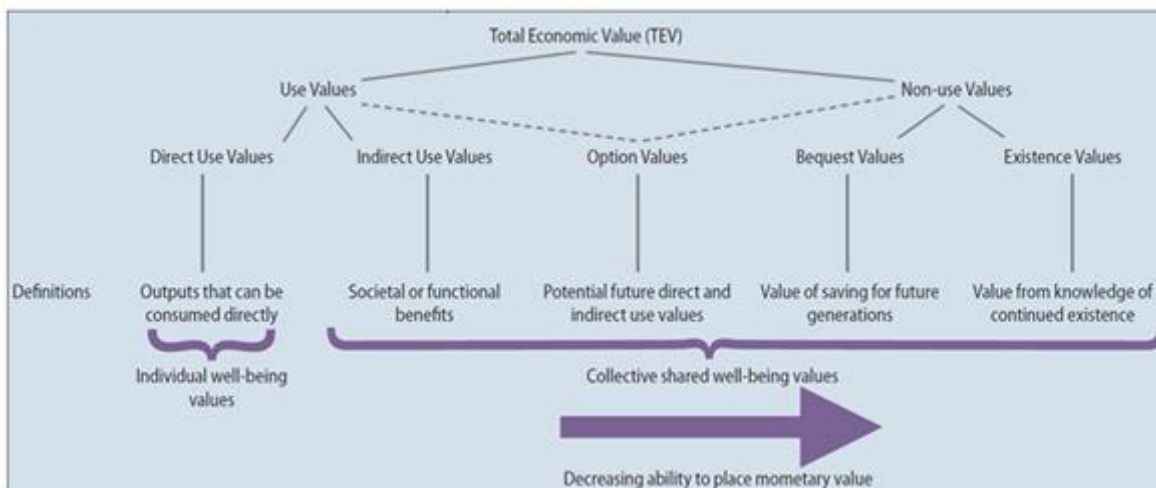


Figura 1: A Economia dos Ecossistemas e da Biodiversidade para os Decisores Políticos Nacionais e Internacionais
 Fonte: FACE

A Figura 2 mostra a estrutura conceptual que liga a prática da gestão aos ecossistemas, mudanças e bem-estar social. Claramente, a caça e as motivações para a caça são influenciadas pelos Motores de Mudanças, que por sua vez são influenciados pelo fluxo de valores.

A caça e, em particular, sua organização e gestão na Europa há muito que reconhece a importância de investir em ecossistemas para colher dividendos na forma de vida selvagem para caçar, natureza para desfrutar (Garcia *et al.*, 2016), e isso é, por si só, um motor ativo de mudança na determinação e apoio dos ecossistemas.

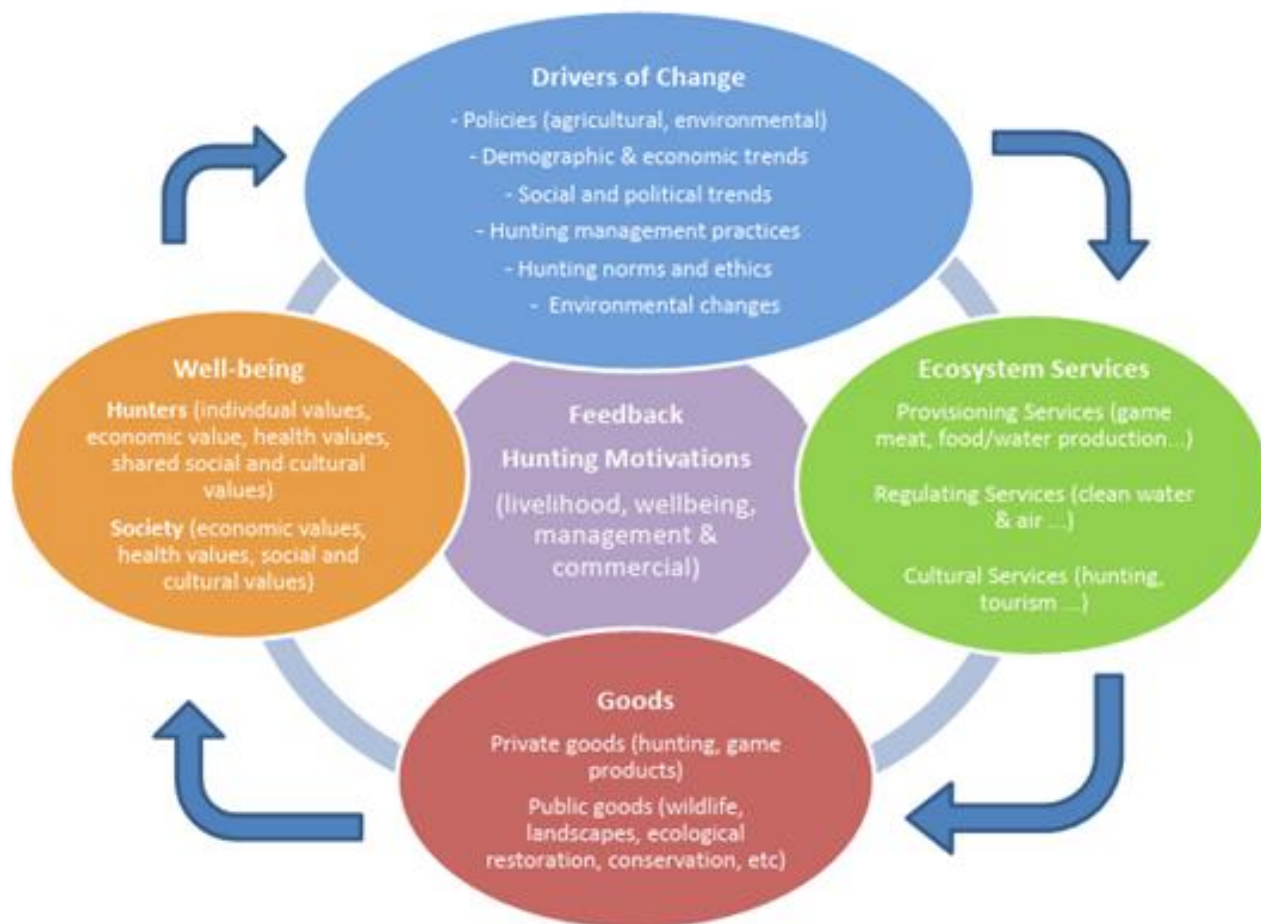


Figura 2: A Valor Económico da Caça e dos Serviços Ecossistêmicos, adaptado do Ecossistema Nacional do Reino Unido (NEA do Reino Unido 2011)
Fonte: FACE

Isso torna bastante complicado calcular os valores da caça em relação aos serviços do ecossistema como, em alguns casos, o valor do investimento em ecossistemas (por exemplo, caça ao bem-estar) pode fornecer um reflexo mais verdadeiro do valor que está sendo derivado (que se deve assumir que é maior do que o soma dos investimentos) (Martín *et al.*, 2022), enquanto no caso da caça comercial, o valor da extração deve ser maior (caso contrário, o negócio não é lucrativo). Isto nem sequer leva em conta os parâmetros temporais.

Dada essa extrema complexidade, talvez seja mais útil entender os grupos de valores que estão associados à caça e, em seguida, colocam a sua avaliação em contexto usando uma estrutura mais ampla de valores que são agregados em grupos. Isso torna-se muito mais fácil se envolver com os motores (ou barreiras) de mudança e adaptar as medidas de acordo, a fim de maximizar os valores e a integridade geral do ecossistema (Nava *et al.*, 2017).

1.1.5 A Gestão da Mudança

A mudança nos sistemas de caça é impulsionada pela interligação de fatores naturais e humanos (Zheng *et al.*, 2022), como o clima, dinâmica populacional das espécies caçadas e aspetos económicos, sociais e culturais das pessoas envolvidas. No centro da gestão dos motores da

mudança está uma compreensão geral dos componentes do sistema e seus links. Além disso, monitorizar o sistema num processo interativo visando os impulsionadores humanos e os impulsionadores naturais, é crucial para garantir a sustentabilidade (Martín *et al.*, 2022).

A avaliação de parâmetros válidos, permitindo uma estimativa realista da economia da caça, representa desafio porque, elementos como comportamento, motivação, paixão são difíceis de integrar num modelo económico (Nava *et al.*, 2017).

Como o comportamento das pessoas muitas vezes depende fortemente de incentivos económicos, sociais e culturais (Rao *et al.*, 2022), possíveis incertezas podem surgir dentro do sistema de caça recreativa. Por exemplo, a caça não regulamentada ou não declarada (ou seja, caça furtiva ou ilegal) pode tornar-se numa possível incerteza dentro do sistema de caça recreativa. Embora, em alguns casos, as tendências populacionais possam trazer uma boa visão geral, a caça ilegal e clandestina induz dificuldades para medir o quão profundamente isso afeta os ecossistemas.

Além disso, pode levar à incerteza e ao conhecimento incompleto nas estimativas de abate e tamanho da população efetiva. Consequentemente, a identificação dos motores da mudança e seu papel relativo em, por exemplo, as flutuações populacionais podem-se tornar difíceis, trazendo incerteza quando avaliado o fluxo de valores ligados à caça e aos ecossistemas (Tickle *et al.*, 2020).

A sociedade hoje exige um alto grau de responsabilidade dos cidadãos, da governança, dos grupos de interesse e das empresas. A caça, como uma atividade realizada por uma minoria de pessoas, precisa ser justificada sobre o princípio do uso sustentável de recursos renováveis. No entanto, a gestão da caça e suas práticas tradicionais também dependem de políticas que variam de país para país e também de região para região e impacto na sociedade, bem como em serviços de ecossistemas de maneiras variadas e diferentes (Fernandes *et al.*, 2023).

Por exemplo, em certos países, a estrutura legal permite que os proprietários concedam direitos de caça a um número relativamente pequeno de usuários (por exemplo, proprietários de terras e propriedades privadas na Europa, ou safáris em África). Nesses casos, uma incompatibilidade pode ocorrer à medida que alguns usuários enfrentam barreiras em uso de recursos ou acessibilidade à terra, enquanto outros podem visitar essas mesmas áreas e/ou usar recursos semelhantes (Siqueira *et al.*, 2020).

Os desafios dos conflitos entre diferentes usuários de recursos foram bem documentados em pescarias, sendo generalizadas as capturas ilegais. Ao enfrentar esse tipo de conflito, a caça também pode nem sempre ser monitorizada, ou as cotas de caça podem permanecer não preenchidas ou sobre utilizadas (Barnes, 2001).

Outro motor de mudança pode emanar, das ações resultantes das autoridades públicas ao enfrentar questões de caça furtiva, com ações diretas de implicação para algumas espécies representativas/em perigo de extinção, enquanto o abate ilegal de espécies mais comuns é levado menos a sério (Wang *et al.*, 2022).

Em qualquer situação, as atividades de caça podem contribuir diretamente para os mecanismos de aplicação da lei contra a caça furtiva e a abate ilegal (Wang *et al.*, 2022). Por exemplo, em 1969, a

Confederação de Caçadores Helênicos e associações regionais de caça da Grécia criaram o Corpo de Guarda de Caça, que é completamente financiado pelas taxas dos caçadores. Os Guardas da Caça e estes têm os mesmos direitos policiais que um funcionário do Serviço Florestal, sendo responsável pela monitorização e gestão da vida selvagem bem como controlar atividades ilegais.

Através dos diferentes exemplos, parece que os aspetos socioeconómicos precisam ser levados em conta e que o quadro completo precisa de ser entendido para gerir ecossistemas de uma maneira sustentável (por exemplo, atividades para a aplicação da lei também seriam uma variável a ser levada em consideração).

No geral, no entanto, a caça na Europa é considerada bem regulamentada por lei e praticada em relação à sustentabilidade com altos princípios éticos. Em muitos casos, são adicionados padrões éticos que são frequentemente estabelecidos por associações de caçadores locais, regionais e nacionais em relação a caça sustentável (Aráujo *et al.*, 2020).

Na maioria dos sistemas de gestão e conservação da vida selvagem, existe mais do que um objetivo (Zeng *et al.*, 2022). Por exemplo, as partes interessadas em conservação podem priorizar a conservação de um ecossistema mais amplo; gestores da vida selvagem, ou gestão sustentável das espécies de cativeiro; caçadores comerciais, ou caçadores recreativos, ou a sua experiência e acesso à carne de qualidade ecológica.

Assim, é improvável que a estratégia tradicional de otimização em relação aos objetivos de uma única parte interessada produza consenso sobre abordagens de gestão (Angwin *et al.*, 2019). Recentemente, houve propostas para estender a estrutura para incluir benefícios mais realistas entre socioeconómico e o ecológico, sustentabilidade através da incorporação explícita da tomada de decisão dos usuários dos recursos com entendimentos da dinâmica ecológica do sistema. Isso sugere que um próximo passo crucial na gestão da vida selvagem será recolher dados sobre os vários motores sociais e ecológicos dos sistemas de caça. Essas informações podem então ser usadas no plano adaptativo de gestão para promover a gestão sustentável da vida selvagem por meio do monitoramento dos indicadores económicos, sociais e ecológicos de mudança (Aráujo *et al.*, 2020). Isso permite que os gerentes atualizem decisões para tornar os sistemas de caça socioeconómica e ecologicamente sustentáveis.

1.1.6 Mapeamento e Avaliação dos Ecossistemas

Como parte de seu compromisso com as Metas de Aichi e sob a Ação 5 da Biodiversidade da UE Estratégia para 2020, os Estados-Membros são chamados a mapear e avaliar o estado de seus ecossistemas e seus serviços.

A este respeito, a Comissão Europeia estabeleceu um grupo de trabalho sobre o Mapeamento e Avaliação dos Ecossistemas (MAES), que produziu “*uma estrutura analítica para o ecossistema avaliações sob a Ação 5 da Estratégia de Biodiversidade da UE até 2020*” (pg.20). Este documento de discussão descreve uma estrutura para realizar a avaliação de vários ecossistemas, de acordo com o padrão internacional e metodologias sendo seguidos sobre outros processos semelhantes (Domínguez *et al.*, 2016). Este trabalho forma uma parte integrante da definição de uma linha de

base para segmentação e garantia de ações para cumprir a Meta 2 (a manutenção e recuperação dos ecossistemas), mas também na criação de links para outros alvos.

Como parte disso, o grupo de trabalho MAES concentrar-se-á em seis aspetos. Isso inclui um foco em como os relatórios sob as Diretivas da Natureza (Artº 12 e 17, Relatório da Comissão ao Conselho e ao Parlamento Europeu) podem servir para avaliar a condição do ecossistema.

Além disso, um aspeto geral explorará a possibilidade de valorizar o capital natural. No entanto, o foco será em quatro estudos-piloto para mapear quatro ecossistemas (Agricultura, Floresta, Água Doce e Marítima) e seus serviços.

A caça é um aspeto que atravessa vários ecossistemas e, por definição, deriva de serviços culturais e de aprovisionamento dos ecossistemas em que é realizado (Machado *et al.*, 2017). Com mais 7 milhões de caçadores na Europa, sem mencionar a multidão de apoiantes de caça, esses valores são provavelmente bastante significativo, justificando assim o exame.

No entanto, também é importante reconhecer que a caça é uma das atividades mais regulamentadas na Europa (formal e informalmente) e parte disso requer a gestão de ecossistemas com ações a serem realizadas. Além disso, há um investimento voluntário adicional significativo em ecossistemas, porque os caçadores, há muito reconhecem a necessidade de administração. Este investimento em ecossistemas é importante para mapear não só porque ajuda a gerar mais valor preciso do serviço (Di Minin *et al.*, 2021), mas também porque pode ajudar a atender a outras Metas e Ações no âmbito da Estratégia de Biodiversidade da UE até 2020.

Para fazer alguma contribuição para o processo MAES, será necessário agregar e alocar valores associados à caça nas categorias apropriadas. Estes então precisarão ser divididos entre vários ecossistemas em análise. Para isso, as metodologias apropriadas terão a ser acordadas.

1.1.7 Agregando os Valores Associados à Caça

A caça gera um grande conjunto de valores em todos os setores da economia por meio diretos ou indiretos (Hunt *et al.*, 2015). Estes são amplamente demonstrados na Figura 3, que agrupa os valores associados da caça o mais amplamente possível. Em geral, serviços de qualquer espécie ou de ecossistemas definidos (Agricultura, Florestal, Água Doce, Marinha entre outros) dão origem à caça de uma forma ou de outra.

Para que isso ocorra, um grau variável de despesa direta deve ser realizado para permitir que a caça ocorra, dando origem a produtos de caça, receitas de caça (para operadores comerciais) e bem-estar. O bem-estar inclui um grau de bens e serviços públicos (seta laranja) que surgem da caça e da gestão da caça.

Como dito anteriormente, para garantir que os serviços possam ser extraídos, é comum para os caçadores e fornecedores de caça realizar investimentos no ecossistema, além dos gastos diretos que eles necessitam fazer. É preciso tomar cuidado em relação à natureza desses investimentos e quaisquer elementos podem ser capturados sob despesas diretas. Finalmente, o tamanho, a

qualidade, a disponibilidade e a acessibilidade dos ecossistemas aos caçadores são determinados pelos vários impulsionadores da mudança (Hunt *et al.*, 2015).

Esses valores também podem ser amplamente divididos em valores a montante (ou seja, criando/ativando a caça atividades) e valores a jusante (ou seja, que saem das atividades de caça) e qualquer um dos conjuntos pode ser usado para avaliar o ecossistema. É importante notar que os bens públicos e os serviços devem ser adicionados aos valores a montante e a jusante (Nava *et al.*, 2017). A escolha do cálculo vai depender da motivação para a caça e, claro, dos dados disponíveis.

No entanto, no caso da caça recreativa, como é o caso na Europa, e para o propósito disso estrutura conceitual, é útil considerar a motivação primária como bem-estar.

Neste contexto e em relação à Figura 3, deve-se considerar que as somas dos valores a jusante são iguais ou maiores que a soma dos valores a montante, ou então os caçadores não estariam motivados a caçar. Essa suposição, é claro, depende das respectivas situações sabendo que, em alguns países, os modelos de caça podem ser mais associativos do que comerciais. Como consequência, as despesas ou receitas diretas, sendo menos competitivas, poderiam potencialmente levar a uma subestimação dos valores a montante, como o bem-estar (Nava *et al.*, 2017).

O termo bem-estar, é claro, debatido, mas, neste caso, vale a pena usar a definição colocada adiante pela New Economics Foundation, na qual o bem-estar é equiparado a um estado dinâmico entre felicidade e realização: *“Este é um estado dinâmico, no qual o indivíduo é capaz para desenvolver seu potencial, trabalhar de forma produtiva e criativa, construir forte e positivos relacionamentos com os outros e contribuir para a comunidade deles. É aprimorado quando um indivíduo é capaz de cumprir seus objetivos pessoais e sociais e alcançar um senso de propósito na sociedade”* (Rath & Harter, 2010, *sp*).

Importante é reconhecer o papel do bem-estar nas atividades da caça, particularmente no contexto da caça na Europa (Oltean *et al.*, 2021). Através dessa pesquisa, os caçadores obtêm vários benefícios impulsionados em grande parte por sua imersão na natureza e suas interações com a vida selvagem e outros caçadores (García *et al.*, 2016). O bem-estar e os ganhos experimentados pelos caçadores garantem que, como um todo, os caçadores reinvestam na natureza numa imensa variedade de maneiras. Eles contribuem para os diferentes setores e reinvestem tempo, esforço e dinheiro em atividades de conservação (como monitorização, gestão de população/habitat) não apenas para a sustentabilidade da caça, mas para manter o patrimônio natural da Europa. Dessa perspectiva, bem-estar, pode ser considerado como uma pedra angular e o principal impulsionador ao avaliar todos os valores ligados à economia da caça.

Além disso, reconhecer o bem-estar como a principal motivação para a caça na Europa está em linha com o processo MAES da Comissão da UE e o processo TEEB mais global, que são tentando avaliar o significado dos ecossistemas, como o aspeto cultural, incluindo as interações físicas, intelectuais, espirituais e simbólicas com a biota, ecossistemas e terras (Pessoa *et al.*, 2022).

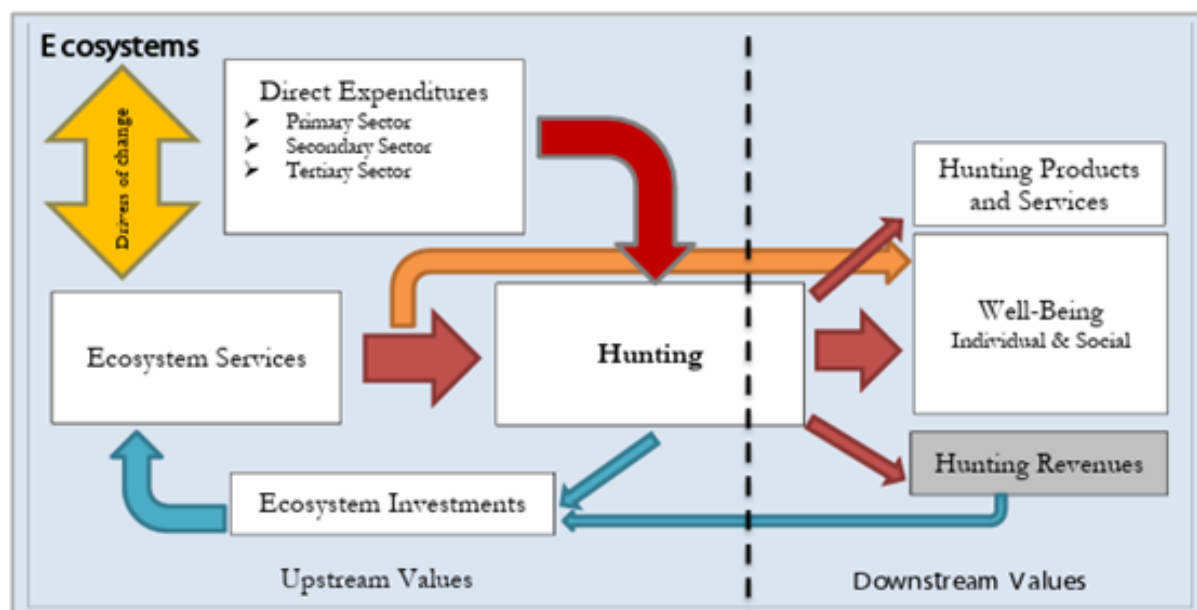


Figura 3: A Valores Agregados Associados à Caça
Fonte:FACE

Não obstante a ampla divisão entre os valores a montante e a jusante, pode ser que, num cenário europeu e para estimativas económicas baseadas em valores a montante, os subprodutos que surgem do uso dos animais caçados, principalmente a carne de caça, poderia indiscutivelmente ser visto como valores adicionais (Oltean *et al.*, 2021). Neste contexto, a maioria dos benefícios dos subprodutos da caça, na maioria casos, não se acumulam para o caçador, mas sim para revendedores e consumidores a jusante.

Portanto, em alguns casos, os valores extraídos pelo caçador serão usados fora do custo configuração e pode ser razoável considerar esses valores a jusante como sendo adicionais aos valores a montante.

1.1.8 Uma Estrutura Analítica para a Economia da Caça

A médio prazo, é de interesse avaliar os valores a montante e a jusante associados com caça, a fim de fornecer informações para o Mapeamento e Avaliação dos Ecossistemas e também para a manutenção de ecossistemas (Domínguez *et al.*, 2016). Isso provavelmente pode ser alcançado, procurando as preferências do caçador através do uso de estudos e dados existentes para estabelecer e extrapolar os valores (Mtilainen *et al.*, 2010). No entanto, a longo prazo, os valores de uso decorrentes da caça precisariam ser comparados com valores de uso decorrentes de atividades concorrentes. Isso implica identificar se o mercado recebe o valor total das diferentes atividades. No caso da caça, isso significa estimar as funções de utilidade dos caçadores que incluem a vontade de pagar menos pelos aspetos tangíveis como convívio, tradição, entre outros. Estes são os valores de uso indireto da terra sujeita a avaliação (Hunt *et al.*, 2015).

Diferentes práticas de gestão de território afetam os valores de não uso dos ecossistemas, por exemplo, o nível de biodiversidade e o valor intrínseco dos ecossistemas (Tickle *et al.*, 2020). As

mudanças no nível biodiversidade associada a diferentes formas de tratar a terra precisa ser pesquisada e depois valorizada.

Uma estrutura multidisciplinar para estudar a contribuição da caça para o valor económico total de ecossistemas exigiriam:

1. estabelecer como os ecossistemas afetam a caça? (Quais ferramentas ajudam?)
2. estabelecer como a caça apoia e depende dos serviços dos ecossistemas?
3. estimativas das mudanças nos valores de uso da terra sujeita a diferentes práticas de gestão, incluindo valores de uso indireto que podem não ser capturados por transações de mercado;
4. estimativas das mudanças na biodiversidade e na beleza cênica provocadas pela caça, agricultura, silvicultura e conservação.
5. comparações entre a caça e outras práticas de trabalhar a terra na Europa: agricultura, silvicultura e conservação;
6. estabelecer as restrições de conhecimento sobre a contribuição da caça para o ecossistema serviços, que afetam a tomada de decisões.

Existe um potencial enorme (Cunha, 2008) e isso vê-se até por comparação com outros países, como Espanha, em que se faz um reconhecimento da realidade e do recurso da caça. É um setor que devia ser aproveitado não só pela coesão territorial, sendo desígnio nacional combater a desertificação, com pessoas que valorizem esses territórios, mas também para aproveitar um recurso subexplorado (Machado *et al.*, 2017; Van der Merwe, 2014). Tendo nós tantas dificuldades económicas, não faz sentido que não tiremos partido deste recurso muito significativo.

1.2 Boas Práticas no Turismo Cinegético

As boas práticas no Turismo Cinegético refletem-se no caçador, na sua atividade enquanto caçador e em toda a ação desenvolvida antes, durante e após a jornada de caça (Tickle & von Essen, 2020).

As jornadas de caça são nos dias de hoje, principalmente nas zonas de caça municipais, difíceis de programar, exigem a atualização das regras por parte do caçador relativamente ao local onde pretende realizar o seu ato cinegético e na maior parte dos casos requer uma inscrição previa muito antes da jornada de caça acontecer.

No entanto é essa antecedência que permite ao gestor público pensar e programar as próximas épocas de caça com a antecedência necessária para se realizar um bom Plano Anual de Exploração.

Por norma os PAE ditam as regras das jornadas de caça da época seguinte e em regra não refletem o pensamento da realidade económica e institucional, que permitam a junção de outros intervenientes locais, caso queiram juntar as atividades cinegéticas a outros eventos locais.

O Turismo Cinegético por si só, já reflete a diferença entre instituições que valorizam ou não esta atividade (Hunt *et al.*, 2015), uma vez que com as mesmas regras e leis, são variadas as formas de atuação para o mesmo ativo económico. Os mais organizados são capazes de aliar vários

intervenientes económicos no mesmo produto e recolher vantagens significativas para o território, no caso do tecido empresarial local e doméstico a importância do escoamento dos produtos que produzem durante o ano, só se consegue na época de caça, na altura das jornadas de caça, nas visitas efetuadas por caçadores, em época baixa ou de grande sazonalidade, em suma, a valorização do território consegue-se através da sinergia causada pelo Turismo Cinegético (Barros, 2016).

1.3 A Caça é um Direito ou um Privilégio

Aquilo que relaciona o direito da caça ou o seu privilégio, está regulamentado na Lei de Bases Gerais da Caça. De acordo com o estipulado na lei, art.º 3 alínea f) da Lei de Bases Gerais da Caça, “*Dentro dos limites da lei, todos têm a faculdade de caçar...*”, no entanto, esse direito designado por lei, não é extensível a todos, isto porque ainda há quem considere um privilégio realizar o exercício da caça.

A lei define os princípios gerais da atividade cinegética e as suas normas, no entanto não prevê qualquer tipo de medida para tornar esta atividade em um não privilégio e possa realmente ser exercida por todos.

A atividade cinegética de hoje, tornou-se numa atividade em que é necessário despende de valores monetários consideráveis para a realizar, além dos problemas burocráticos existentes, é necessário também gastar algum dinheiro para concretizar uma jornada de caça, desde a obtenção das AEC, as licenças de caça, as armas, as licenças para possuir armas, munições, o equipamento individual, as deslocações, o alojamento, a alimentação, os cães de caça, etc...e assim, e para quem não está por dentro da temática acha que a atividade cinegética não está ao alcance de todos, apenas para alguns privilegiados (Matilainen & Keskinarkaus, 2010).

A falta de investimento por parte do estado nesta matéria originou que nos últimos anos, milhares de caçadores entregassem as suas armas e deixassem de exercer atividades cinegéticas, tudo isto porque as atividades cinegéticas são mal vistas neste momento, potencializando a que nada se faça no futuro próximo (Tickle & von Essen, 2020).

1.4 O sentimento negativo da atividade Cinegética

A relação entre o Homem e a Natureza têm-se degradado ao longo dos tempos, a tecnologia apoderou-se da atenção do homem e às atividades outdoor perderam protagonismo (Tickle *et al.*, 2020).

O facilitismo para encontrar outros pontos de interesse, ajudou a que o homem dedique mais tempo a outras tarefas, deixando a caça apenas para hobby.

No entanto, e em boa verdade, quem mais perdeu com estas distrações foram as pessoas (Bichel & Hart, 2023), que, por falta de conhecimento ou por procurarem outro tipo de atividades, deixaram que a natureza tomasse o seu rumo, completamente desnordeado (Tickle & von Essen, 2020).

Em certas regiões do nosso país, durante muitos anos, nunca foi necessário intervir para que houvesse riqueza de espécies cinegéticas, tudo se conjugava para que os animais de caça se reproduzissem ano após ano.

Porém, hoje, com as alterações climáticas e agrícolas, as diferentes formas de semear e colher, utilizando outras sementes e processos, novas e estranhas culturas vizinhas, a exploração pecuária, o crescimento desmesurado de outras espécies predadoras do ecossistema, torna-se necessário intervir e ajudar mitigando estes fatores se queremos dar continuidade às nossas espécies de caça (Zeng *et al.*, 2022).

É muito importante não ficarmos reféns e apenas tentarmos defender-nos dos ataques animalistas, pois estes, fazem tudo, para continuamente e sem fundamentos académicos denegrirem a imagem desta atividade que é a caça. Podemos e devemos, através da demonstração das nossas boas práticas, sustentar com consistência a credibilidade e a necessidade da nossa ação na Conservação da Natureza e, rebater assim com facilidade as suas teorias sem absolutamente qualquer sustentação científica.

Alguns autores defendem que atividade generalizada de caça recreativa é proposta como um meio de conservar a natureza e apoiar os meios de subsistência, no entanto, tem estado sob crescente escrutínio baseado em preocupações éticas e nos argumentos de que pode ameaçar as espécies e não contribuir significativamente para os meios de subsistência locais (Di Minin *et al.*, 2021).

Em Portugal, os programas de recuperação do Lince Ibérico são um exemplo com a recuperação da espécie (Loureiro *et al.*, 2011). Segundo a LPN (Liga Para a Proteção da Natureza) o Lince-Ibérico fazia parte da Lista Vermelha da UICN (União International para a Conservação da Natureza) como espécie criticamente em Perigo de extinção. Agora a situação é mais favorável e apesar de manter o estatuto de ameaça mais elevado em Portugal, o Lince-Ibérico encontra-se no caminho da recuperação, em território cinegético, onde a gestão pública funciona.

2. Caracterização da Ação Política e Gestão Cinegética

Neste ponto é analisada a Ação Política e Gestão Cinegética em Portugal. A abordagem destes temas tem como objetivo contextualizar e caracterizar a situação atual em Portugal.

2.1 Ação Política e Gestão Cinegética

Os decisores políticos são os principais gestores cinegéticos das ZCM geridas pelos municípios ou por associações de caçadores, conforme anexo F, ouvem diretamente o concelho cinegético, as associações de caçadores locais e todos os outros intervenientes locais que fazem parte ativa da gestão cinegética. No caso do anexo F, o número total de ZCM na I Região é de 299, a tabela apenas reflete uma amostra de 66, das quais 3 estão sobre a gestão Municipal e as restantes são geridas por associações de caçadores ou outras coletividades.

No caso de Armamar, o principal decisor político e gestor cinegético é o Sr. ^o Presidente da Câmara, que pelo seu papel de decisor, tem grande dificuldade em optar pelo ativo económico que mais beneficia o seu território, *As maçãs de alta montanha*, produto frutícola com altíssimo valor patrimonial e económico ou optar por desenvolver o turismo cinegético, uma vez que o seu território

possui condições diferenciadoras das restantes ZCM e atrai no inverno um considerável número de caçadores interessados nas AEC.

Como sabemos, os recursos cinegéticos constituem um património natural renovável, suscetível de uma gestão otimizada e de um uso racional, conducentes a uma produção sustentada, no respeito pelos princípios da conservação da natureza e dos equilíbrios biológicos, em harmonia com as restantes formas de exploração da terra (Wood, 2002).

A exploração ordenada dos recursos cinegéticos, através do exercício da caça, constitui um fator de riqueza nacional, de desenvolvimento regional e local, de apoio e valorização do mundo rural (Pimentel *et al.*, 2015), podendo constituir um uso dominante em terrenos marginais para a floresta e agricultura (Matilainen & Keskinarkaus, 2010).

O ativo cinegético não prejudica a principal cultura de Armamar, que são as maçãs, pelo contrário, a atividade cinegética exercida em época baixa, ajuda a reduzir a sazonalidade económica, além de potenciar os negócios locais proporcionando novos negócios que não aconteciam se não fosse pela visita ao território por razões cinegéticas.

O escoamento dos produtos endógenos do território pelos restaurantes, padarias, mercearias, casas de fumeiro, negócios locais e cafés acontecem semanalmente, revitalizando o setor primário e as suas gentes, lembrando ainda que este fenómeno acontece entre outubro e final de dezembro, na abertura da caça geral e em janeiro e fevereiro na caça as aves migratórias de inverno.

O que quero referir é que as atividades são complementares, geradoras de riqueza e que valorizam o território, tanto pelo cultivo das maçãs como pela exploração cinegética (Wood, 2002).

No entanto é normal existir a indiferença quanto à atividade cinegética e o seu potencial económico.

No caso particular de Armamar, na época de caça 2022/2023, foi realizado um edital com data de 19 de setembro de 2022, conforme Anexo B, e que ainda se encontra em vigor, que obriga o levantamento da AEC no dia útil anterior à data da AEC, ou seja, os caçadores que queiram caçar no Domingo, teriam de se deslocar na sexta-feira anterior à Câmara Municipal, durante o horário de expediente, mostrar a carta de caçador em mão, e levantar a AEC. Esta atitude, originou que os caçadores que não são da região, procurassem outras ZC que lhes oferecesse outros métodos de aquisição de AEC's.

Este edital, foi supostamente realizado numa tentativa de melhoria de procedimentos para a aquisição das AEC's, no entanto, a medida não conseguiu prever, a jusante, o problema que estava a causar. Para os caçadores, apenas mudaram de ZCM, mas os negócios locais ficaram prejudicados na medida em que houve uma redução significativa de AEC que ficaram por emitir e a economia local ressentiu-se, estagnando durante o inverno.

Também na Câmara Municipal da Maia, as atividades cinegéticas são desconsideradas pelo município, uma vez que o território cinegético existente é gerido pela Associação de Caçadores do Vale do Leça, que pertence a um concelho vizinho. Aqui, pela falta de conhecimento ou por inércia, a desvalorização do ativo económico é uma realidade.

Nestes dois exemplos de práticas públicas, ou a falta delas, e que nestes casos seria apenas ouvir os concelhos cinegéticos das referidas ZCM, percebemos o que faz falta realizar (Santos *et al.*, 2021).

2.2 As Diferenças entre as Regiões Cinegéticas

A grande diferença entre as regiões cinegéticas de Portugal é baseada em suposições, ou de território, ou de meteorologia ou de latitudes, etc...que na verdade influenciam a forma de ver a caça. Como sabemos as atividades cinegéticas são aliadas do esforço físico inerente à atividade de caçar, as diferenças orográficas do nosso território são imensas, o que permitem ao caçador criar as diferenças entre territórios.

No entanto, as diferenças de gestão cinegética não existem entre regiões, o que difere na minha opinião é existir ou não boas práticas que conduzam à utilização do território para o fim cinegético (Zahle, 2013).

É importante realçar que em Portugal existem dois municípios que se intitulam Capital da Caça, o Município de Mértola e o Município de Macedo de Cavaleiros, distanciados por umas centenas de quilómetros e com territórios completamente distintos. Mértola no coração das planícies alentejanas e Macedo de Cavaleiros no coração das suas montanhas em Trás-os-Montes e a única coisa em comum é a caça, que pelo que sabemos, é o principal ativo económico durante o inverno e no decorrer das épocas de caça.

Assim, é seguro afirmar que as grandes diferenças estão entre existir ou não uma forma de garantir que o turismo cinegético é realmente importante na valorização do território (Wood, 2002).

Enquanto isso, as diferenças entre os nossos vizinhos espanhóis, que trabalham o Turismo Cinegético há largos anos em todas as regiões, nada tem a ver com o território, mas sim com a forma de olhar para o ativo económico que é a caça (Amalia Yunia Rahmawati, 2020).

2.3 O papel das autarquias locais na promoção do Turismo Cinegético

O papel das autarquias é fundamentalmente gerir os ativos económicos do município e proteger o Turismo Cinegético (Barros, 2016), e potenciar o seu valor económico. Perceber e explicar (ações de sensibilização) as suas vantagens e desvantagens (Hunt *et al.*, 2015) e, deste modo, decidir em consciência qual a sua utilização futura.

Estas ações de sensibilização já se encontram legisladas através da alínea s) do número 2 do artigo 38º da Lei de Bases Gerais da Caça, no entanto a sua aplicação tem sido ineficaz ou inexistente, a falta de controlo dos intervenientes do estado originou um abandono geral destas práticas e que hoje se refletem na maioria das ZCM. O exercício da atividade venatória tem sido realizado de forma irresponsável ao longo dos últimos anos pelo facto de o estado se demitir das suas responsabilidades como órgão máximo de soberania (Fernandes *et al.*, 2023).

O estado deveria ser o principal controlador destas matérias (Tello-Leyva *et al.*, 2015) uma vez que a falta de ativos económicos são o principal fator de abandono dos territórios de baixa densidade (Lasanta *et al.*, 2005), a não intervenção das autarquias ou o seu não controlo origina que este ativo seja desvalorizado, e não trabalhado, não se consegue obter os resultados pretendidos (Wood, 2002).

É da maior importância uma reviravolta sobre a forma como os gestores públicos olham para esta matéria (Damas 2020; Domingez & Castréjon, 2016; Rodriguez *et al.*, 2020), para que, de forma abrangente, se consiga mostrar as potencialidades de todos os territórios passíveis de se exercer atividades cinegéticas (Casquinha *et al.*, 2019).

A maioria dos temas abordados neste trabalho, está alinhado com os princípios da Carta Europeia sobre a Caça e Biodiversidade da Convenção de Berna (Council of Europe, 1982).

Esta Carta Europeia é baseada nos acordos da Convenção de Berna sobre Diversidade Biológica. São os Princípios e Diretrizes de Adis Abeba para o uso sustentável da biodiversidade e a abordagem de conservação dos ecossistemas – Princípios do Malawi.

A Carta Europeia sobre Caça e Biodiversidade, a Convenção de Berna, os Princípios do Malawi e as Diretrizes de Adis Abeba são estruturadas e validadas pela IUCN – *International Union for Conservation of Nature*, a autoridade máxima relativamente à conservação de natureza e ecossistemas naturais. Esta é a razão pela qual podemos afirmar que a Carta Europeia sobre Caça e Biodiversidade é, ou devia ser, a base para estruturar

Isto é dar credibilidade Conservacionista e Legal à Atividade Cinegética, estes princípios foram adotados porque eles estão alinhados com a com os Princípios de Malawi e Adis Abeba e que, por sua vez, são apoiados pela IUCN que é a Autoridade Global sobre o estado do Mundo Natural.

A Atividade Cinegética, deve apoiar-se na informação e formação (Gallego *et al.*, 2013; Oltean & Gabor, 2021), e revigorar-se pela adoção de boas práticas (Tickle & von Essen, 2020).

Para que a Atividade Cinegética se possa praticar, a Gestão da Caça tem de se basear numa mistura de tradição e conhecimento (Oltean & Gabor, 2021). Na tradição porque esta não se pode perder, no conhecimento empírico e tradicional, mas também e, fundamentalmente, no conhecimento científico (Hunt, *et al.*, 2015; Machado *et al.*, 2017).

Deste modo, cabe aos órgãos de governação competentes o lançamento da discussão, para garantir que algo de importante se faça. A procura de novos mercados no exterior é realizada diariamente nas autarquias, fomentada por *visitas de Estado*, a participação em feiras e certames nacionais e internacionais. Procuram freneticamente comunicar o que melhor produzem, trabalho esse que requer uma aposta dos decisores políticos e que pode ou não trazer resultados de forma imediata, aqui a aposta nos resultados a longo prazo é mais certa (Wood, 2002).

No que se relaciona ao Turismo Cinegético a forma de trabalhar é similar, tem de haver uma aposta da parte dos decisores políticos para realizar e participar em feiras e certames de forma a garantir que os intervenientes locais se apercebam da importância deste ativo económico (Matilainen &

Keskinarkaus, 2010). Os resultados a longo prazo também são mais certos, uma vez que o público que procura o Turismo cinegético necessita de ver alterações nas ZC e essas só se conseguem com mudanças de gestão cinegéticas de forma a aumentar os exemplares efetivos das espécies cinegéticas e atrair mais público.

Este aumento de efetivos cinegéticos transformara qualquer zona de caça, e de forma sustentável, consegue manter níveis de atividade que ajudem a fomentar todos os produtos estratégicos da região, passando pelos visitantes do dia, aos turistas que pernoitam e também aqueles que procuram produtos locais, relacionados com a terra (Barnes, 2001).

3. Caracterização das Zonas de Caça

Neste campo vamos caracterizar as zonas de caça e fazer uma breve análise quanto ao seu número

3.1 Zonas de Caça Municipais (ZCM)

Nos casos das Zonas de Caça Municipais, a gestão é realizada, pelo clube de caçadores da região ou pelo município, no caso do norte, onde são mais frequentes, os municípios preferem deixar a tarefa a cargo de alguém e o pagamento é realizado por dia de caça através da cedência das AEC.

3.2 Zonas de Caça Associativa (ZCA)

As Zonas de Caça Associativa são por regra geridas pelos associados, e o pagamento da atividade cinegética é feita através de cotas e não pela caça abatida como sucede nas ZCT

3.3 Zonas de Caça Turísticas (ZCT)

Estas Zonas de caça são caracterizadas pelo facto do caçador pagar a caça em função do número de espécies abatidas, normalmente estas zonas de caça sofrem de uma gestão particular e podem incluir alojamento e outro tipo de serviços.

3.4 Zonas de Caça

Nos dias que correm, o território português está dividido em duas grandes classes de terrenos, os Não Ordenados, terrenos onde a realização do ato venatório não carece de nenhuma autorização, apenas o cumprimento do calendário venatório (Anexo A), e os terrenos não possuem nenhuma intervenção de gestão relacionada com a caça. Os Terrenos Ordenados por sua vez, são geridos pelos responsáveis das zonas de caça respetivas e do qual carecem de algumas regras para poder exercer o ato venatório.

Do Terreno ordenado constam as ZCM, as ZCA as ZCT e as ZCN e por aqui conseguimos ver, tal como consta da figura 4, que as ZCA se representam em maior número, seguido das ZCT com 1772.

Zonas de Caça	
Tipologia	Total
Zonas de Caça Municipal	1055
Zonas de caça Associativa	3218
Zona de caça Turística	1772
Zona de Caça Nacional	3
Total de Zonas de Caça	6048

Figura 4: Zonas de Caça em Portugal?
Fonte: ICNF.

Do gráfico apresentado na figura 5 podemos fazer algumas análises, desde logo que a maioria das ZC estão entregues às associativas e logo de seguida são as ZCT, associadas possuem 4990 reservas de caça e é com este número que confirmamos o pretendemos dizer, o estado demitiu-se das suas responsabilidades e deixou, ao cargo dos caçadores a gestão cinegética.

No caso das ZCM o cenário é o mesmo uma vez que na maioria são geridas por pessoas locais, muitas delas desconhecedoras do potencial económico que lhes caiu nas mãos.

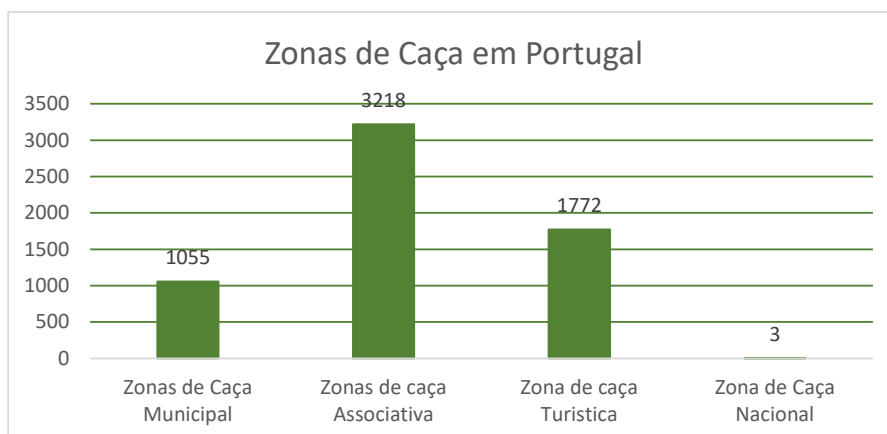


Figura 5: Número total de Zonas de caça
Fonte: ICNF.

4. Questões de Investigação e Metodologia

4.1 Questões de Investigação

O estudo empírico desenvolvido neste trabalho não assenta tanto na verificação de hipóteses da teoria que o suporta, mas sim na descoberta de outra(s) teoria(s) que complementem o enquadramento teórico (Creswell, 2014; Lessard-Hébert, Goyette e Boutin, as cited in Silva, 2006). Tal deve-se ao facto de que, pese embora existam vários trabalhos sobre a abstenção, não se encontrou um que relacionasse a abstenção com os municípios. Como tal, propusemo-nos nós a fazer este trabalho de investigação junto dos municípios portugueses. Nesta investigação existe, sim, um conjunto de hipóteses que foram testadas e cuja base surgiu da literatura, contudo, surgiram novas questões com as quais se formulou as hipóteses a testar. Desta forma apresenta-se, de seguida, o conjunto de hipóteses que se pretende confirmar ao longo deste trabalho.:

H1: As características definidoras dos caçadores influenciam a atividade cinegética, (Willebrand, 2019).

H2:O perfil do caçador influencia a atividade cinegética (Willebrand, 2019).

H3:O Turismo Cinegético influencia a Gestão Pública, (Willebrand, 2019).

H4:O valor cinegético influencia a atividade cinegética, (Willebrand, 2019).

4.2 Metodologia

4.2.1 Metodologia de Investigação

A Metodologia de Investigação seguida vai ao encontro dos princípios definidos por Creswell & Creswell (2018). Esta exige uma prévia reflexão teórica acerca das Questões Metodológicas que a fundamentam. De seguida, são descritos os Métodos Técnicos de Investigação e a sistematização do modelo conceptual. Sendo a análise empírica estruturada num estudo de caso, iniciamos com o Levantamento de Necessidades e Diagnóstico de Situação (Yin, 2018), de modo a identificar as evidencias relevantes, sobre as quais nos propomos a intervir.

O Design de Investigação baseia-se em três pilares definidos por Creswell & Creswell (2018). O primeiro (1) corresponde ao conceito filosófico estruturador do raciocínio; seguindo-se do (2) método de investigação como processo de raciocínio capaz de fundamentar as questões de investigação; e, por fim, (3) a metodologia de investigação enquanto um conjunto de procedimentos a utilizar, como forma de concretizar as questões de investigação (Figura 6).

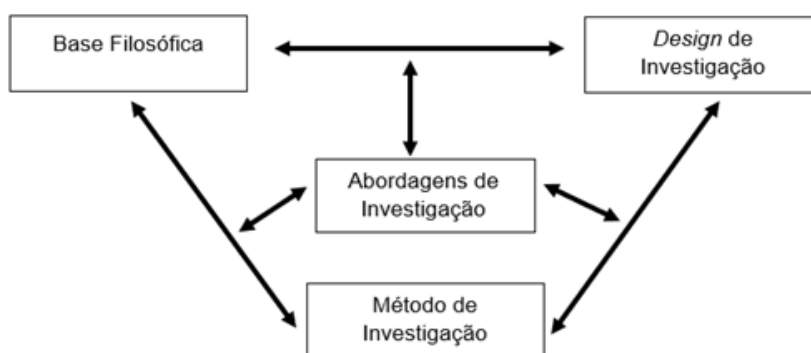


Figura 6: Modelo Conceitual da Estrutura do Design de Investigação
 Fonte: Adaptado de Creswell & Creswell (2018, p. 35)

Ainda segundo os autores, a coesão do Design decorre da correta interligação dos três conceitos, bem como da forma como os mesmos são capazes de se articular com os objetivos da investigação.

4.2.2 As técnicas de recolha e análise de dados

4.2.2.1 Análise de bases documentais

Em Portugal, a entidade responsável pela gestão das atividades cinegéticas é o ICNF (Instituto da Conservação e das Natureza e das Florestas, dentro das suas competências, além de acompanhar todos os processos relativos à Natureza e Biodiversidade, cabe-lhes também a obrigação de efetuar relatórios anuais sobre a Atividade Cinegética da última época.

Os dados aí publicados não refletem notas nem considerações sobre o estado atual do setor, nem contempla medidas orientadoras de melhoria das condições existentes nas zonas de caça.

As bases documentais, ou análise documental, permitem conhecer o trabalho de outros investigadores sobre um determinado assunto e a informação relevante que existe acerca de um determinado tema. Esta técnica “*caracteriza-se por um processo dinâmico no sentido em que permite representar o conteúdo de um documento de uma forma diferente da original, gerando, assim, um novo documento*” (Vera & Morillo, 2002, p. 59).

As consultas efetuadas envolveram a seleção e o tratamento do conteúdo existente em documentos para deles retirar interpretações e conclusões para a pesquisa em questão. O objetivo é que, com a informação encontrada, se produza informação original que acrescente algo de novo e que, posteriormente, outros investigadores possam utilizar (Maroco, 2018).

Neste trabalho em específico, a análise de bases documentais permitiu encontrar informação sobre as zonas de caça existentes, da documentação legal para constituir uma zona de caça e toda a informação necessária para que se possa praticar a atividade cinegética.

Permitiu também perceber, que existe uma preocupação relacionada com a atividade cinegética, mas que à posteriori não se relaciona de forma colaborativa com os atores locais responsáveis pela gestão, designadamente às Camaras Municipais.

Os municípios abstêm-se das suas responsabilidades no que concerne a este tema (Fernandes *et al.*, 2023), e por isso este trabalho não é uma continuidade de trabalhos anteriores, mas antes uma junção de temas com o objetivo de averiguar a eventual relação entre eles e, assim, contribuir com um estudo cujo tema central não tinha sido, ainda, discutido (García *et al.*, 2016).

4.2.2.2 O questionário

Para responder às questões de investigação procedemos a um inquérito por questionário (Maroco, 2018). O questionário foi disponibilizado *online* a 8700 membros do Grupo de Turismo Cinegético Português.

O questionário foi desenvolvido por adaptação do questionário que serviu de suporte ao trabalho de Willebrand (2009) e é composto por 40 questões (Apêndice A).

Para limitar erros decorrentes da tradução (Maroco, 2018), procedemos a um pré-teste para validação das perguntas efetuadas por Willebrand (2009).

Foi a técnica utilizada para a recolha de dados que é apresentada por Quivy e Campenhoudt (2008) como uma técnica de pesquisa rigorosa, metódica e organizada. Este método foi aplicado via online, através do envio de um link por e-mail e publicado nas redes sociais em grupos específicos de caça.

O inquérito, *online*, possui algumas vantagens como a poupança de recursos entre os quais os temporais e os financeiros (Oliveira *et al.*, 2016; Quivy e Campenhoudt, 2008), a possibilidade do anonimato das respostas, o facto de permitir atingir, simultaneamente, um elevado número de pessoas numa ampla área geográfica e a possibilidade de poder comparar os dados obtidos com outros questionários com um tema e/ou um público-alvo semelhantes (Kirakowski, 2000). Esta técnica de pesquisa apresenta, ainda, como vantagens uma maior uniformidade na avaliação dos dados e uma menor distorção das respostas, pois não há a presença do pesquisador, não existindo,

assim, o fator pressão (Maroco, 2018; Oliveira *et al.*, 2016). Por outro lado, o questionário online apresenta algumas desvantagens: eventuais problemas técnicos que possam surgir durante o preenchimento do questionário (Maroco, 2018). Ainda assim, tendo em conta as vantagens e as desvantagens, optou-se por escolher o questionário e aplicá-lo via online, pelo facto de poder chegar ao maior número de caçadores numa área geográfica mais abrangente.

A decisão de uma só resposta por caçador ao inquérito permitiu garantir que não havia duplicação de resultados, bem como a imposição de datas de preenchimento do inquérito, permitiu que não havia atrasos na entrega das respostas, uma vez que só esteve disponível entre o dia 27 de setembro de 2023 e o dia 4 de outubro.

O questionário aplicado para a recolha de dados nesta dissertação é constituído por quarenta perguntas, divididas por quatro categorias. As questões eram fechadas e era fornecido um conjunto de opções de resposta de entre as quais o inquirido seleciona uma (Hill e Hill, 2012)

O questionário está organizado em cinco partes: o cabeçalho, onde consta o tema do inquérito bem como a finalidade do mesmo e a identificação das entidades para o qual o estudo irá ser apresentado.

4.2.2.3 Triangulação de dados

No âmbito da investigação foi realizada a triangulação de dados, como técnica para verificar as respostas obtidas no preenchimento do inquérito, e tem como finalidade comprovar o significado das conclusões obtidas pelo investigador (Maroco, 2018; Zappellini e Feuerschütte, 2015). Para os autores, a triangulação é uma combinação de diferentes metodologias para analisar o mesmo objeto, de forma a consolidar e validar a pesquisa. Foi por estas razões que se optou por realizar Teste χ^2 de Pearson para consolidar as conclusões e análises obtidas pela correlação entre variáveis, conforme descrito no Anexo E.

4.2.3 Caracterização da amostra

A amostra é composta por 8700 membros do Grupo de Turismo Cinegético Português onde estão representados caçadores de todas as regiões cinegéticas de Portugal, informação que, por triangulação – consulta a base de dados, pode ser validada (Maroco, 2018). Trata-se, portanto, de uma amostra de conveniência (Maroco, 2018).

5. Apresentação, Análise Descritiva e Discussão dos Resultados

5.1 Análise Descritiva e Estatística Descritiva dos Dados

O questionário, composto por 40 questões, foi publicado on-line em 27 de setembro e terminou no dia 4 de outubro. As questões foram divididas em quatro categorias: (I) Fatores demográficos (n=3); (II) perfil do caçador (n=10); (III) atitudes perante o turismo cinegético (n=6); e (IV) qual a importância dada ao valor cinegético (n=20). A resposta variável era se seriam positivos, incertos ou negativo para o desenvolvimento do turismo cinegético. A primeira parte da minha análise concentrou-se em três questões da categoria I: idade, sexo e região cinegética onde costumam caçar; dez da categoria II; seis da categoria III; e 20 questões da categoria IV. A pesquisa incluiu várias afirmações numa escala de quatro pontos como medida para descobrir se eles concordaram ou não.

Procura-se, desta forma, determinar o que leva os caçadores a serem influenciados pela Gestão Pública das atividades Cinegéticas; verificar se os caçadores e a respetiva atividade cinegética tem impacto nos locais onde desenvolvem esta atividade; e identificar quais os impactos gerados pela Gestão Pública quando influencia a atividade cinegética.

Assim, com a resposta à primeira pergunta, percebemos de imediato que esta atividade já não é exclusiva dos homens. O grupo de caçadores mais participativo foi o da I Região Cinegética seguido pelos de II Região.

Os inquiridos escolheram a 1ª Região Cinegética como o local onde costumam exercer o ato venatório. Uma vez que a resposta a esta pergunta era de resposta fechada, não conseguimos afirmar que alguns caçadores caçam em mais do que uma Região Cinegética.

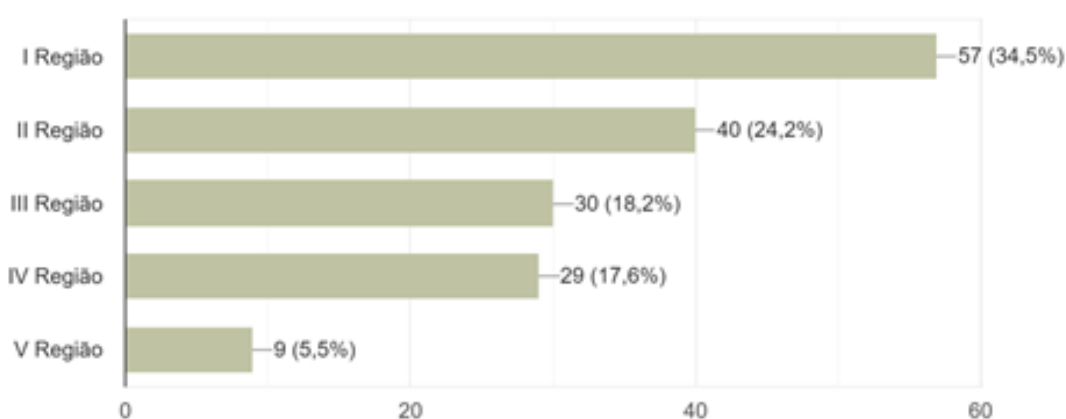


Figura 7: Região Cinegética onde costuma caçar?
Fonte: Elaboração própria.

Apesar de significativa, a amostra não permite tirar conclusão estatisticamente válida uma vez que o número de respostas não é suficiente para uma conclusão estatisticamente válida.

No entanto, e do que aferimos pelas revistas do sector, já existem grupos compostos apenas por pessoas do gênero feminino a frequentar terrenos cinegéticos (Revista Sábado)¹

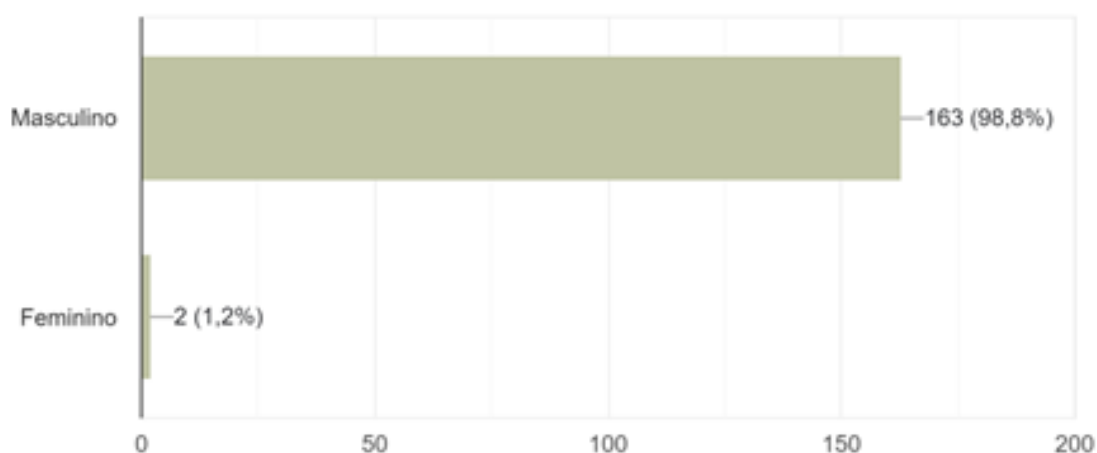


Figura 8: Gênero.
Fonte: Elaboração própria.

¹ <https://www.sabado.pt/vida/detalhe/as-cacadoras-portuguesas-sem-medo-e-com-muito-estilo>

A resposta à idade do caçador indica que uma boa parte dos caçadores que responderam ao inquérito são jovens, indica também que temos uma geração de jovens caçadores que se iniciaram na caça e que são possíveis consumidores deste tipo de turismo.

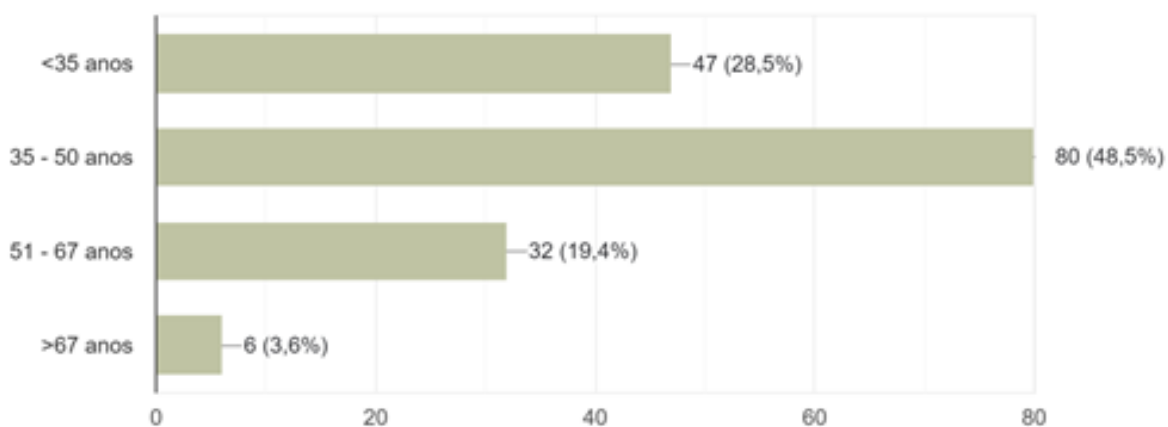


Figura 9: Idade do caçador.
Fonte: Elaboração própria.

A experiência como caçador contabilizada em tempo, aqui verificamos que uma boa quantidade de caçadores já possui uma boa mais de vinte anos de experiência nesta prática.

Esta experiência é significativa para a realização de trabalhos colaborativos entre gestores de áreas cinegéticas e os próprios caçadores, pois possuem conhecimentos elevado do território.

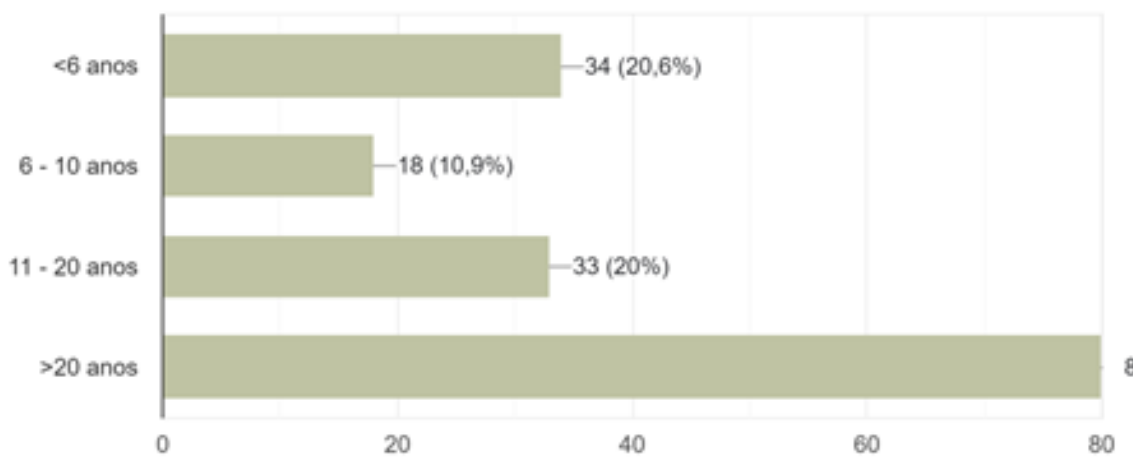


Figura 10: Anos como caçador?
Fonte: Elaboração própria.

Uma boa parte dos caçadores ainda caça perto da residência, pois o valor das deslocações, para realizar uma caçada, influencia muito nos orçamentos familiares.

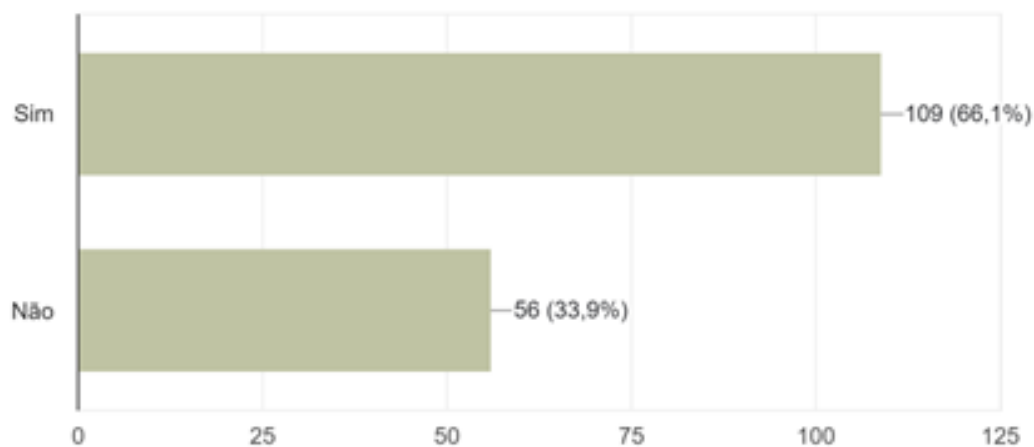


Figura 11: Caça na sua área de residência?
Fonte: Elaboração própria.

Alguns benefícios da atividade cinegética devem-se ao facto de os próprios caçadores serem proprietários dos terrenos. Desses benefícios estão a redução das cotas a pagar às zonas de caça.

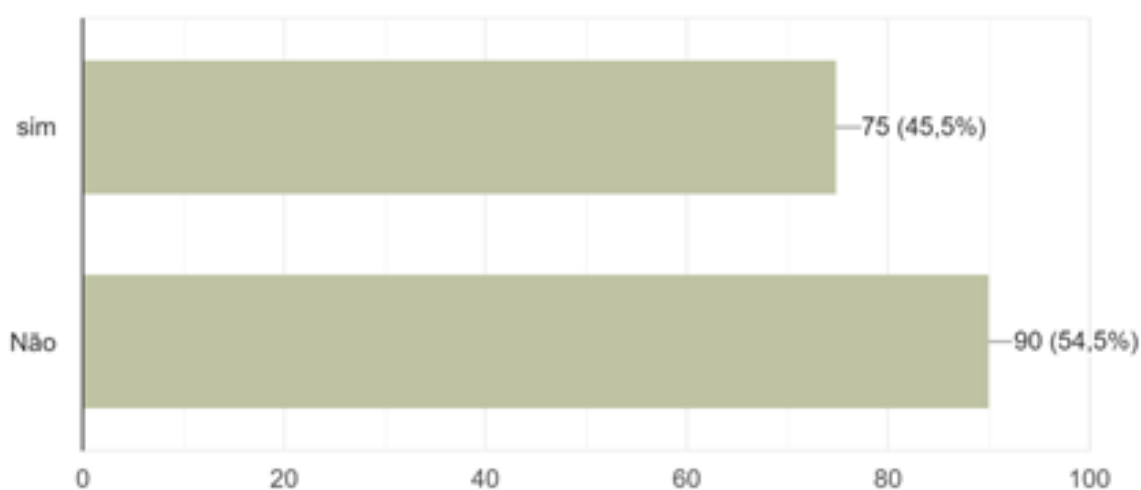


Figura 12: Possui terrenos na área de caça.
Fonte: Elaboração própria.

A maioria dos caçadores exercita a atividade cinegética, mais de 20 dias por época. Esta é a oportunidade que procuramos, pois percebemos que a motivação da caça, leva a que os caçadores dediquem muito tempo na prática desta atividade, proporcionando assim a possibilidade de criação de negócios nesta área.

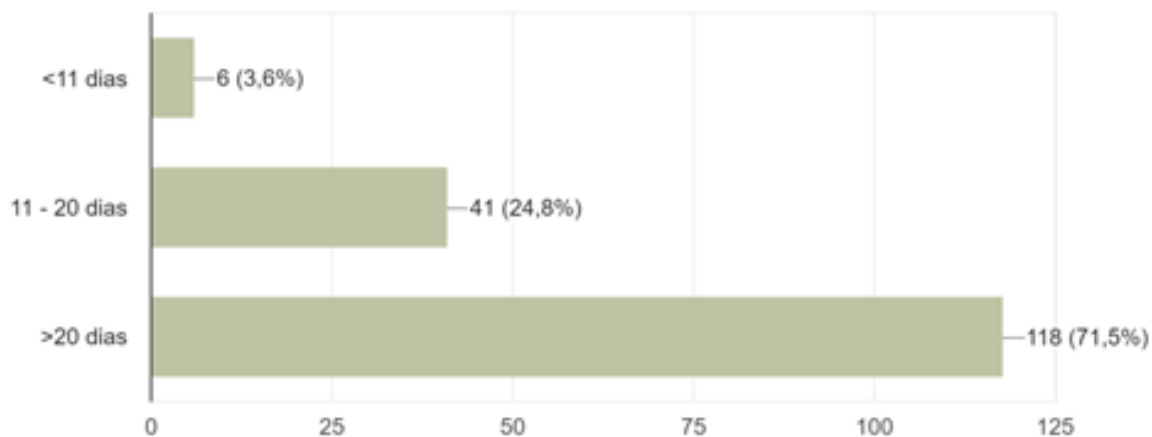


Figura 13: Quantos dias dedica à caça por ano?
Fonte: Elaboração própria.

A atividade venatória não é praticada por mais tempo devido ao tempo restrito dos caçadores. Reparamos aqui que a criação de condições específicas e melhoradas desta atividade pode influenciar o tempo dedicado à atividade cinegética.

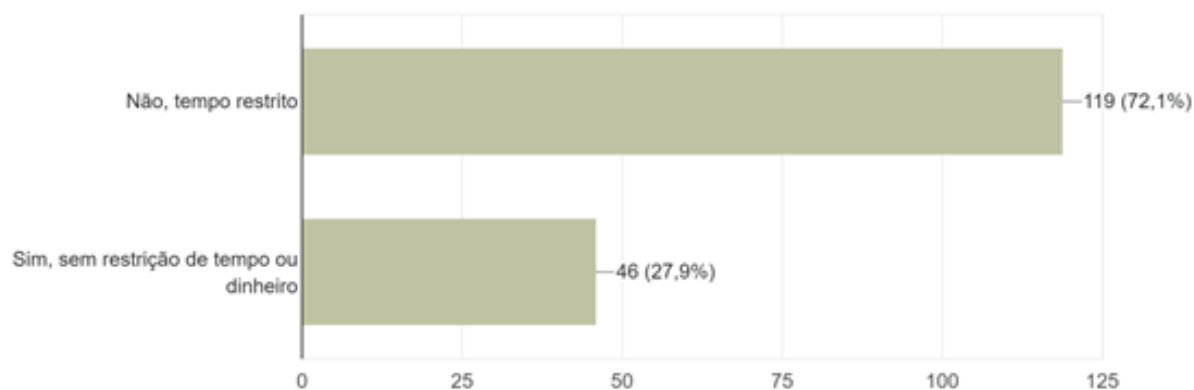


Figura 14: Consegue disponibilizar mais tempo para caçar?
Fonte: Elaboração própria.

Valor despendido pelos caçadores para a realização da atividade cinegética, o significado deste gráfico proporciona perceber que os caçadores estão dispostos a pagar uma boa quantia de dinheiro para realizar a atividade, reparamos também que é uma atividade que necessita de recurso financeiro para ser exercida.

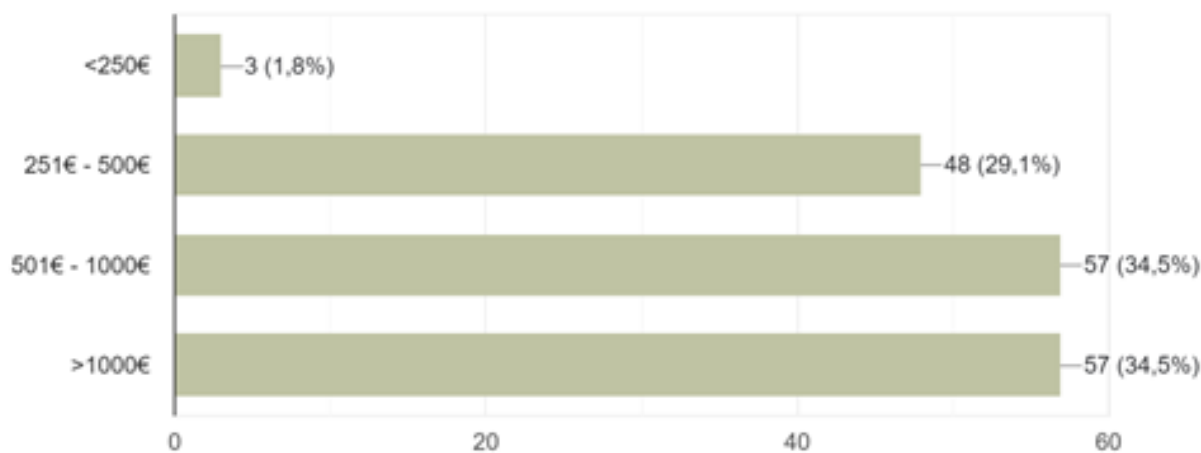


Figura 15: Custo anual da caça?
 Fonte: Elaboração própria.

A carne de caça continua a ser muito valorizada pelos caçadores, esta importância é um fator relevante para justificar a sua utilização na gastronomia, que hoje apresenta diferentes tipos e /ou propostas de dietas que procuram carne proteica e sem gordura, característica intrínseca dos animais não possuem em liberdade.

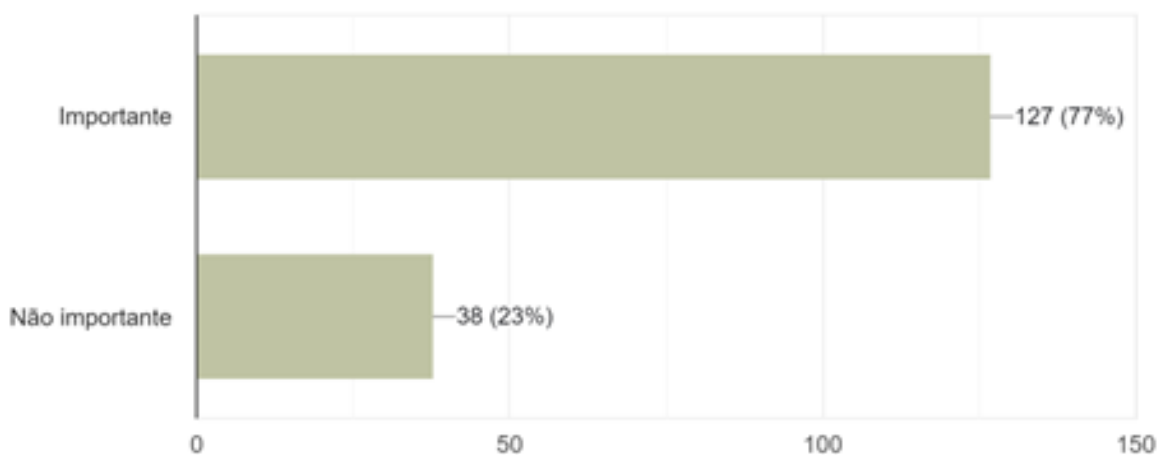


Figura 16: Importância da carne de caça.
 Fonte: Elaboração própria.

Valor tangível da atividade cinegética. Sendo o bem-estar um valor difícil de quantificar, neste gráfico não temos dúvidas quanto a sua importância e valorização dada pelos caçadores.

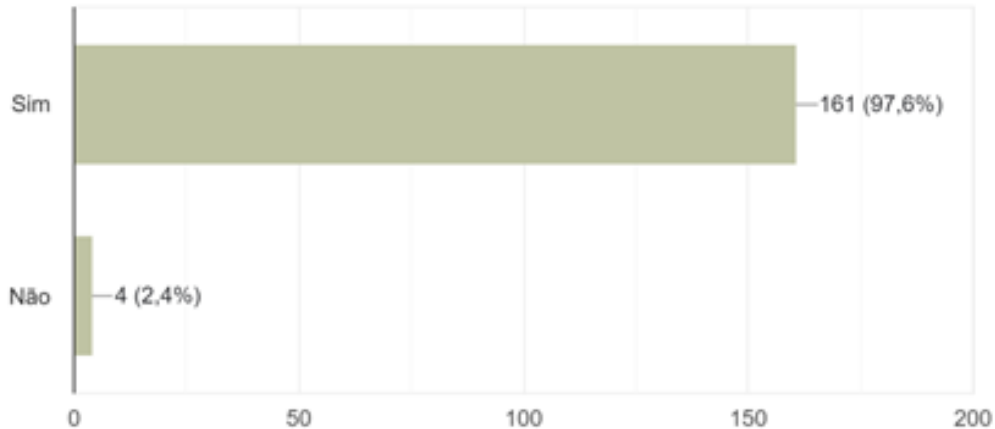


Figura 17: Caça é importante para o seu bem estar?
Fonte: Elaboração própria.

Existe um compromisso intrínseco nesta atividade que normalmente arrasta toda a família, pois é importante a gestão dos trabalhos relacionados com a caça durante o ano inteiro, transporte, cães, alojamento ou alimentação, são os inúmeros fatores que influenciam o dia a dia de um caçador, mesmo sem ser dia de caça.

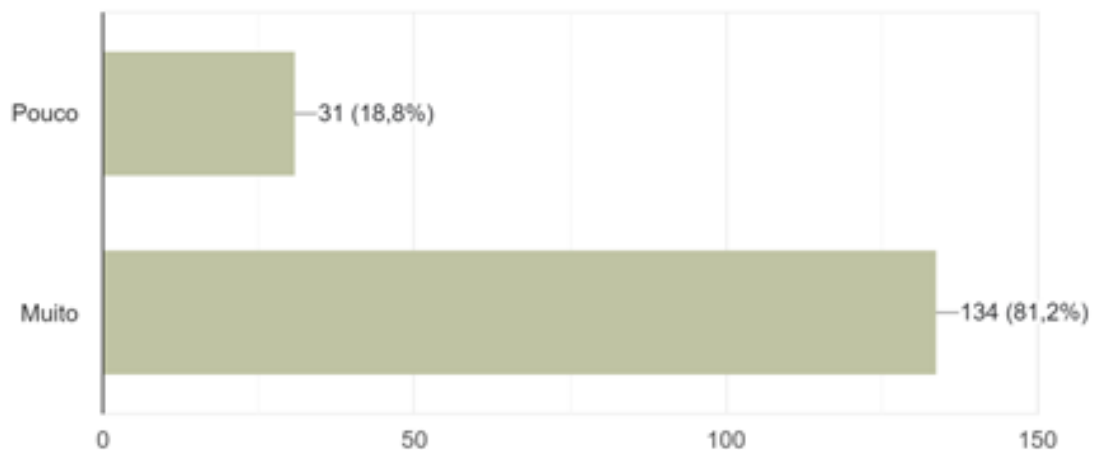


Figura 18: Comprometido com a caça?
Fonte: Elaboração própria.

Os valores da caça são transmitidos entre caçadores, familiares ou amigos, a atividade comercial ainda não se encontra enraizada, as atividades turísticas estão pouco distribuídas pelo território e ainda não fornecem opções válidas para a realização da atividade cinegética durante toda a época de caça.

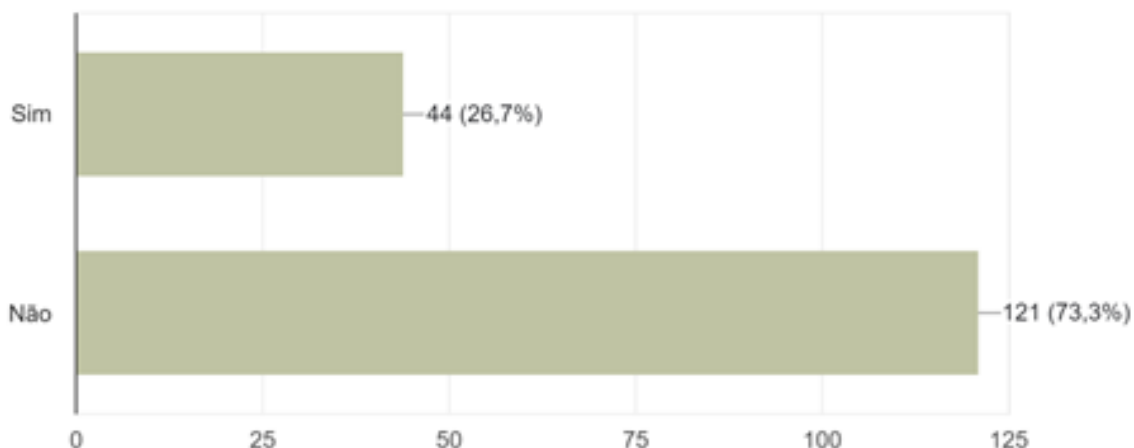


Figura 19: Caça com guias?
Fonte: Elaboração própria.

O valor da atividade cinegética nos territórios de baixa densidade populacional. Aqui conferimos pelo conhecimento dos próprios caçadores que esta atividade é fundamental para os territórios onde as oportunidades de negócio escasseiam.

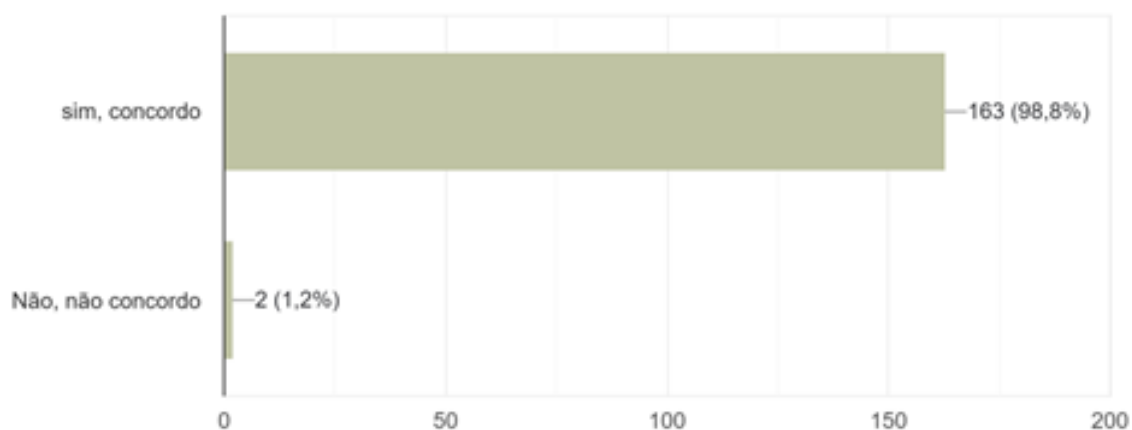


Figura 20: A caça é importante para as áreas rurais?
Fonte: Elaboração própria.

Estamos perante a possibilidade de criar postos de trabalho com esta atividade. Os praticantes da atividade cinegética sabem, por experiência, o quanto difícil é obter acesso a serviços básicos, nos locais de caça longe das grandes cidades.

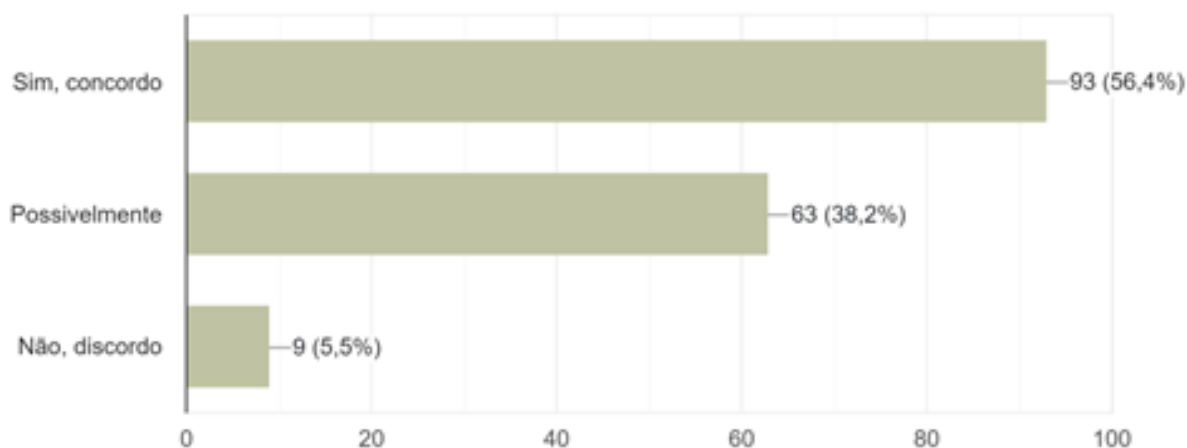


Figura 21: Turismo é uma fonte de emprego?
 Fonte: Elaboração própria.

Esta atividade está equiparada com outros tipos de turismo, no entanto existe uma parte importante do legado que se transmite aos jovens caçadores que é a sustentabilidade e o cuidado com o meio ambiente, bem como com outras espécies não cinegéticas que coabitam no campo.

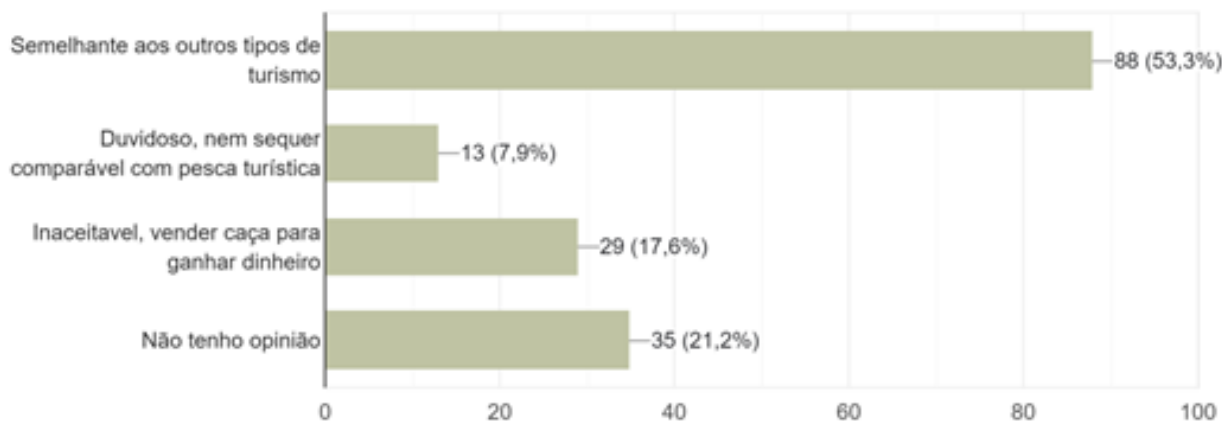


Figura 22: Existe ética no Turismo Cinegético?
 Fonte: Elaboração própria.

A atividade turística ligada à cinegética continua a deixar em dúvida alguns caçadores quanto aos benefícios. É por este indicador que constatamos que existe ainda alguma desinformação no setor da caça, e que a mesma é fundamental para o desenvolvimento desta atividade.

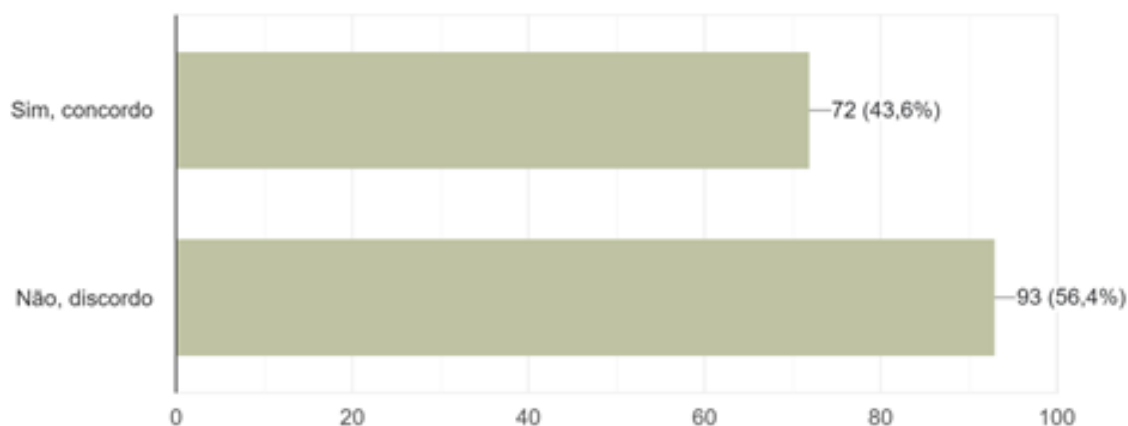


Figura 23: O Turismo Cinegético levará a uma pior qualidade da atividade cinegética dos locais onde é realizado.

Fonte: Elaboração própria.

A falta de monitorização pode induzir a falsos resultados ou interpretações erradas da realidade.

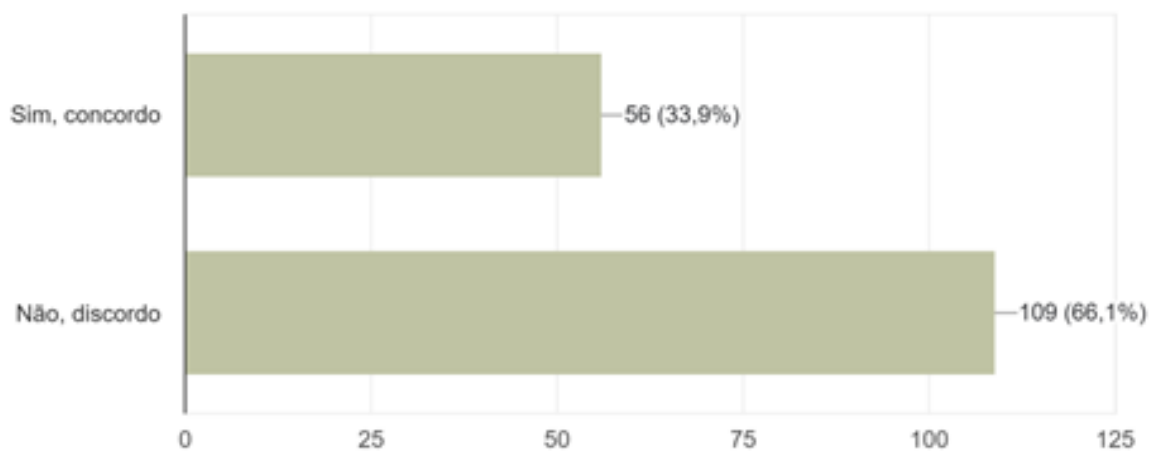


Figura 24: O Turismo Cinegético levará a menor abundância de vida selvagem?

Fonte: Elaboração própria.

A possibilidade de atrair mercados internacionais é uma realidade. Sabemos que uma parte do sucesso que tem hoje Portugal se deve ao facto de sabermos muito bem receber, e na figura 25 constatamos isso mesmo.

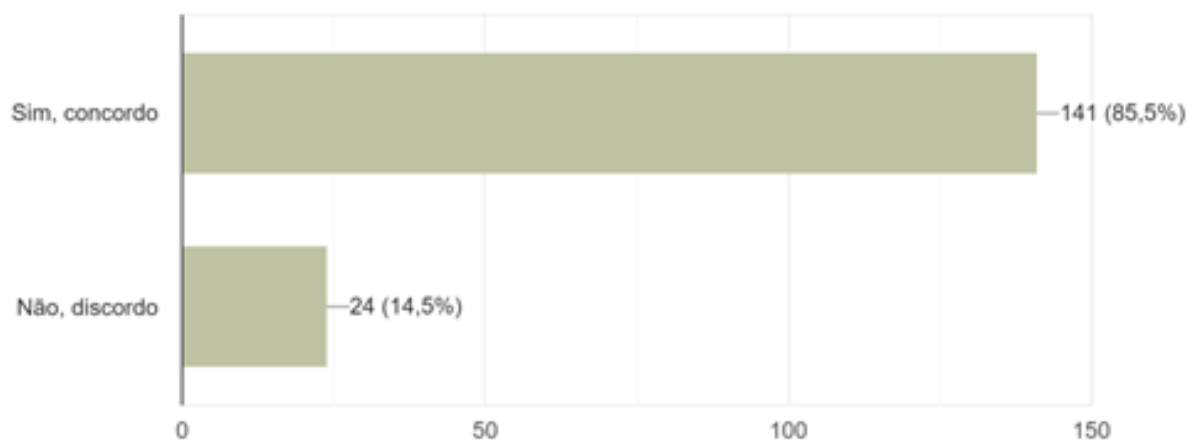


Figura 25: É positivo para caçadores de outros países exercerem atividade cinegética em Portugal?
Fonte: Elaboração própria.

A possibilidade de partilhar caçadas com caçadores estrangeiros é uma possibilidade positiva. Também aqui percebemos da capacidade colaborativa dos caçadores em relação outros caçadores de outras nacionalidades

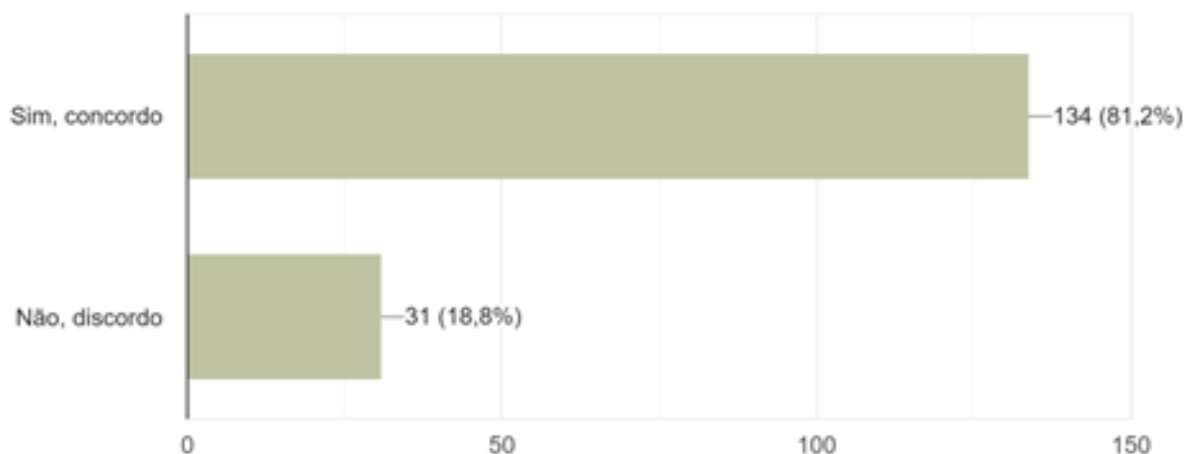


Figura 26: É positivo para caçadores estrangeiros praticarem atividade cinegética na mesma zona de caça que tu?
Fonte: Elaboração própria.

O valor socioeconómico desta atividade pode contribuir para a manutenção dos territórios, suas gentes e suas tradições. Claro está que as pessoas estão preocupadas em manter as tradições e nem se importam que seja através do Turismo Cinegético.

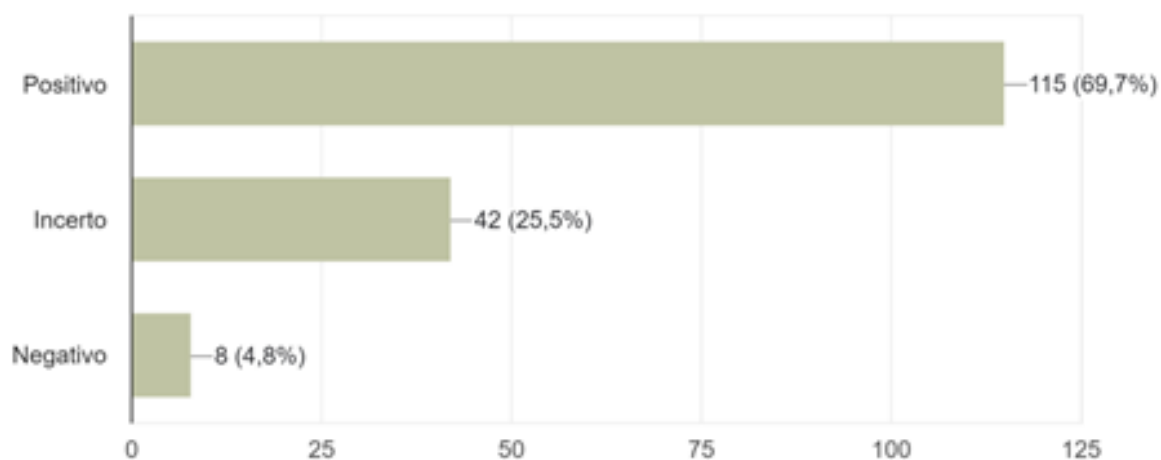


Figura 27: Qual é a sua opinião pessoal sobre o aumento do apoio ao desenvolvimento do turismo cinegético, se as tradições locais de caça forem levadas em consideração?
Fonte: Elaboração própria.

As licenças de caça são essenciais para a legalidade da atividade.

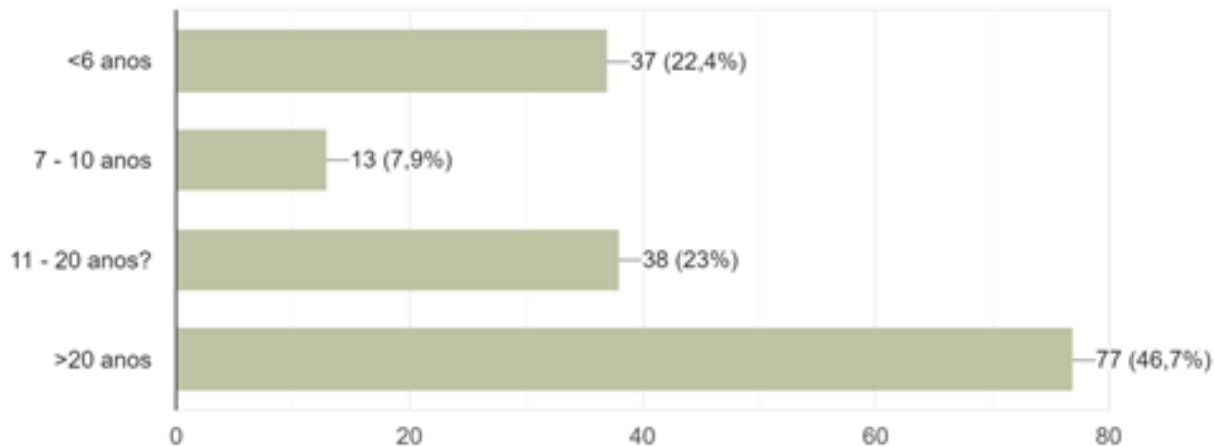


Figura 28: Há quantos anos possui licença de caça?
Fonte: Elaboração própria.

Na realidade, nem sempre caçamos perto da nossa área de residência. O que leva, na maioria das vezes, os caçadores a realizar grandes deslocamentos, para procurar realizar a atividade cinegética é a caça, a falta dela normalmente faz com que os mesmos não façam grandes deslocamentos.

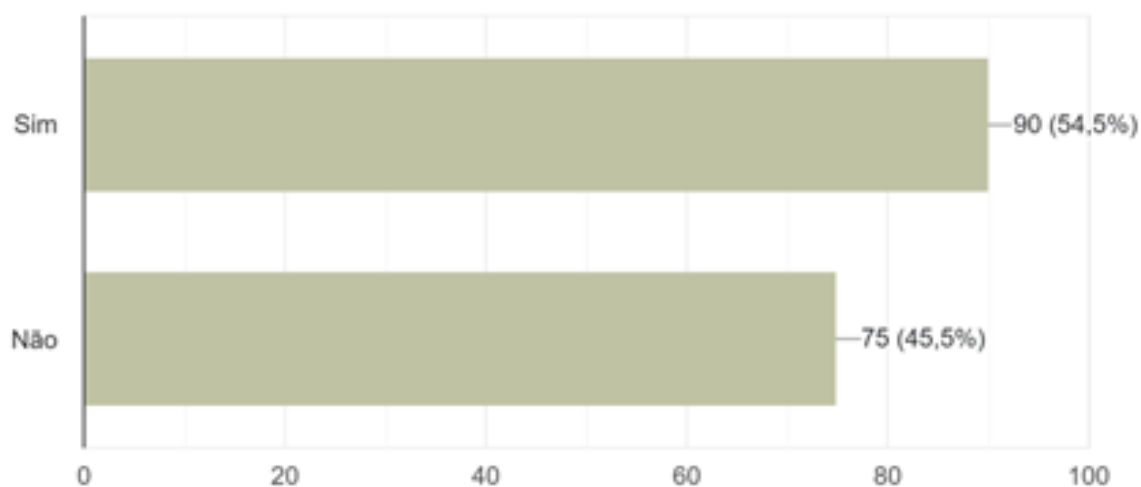


Figura 29: Na época de 2022/2023, você caçava principalmente na sua área de residência?
Fonte: Elaboração própria.

A possibilidade de praticar o ato venatório sem AEC ainda é uma realidade, o estado ainda não terminou com a possibilidade de acabar com os terrenos não ordenados, sendo assim possível, ainda, utilizar estes terrenos para o exercício venatório.

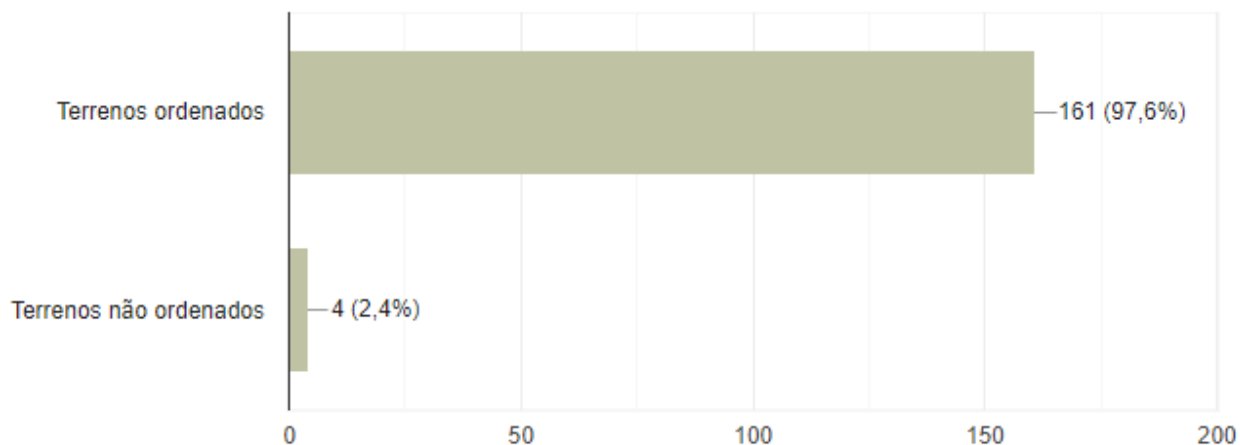


Figura 30: Em que terrenos caçava, principalmente na época 2022/2023?.
Fonte: Elaboração própria.

A motivação cinegética mantém-se ano após ano. A maioria dos caçadores utilizam todo o calendário venatório para exercer esta atividade.

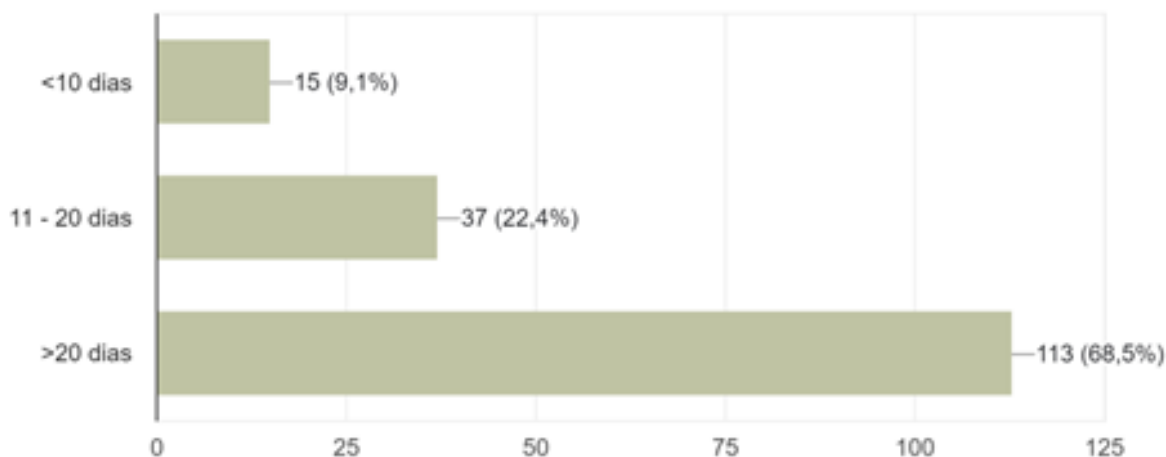


Figura 31: Quantos dias caçou na época 2022/2023?
 Fonte: Elaboração própria.

A oportunidade de aumentar o tempo de dedicação a atividade cinegética é uma realidade que potencia também novos negócios dentro desta atividade, a jusante e a montante.

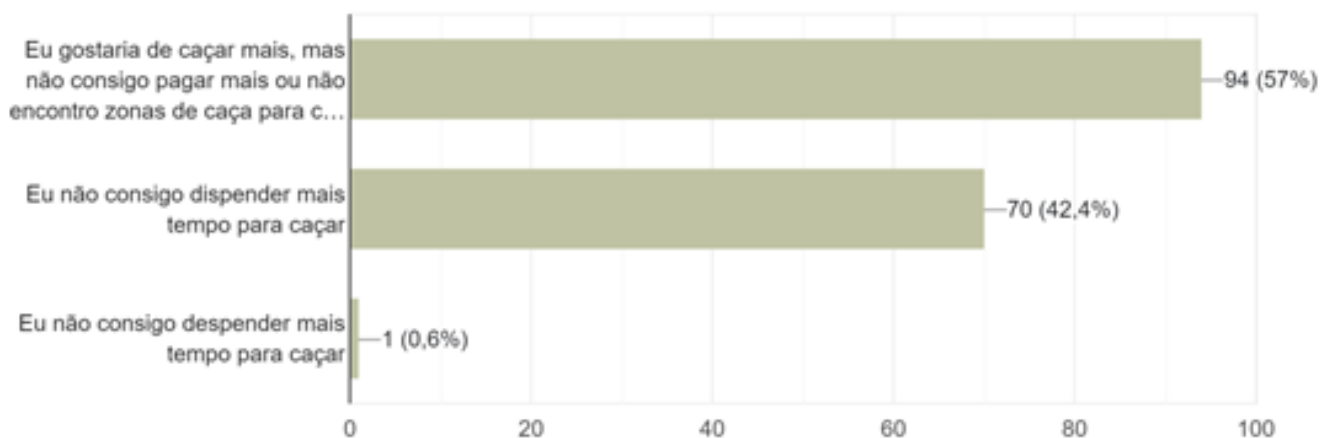


Figura 32: Como considera o tempo despendido para caçar?
 Fonte: Elaboração própria.

Aqui podemos ter uma ideia da importância do negócio da atividade cinegética, bem como quantificar essa importância. As receitas obtidas no setor da caça são de extrema importância quando aplicadas no setor.

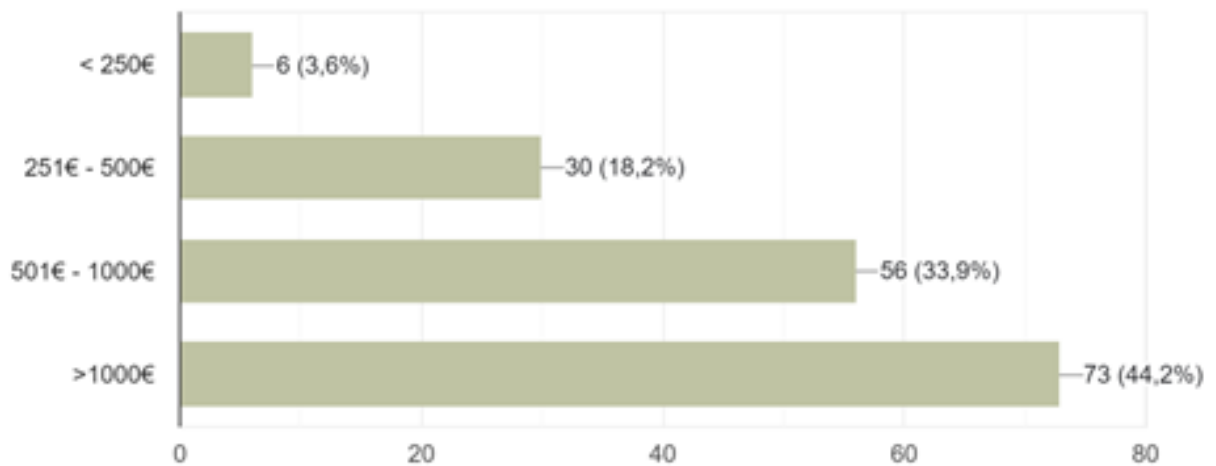


Figura 33: Quanto pouparia se deixasse de caçar??.
 Fonte: Elaboração própria.

Constatamos que a carne de caça tem desvalorizado em determinados setores de atividade, no entanto com a introdução de novas dietas emergentes, tal como a dieta paleolítico, que valoriza as carnes magras, originou uma mudança em alguns paradigmas da gastronomia.

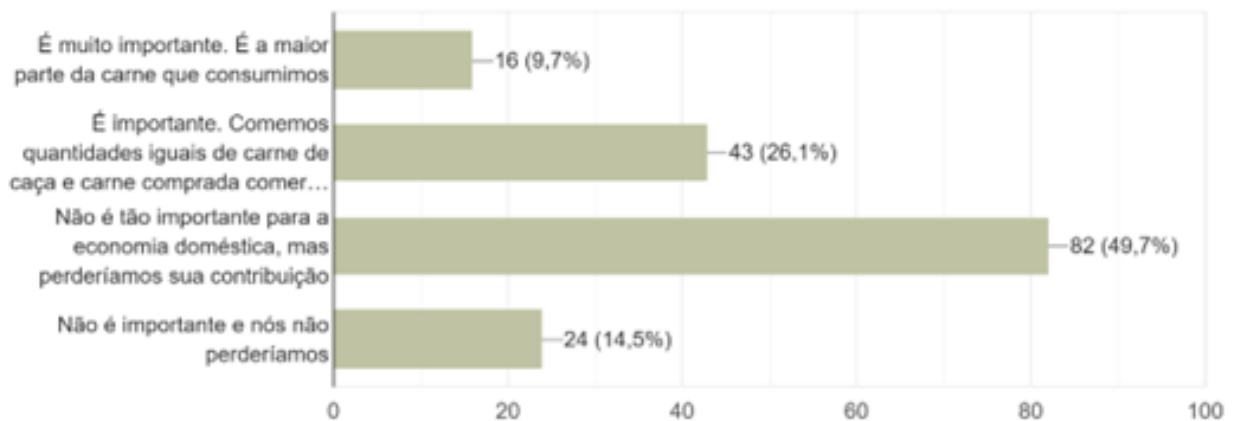


Figura 34: Qual a importância da carne que caça, para o consumo de carne em sua casa?
 Fonte: Elaboração própria.

Preferências do tipo de caça a realizar, ou seja, aqui percebemos que, embora a maioria dos caçadores dedique o seu maior tempo à caça menor, espécies cinegéticas do tipo coelho, lebre e perdiz, também dedica uma boa parte da sua atividade à caça maior, javalis, veados ou muflões.

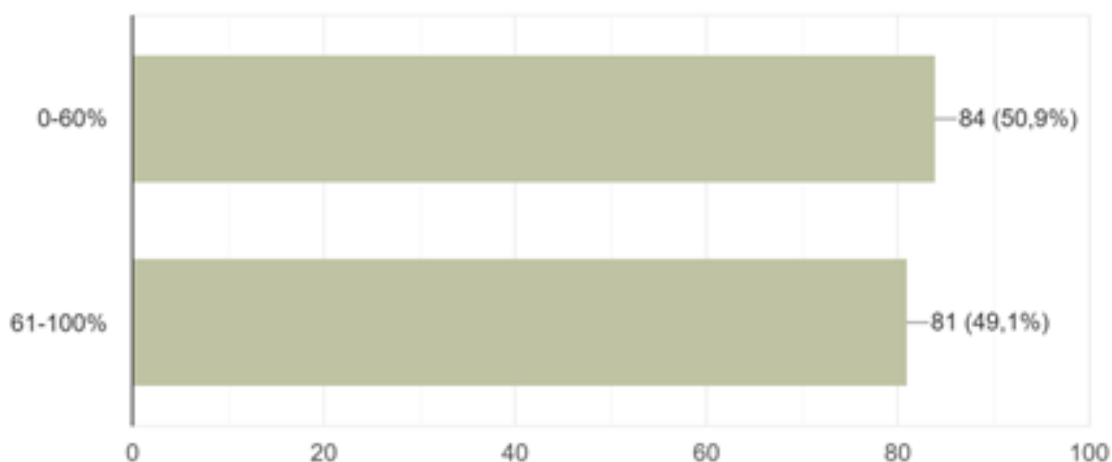


Figura 35: Quanto tempo dispendeu à caça menor na época 2022/2023
Fonte: Elaboração própria.

A importância do local onde se realiza o ato venatório. As deslocamentos são muito importantes na atividade cinegética e influenciadora do local, por isso, a localização geográfica e os meios de acesso são bastante importantes para a valorização de um destino cinegético.

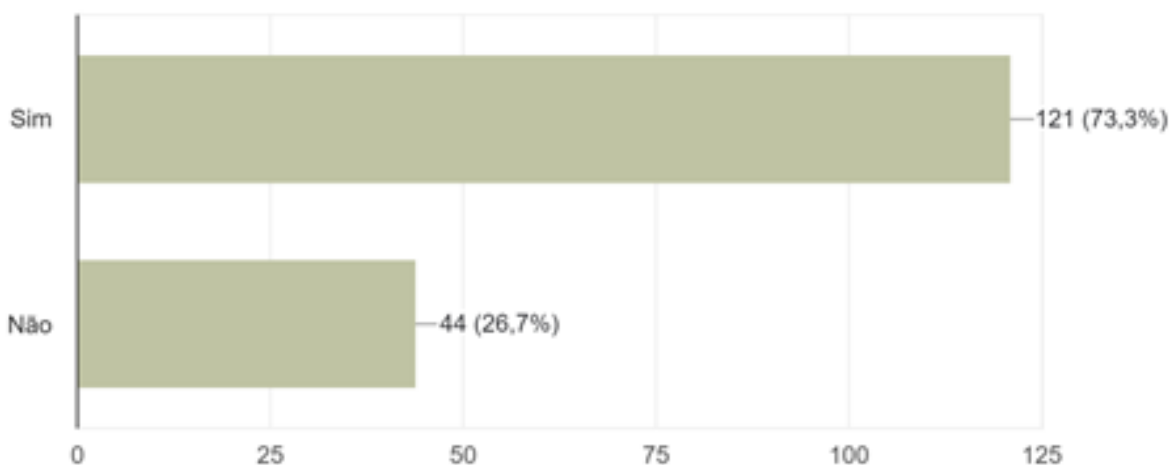


Figura 36: É a possibilidade de caçar na sua área de residência, um dos fatores mais importantes para o seu bem-estar?
Fonte: Elaboração própria.

Os valores tangíveis da caça são fatores de relevo nas decisões das atividades turísticas. O bem-estar, difícil de quantificar, é um dos fatores de motivação na realização desta atividade e para a maioria, é tão difícil de quantificar, que não encontrariam em outra atividade a satisfação alcançada pela caça.

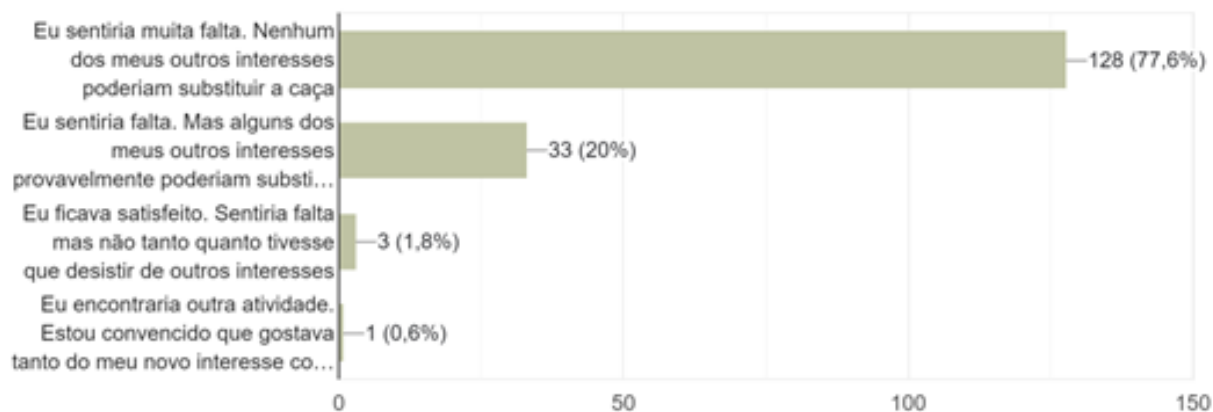


Figura 37: Para algumas pessoas, caçar é o mais importante da vida deles. Para os outros é um dos vários interesses. Alguns também veem isso como algo que gostam, mas não é particularmente importante. Qual é a sua opinião?

Fonte: Elaboração própria.

O trabalho de um guia é importante pela proximidade e conhecimento dos locais pretendidos para a realização da atividade cinegética e também pelo conhecimento transmitido de todos os outros serviços de apoio à atividade. A sensibilização para o tema e a formação de guias especializados tornaria diferente esta matéria.

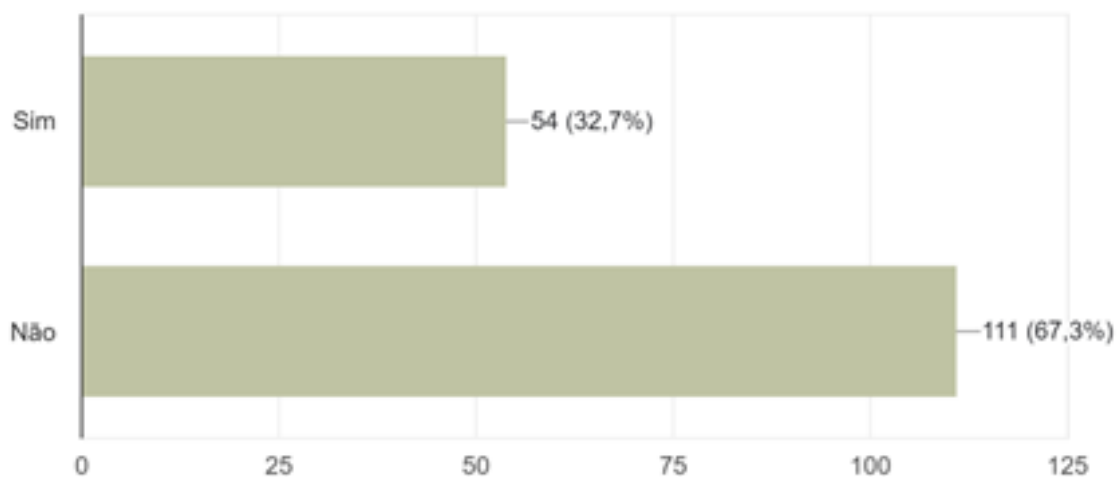


Figura 38: Já caçou com guia de caça em Portugal ou no estrangeiro?

Fonte: Elaboração própria.

Os produtos endógenos podem encontrar aqui uma oportunidade de negócio. Os produtos produzidos nos locais de caça, usufruem aqui de um momento que possibilite o escoamento dos produtos.

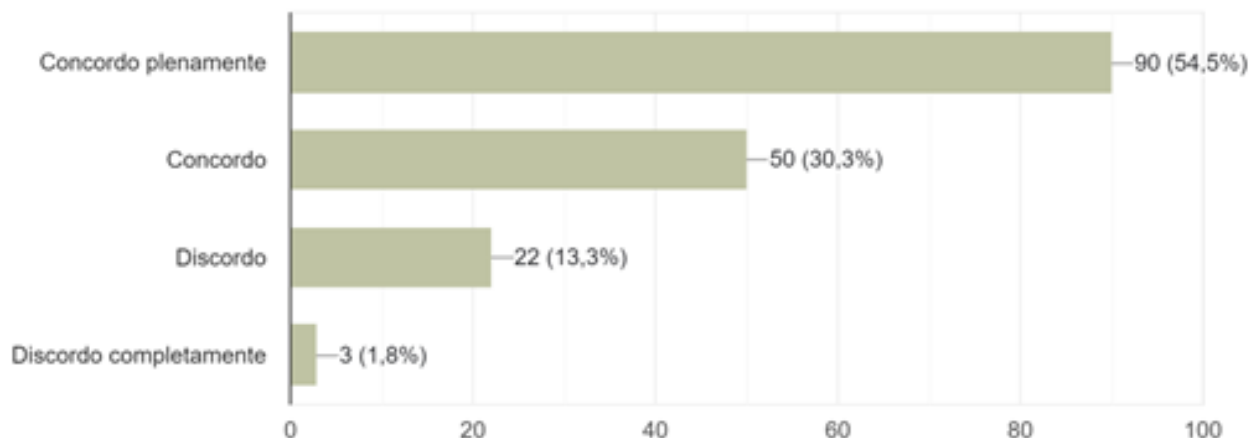


Figura 39: A caça é muito importante para a subsistência das pessoas que vivem nos meios rurais? Fonte: Elaboração própria.

O ativo económico, a possibilidade de criação de emprego e fixação de pessoas deve ser considerado como força de motivação para realizar a mudança na forma de atuar, perante o potencial económico agregado.

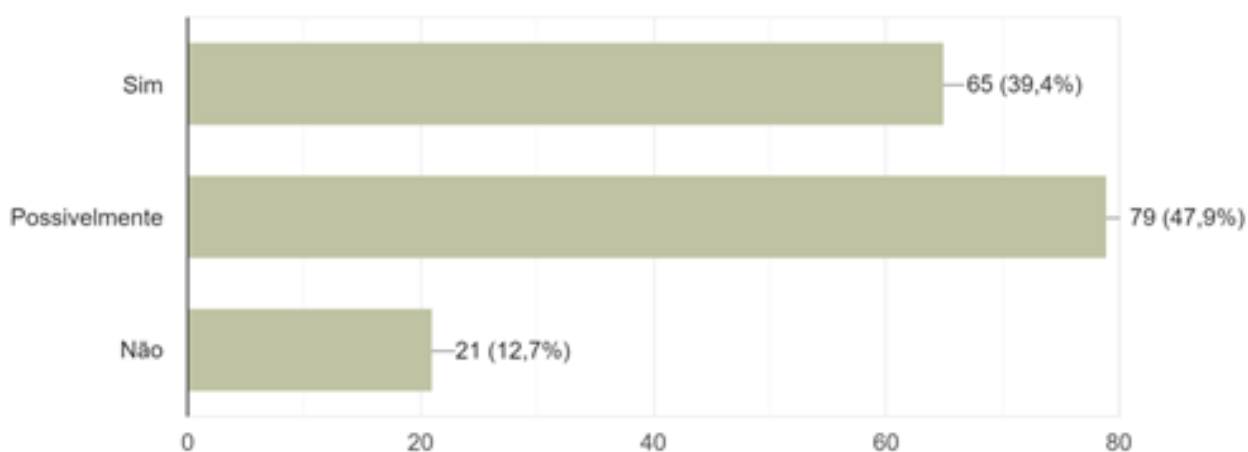


Figura 40: Você acredita que após uma boa gestão cinegética o turismo aumentaria o número de oportunidades de emprego dentro da sua área de residência? Fonte: Elaboração própria.

Existe uma vontade de participar nas atividades ligadas à natureza, mesmo quando essas atividades são relacionadas com a cinegética.

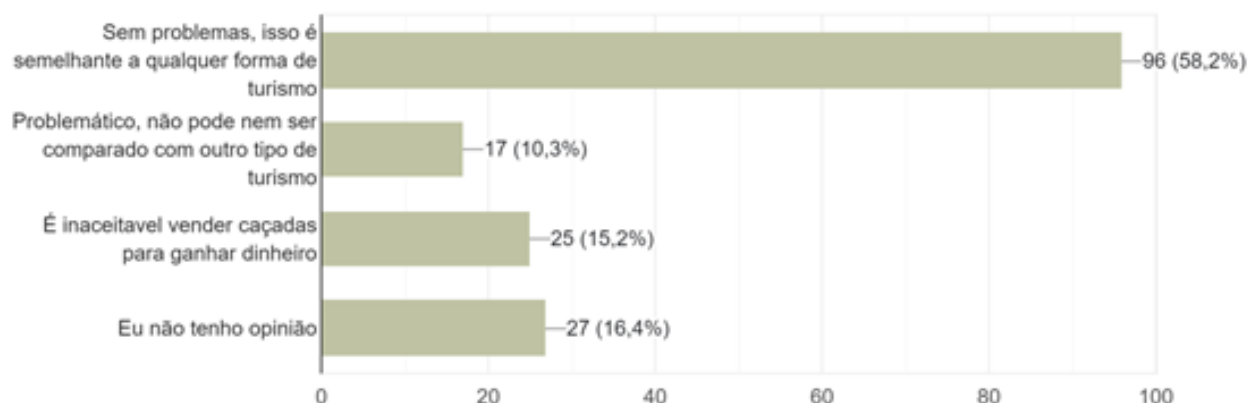


Figura 41: Como você vê a possibilidade de ganhar a vida com o turismo cinegético?
 Fonte: Elaboração própria.

A sensibilização de outros *stakeholders* e das comunidades locais, fazem parte do trabalho do Turismo Cinegético. A fase inicial de implementação de um plano é reunir com os intervenientes em todo o processo bem como partes interessadas no setor, mesmo não tendo ligação direta com a atividade cinegética.

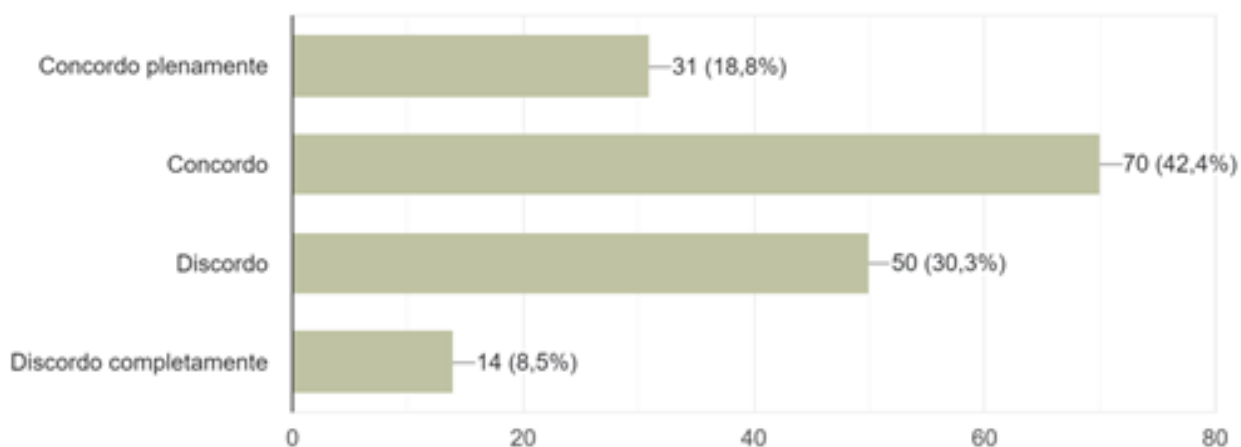


Figura 42: Um aumento no turismo cinegético iria levar a conflitos com os caçadores locais.
 Fonte: Elaboração própria.

As externalidades da implementação de um plano estratégico aplicado ao Turismo Cinegético tem de ser levadas em conta, no entanto, a sua implementação é exatamente para contribuir de forma a eliminar as mesmas.

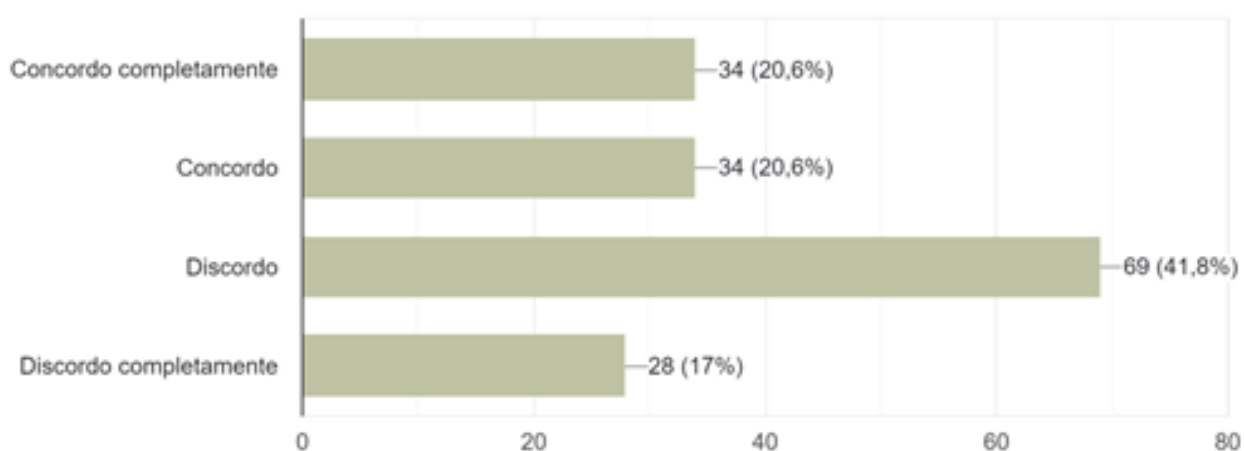


Figura 43: Um aumento do turismo cinegético levará a uma menor abundância de espécies cinegéticas?
Fonte: Elaboração própria.

A importância de bem receber o turista que é caçador é fator determinante na fidelização dos clientes, Portugal é reconhecido, através dos prémios de turismo que recebe, pelo acolhimento realizado aos turistas.

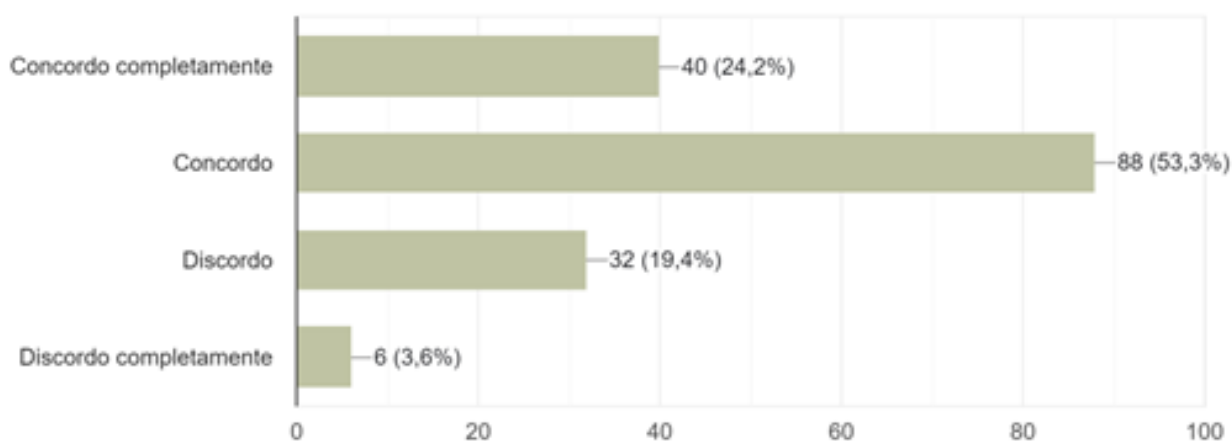


Figura 44: Seria positivo se recebêssemos mais turistas caçadores de outros países?
Fonte: Elaboração própria.

O produto turístico tem potencial económico e o aval dos caçadores. Alavancar este produto turístico é a necessidade que se apresenta e não se compreende como os municípios deixam de parte esta possibilidade.

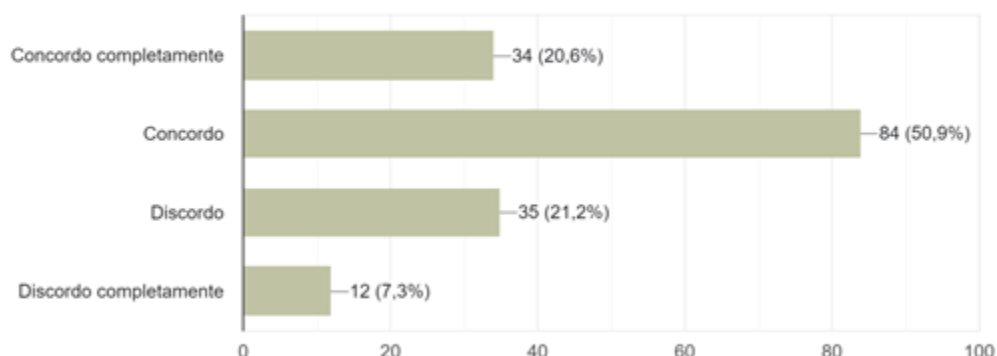


Figura 45: Eu gostaria de receber turistas caçadores de outros países na zona onde caço.
Fonte: Elaboração própria.

A resposta à idade do caçador correspondia a 48,5% entre os 35 e 50 anos e 28,5% a < 35 anos, o que indica que uma boa parte dos caçadores que responderam ao inquérito são jovens e apenas duas pessoas do gênero feminino participaram no inquérito. A região Cinegética mais representativa foi a I Região e a menos representativa foi a V Região com 34,5% e 5,5% respetivamente.

Percebemos também que 48,5% dos caçadores, caça à mais de 20 anos e que 71,5% do total de participantes dedicam mais de 20 dias de caça por ano cinegético. Mais de metade dos inquiridos gastam mais de 500€ na caça por época e 34,5% gasta mais do que 1000€. 77% considera a carne de caça como importante e 97,6% considera ser uma atividade importante para o seu bem-estar. 98,8% concorda com a importância da caça para as zonas rurais e 56,4% concorda que o turismo cinegético é uma fonte de emprego. 66,1% discorda que o Turismo cinegético levará a menos abundância de vida selvagem e concordam que era positivo receber caçadores estrangeiros para exercerem atividade cinegética em Portugal. Os inquiridos consideram positivo sobre o aumento do apoio ao desenvolvimento do turismo cinegético, se as tradições locais de caça forem levadas em consideração (69,7%). A maioria dos caçadores pratica o ato venatório em Terrenos ordenados (97,6%) e caçou na época 2022/2023 mais de 20 dias (68,5%). A carne de caça é muito importante para 9,7% dos inquiridos, sendo que 49,7% considera que não é tão importante para a economia doméstica. 77,6% considera que caçar é o mais importante da vida deles e sentiria muita falta caso tivesse que deixar de caçar. A maioria nunca caçou com guia (67,3%) e 54,5% considera que a caça é muito importante para a subsistência das pessoas que vivem nos meios rurais. 58,2% não vê problemas em ganhar a vida com o turismo cinegético, considerando até que é semelhante a outras formas de turismo. 41,8% discorda de que um aumento do turismo cinegético levará a uma menor abundância de espécies cinegéticas e 53,3% concorda em receber mais turistas caçadores de outros países.

5.1.1 Triangulação dos dados – whole-of-government

A quantidade de respostas que afirmam que o WG é um modelo utilizado no município (**Erro! A origem da referência não foi encontrada.**) e a quantidade de respondentes que afirmam existir exemplos práticos da aplicação do mesmo (pergunta aberta 1) perfazem um total de 23 respostas. Aplicado o método de triangulação dos dados, em todos estes municípios foram encontrados exemplos da aplicação deste modelo, sobretudo sob forma de projetos singulares das autarquias e em geminações. Os exemplos mais evidenciados pelos municípios foram o Orçamento Participativo e acordos de cooperação com outras entidades. Um exemplo específico de cooperação com outras entidades foi o projeto ICLEI - Governos Locais para a Sustentabilidade. O ICLEI é uma associação internacional constituída por governos locais e regionais que trabalham em conjunto no âmbito da sustentabilidade, sendo um projeto que vai de encontro ao propósito do WG. De acordo com a literatura de Christensen e Lægreid (2007), Bouckaert e Halligan (2008) e Peters (2015), este projeto é constituído por organismos governamentais de diferentes níveis que trabalham em conjunto (Bouckaert e Halligan, 2008; Christensen e Lægreid, 2007; Halligan *et al.*, 2011; Peters, 2015) para atingir um objetivo comum, dando resposta a uma ou mais questões específicas (Shergold, 2004).

5.1.2 Medidas de gestão pública e implementação do Turismo

Cinegético

Durante a realização deste trabalho verificamos que as nossas considerações sobre a Gestão Pública de Áreas Cinegéticas não poderiam terminar sem que para isso, contribuíssemos para que se realizassem melhorias nas ZC caso alguém considerasse o que aqui dizemos.

Para isso e sabendo que o trabalho a realizar é longo e demorado, considerando ainda:

- A importância do turismo cinegético no contexto global dos países e das regiões;
- A relevância do turismo cinegético ao nível regional e nacional;
- O peso do turismo Cinegético nas regiões de baixa densidade populacional em Portugal;
- A aposta estratégica do Turismo Cinegético num Município com a realização de um Plano Estratégico de Desenvolvimento do Turismo Cinegético

Tendo em conta:

- Os impactos ambientais, económicos e socioculturais do turismo cinegético nos municípios;
- Os contributos para o desenvolvimento local, para o emprego, para o investimento, para o desenvolvimento de novos negócios e para o empreendedorismo;
- O contributo para as receitas e para os impostos diretos e indiretos;

Considerando, ainda, que:

- A localização, o local a integrar o projeto pode influenciar o tempo de registo de resultados;
- Os Municípios possuem ferramentas e recursos que podem ser alocados ao projeto;
- É necessário realizar um levantamento exaustivo do território e do ecossistema envolvido;

- Valorização dos territórios através das classificações já atingidas e potenciar os seus recursos;
- A distância das principais cidades e os serviços disponíveis
- Aliar o Turismo Cinegético aos principais eventos do município;
- Realizar um inventário de todos equipamentos e infraestruturas de suporte ao município;
- Dotar a equipa que trabalha o Turismo Cinegético de formação especializada, uma vez que já possui um elevado conhecimento do território;
- Avaliar o potencial turístico para a fruição de diferentes tipos de turismo (p. ex.: Negócios, Desportivo, Natureza, Experiências, Percursos Pedestres)
- Promove um conjunto de eventos, regionais, nacionais e internacionais;

E tendo, ainda, em consideração,

As responsabilidades assumidas com os atores locais da fileira turística, as dinâmicas estabelecidas com a restauração e o comércio local, as expetativas criadas e a oportunidade para o desenvolvimento económico, social e ambiental do Município, exige-se dotar o Turismo Cinegético de uma estrutura que esteja à altura dos desafios futuros associados ao desenvolvimento, num quadro de crescente competitividade entre destinos e em que urge afirmar o município como um destino turístico cinegético de referência, à semelhança de outras áreas de atuação do Município que possam já ser referenciadas nacional e internacionalmente.

Neste contexto, importa avançar para a criação de uma Unidade Cinegética dotada de espaços, recursos humanos e meios materiais, que permitam uma efetiva capacidade de gestão, nomeadamente, através da seguinte proposta de conteúdos funcionais:

- a) Assegurar a implementação de ações de desenvolvimento turístico com o objetivo de consolidar a imagem externa do município;
- b) Identificar e divulgar os ativos turísticos existentes no território e promover o turismo cinegético enquanto recurso para o desenvolvimento local, num contexto de sustentabilidade ambiental, económica e sociocultural;
- c) Conceber e organizar eventos e projetos de interesse turístico e promover a imagem e ativos turísticos do município, nomeadamente através da participação em certames, feiras, exposições ou outras iniciativas, num contexto nacional e internacional;
- d) Gerir os equipamentos de interesse turístico e efetuar o atendimento ao público, prestando todos os esclarecimentos pretendidos no âmbito das atividades cinegéticas, recursos, ativos e potencialidades do município, promover visitas guiadas/caçadas a locais de interesse turístico, entre outras atividades e iniciativas cinegéticas;
- e) Promover o município ao nível regional, nacional e internacional, em atividades de interesse cinegético, através de iniciativas próprias ou em cooperação com entidades e organizações do setor;

- f) Implementar e monitorizar a execução do Plano Estratégico de Desenvolvimento do Turismo Cinegético;
- g) Posicionar o município como a Capital da Caça a Norte;
- h) Afirmar os eixos estratégicos de desenvolvimento: a cidade e o meio rural, alinhados com afirmação das apostas estratégicas: o município, a caça e as atividades cinegéticas;
- i) Impulsionar os produtos âncora e ativar os produtos estratégicos;
- j) Contribuir para alcançar os objetivos específicos do Plano de Ação: melhoria da estada média, ampliar o gasto médio, incrementar a procura dos mercados estratégicos, fomentar a taxa de recomendação e melhorar a taxa de repetição;
- k) Estruturar e dinamizar as linhas estratégicas do Plano de Ação: eventos, gastronomia, experiências, produtos, comunicação, promoção e comercialização do destino (município) e gestão do destino;
- l) Fomentar e promover a qualidade, a segurança, a sustentabilidade, a acessibilidade, a inclusão e a certificação do destino (município);
- m) Conceber o município como um destino turístico cinegético inteligente, procurado durante todo o ano;
- n) Inventariar os locais, os equipamentos, os investimentos e atividades de interesse turístico do concelho em função da sua natureza e objetivos;
- o) O exercício, em geral, de competências que a lei atribua ou venha a atribuir ao Município relacionadas com as descritas nas alíneas anteriores.

5.1.3 Fases de implementação do Plano Estratégico do Turismo Cinegético

A implementação do plano está organizada por fases e contempla um trabalho técnico a realizar, conforme figura 46.

Fase I	Fase II	Fase III
Diagnóstico da situação atual do turismo cinegético	Plano estratégico de desenvolvimento do turismo cinegético	Plano de ação para o turismo cinegético
Visita ao Território	Pressupostos	Validação dos Eixos de atuação prioritários
Análise de aspirações dos Stakeholders	Princípios	Modelo de implementação:
Análise externa	Visão	Ações
Análise interna	Missão	Ações Prioritárias
Análise Swot	Objetivos	Ações Estratégicas
	Orientações estratégicas	Fichas de ação
		Modelo de monitorização e avaliação
Discussão de resultados	Discussão de resultados	Apresentação Pública

Figura 46: Fases de implementação do Plano Estratégico do Turismo Cinegético.
Fonte: Elaboração própria.

6. Caracterização Estatística da Amostra

6.1 Confiabilidade

Na análise de confiabilidade do questionário, foram avaliados os valores de consistência interna do mesmo através do Alfa de Cronbach, que indica o quanto os itens de uma escala estão correlacionados (Costa, 2013). A análise foi feita por grupos (1, 2, 3, 4 e 5) e na totalidade do questionário, cujos resultados se apresentam de seguida: Grupo 1 – Abstenção: $\alpha=0,325$ (8 itens); Grupo 2 – O voto: $\alpha= -0,068$ (6 itens); Grupo 3 – Ações para contrariar a abstenção: $\alpha=0,705$ (7 itens); Grupo 4 – *Whole-of-Government*: $\alpha=0,848$ (4 itens); Grupo 5 – Perguntas abertas: $\alpha= 0,702$ (4 itens); Total: $\alpha=0,671$ (29 itens). Os grupos 3, 4 e 5 e o Total têm classificações do Alfa de Cronbach aceitáveis, de acordo com Nunally (as cited in Costa, 2013) e Maroco e Garcia-Marques (2006). O Grupo 1 apresenta um valor do alfa baixo pelo que, por forma a obter um valor de alfa maior poderia ter-se retirados alguns itens do questionário, porém, optou-se por não o fazer porque os itens eram relevantes para a recolha de dados do presente estudo (Maroco e Garcia-Marques, 2006). Os itens do Grupo 2 apresentam um Alfa de Cronbach negativo, mas tal pode ser possível

na medida em que algumas das correlações entre os itens deste grupo são, elas próprias, negativas (Maroco & Garcia-Marques, 2006).

6.2 Análise da correlação

A tabela tem como objetivo analisar a correlação entre as duas variáveis, conforme Anexo D, que neste caso representam as respostas à pergunta da idade do caçador e Quantos dias dedica à caça por ano. Assim, podemos afirmar que não existe associação entre ambas, mas podemos dizer também que com o aumento da idade as pessoas vão menos dias à caça.

A análise de correlação entre variáveis foi realizada através do programa de tratamento e análise de dados SPSS Statistics e as respostas foram agrupadas em concordo ou discordo na análise estatística. Usei um teste χ^2 de Pearson, conforme Anexo E, para avaliar a correlação entre as variáveis e o que ficou demonstrado é que de acordo com a idade os dias dedicados à caça, não existe qualquer tipo de dependência significativa, concluindo que a idade não influencia o tempo dedicado à prática cinegética.

7. Conclusões, Limitações e Futuras Linhas de Investigação

A realização deste trabalho partiu de um gosto natural de caçar e a constatação de algumas dificuldades vividas no dia-a-dia de quem caça, aliadas à necessidade de fazer algo construtivo que se possa utilizar no futuro no âmbito do serviço público.

Quanto aos principais objetivos deste trabalho, considero que foram atingidos, pois concluímos que os municípios e o próprio estado, demitiram-se das suas obrigações e competências e entregou a gestão cinegética aos privados.

Também demonstramos que os territórios tem espaço para este produto turístico, e que o mesmo pode ser utilizado como ferramenta de alavancagem de um ativo económico com potencial, principalmente nas zonas de baixa densidade populacional, onde sentem mais profundamente as dificuldades de viver longe dos grandes centros urbanos.

Como solução deste problema elaboramos um plano estratégico para implementação do Turismo Cinegético, que respeitas os princípios da boa governança, bem como o meio ambiente e a biodiversidade. Na proposta apresentada estão delineadas três fases de implementação do plano,

para assim, ser capaz de responder a todas as adversidades emergentes, facilitando assim os municípios ou qualquer outro gestor de áreas de caça que queira ver implementado este plano, sobre as suas próprias linhas orientadoras.

Também percebemos, que as medidas que apresentamos como solução a este problema, já foram implementadas noutras regiões da Europa com sucesso, e que em Portugal, as pessoas e os caçadores, também estão interessados em que este tipo de turismo se desenvolva, quer pela mais-valia económica quer pela importância de manter as suas tradições conforme constatamos na figura 27 e 44 do questionário

Na concretização dos objetivos da pesquisa começou-se por fazer uma revisão bibliográfica que permitisse o enquadramento sobre a importância da gestão nas áreas de caça. Com a revisão da literatura pretendia-se, também, encontrar eventuais trabalhos ou pesquisas acerca deste tema mas encontramos muitas dificuldades uma vez que o assunto é complexo e delicado. Foram encontrados alguns trabalhos sobre a caça, a biodiversidade, a sua importância para os meios rurais, mas não encontramos nenhum que relacionasse a Gestão Pública e as Áreas Cinegéticas, pelo que foi difícil encontrar factos de comparação.

Pessoalmente, a principal conclusão é que os municípios tem poder administrativo e um dever público de utilizar todas as ferramentas disponíveis para alavancar este potencial económico, adaptando certamente cada plano ao seu território.

Relativamente às dificuldades sentidas na realização de todo o trabalho, a falta de recursos temporais e económicos e as limitações geográficas fizeram com que alguns *stakeholders* e outros caçadores das ZCM citadas ficassem por ouvir, isto tinha como objetivo a comparação de respostas dos questionários bem como saber a opinião de quem lucra com a caça, mas não caça.

No caso dos municípios, deixam a desejar porque são poucos os que procuram informar a população em geral, e os caçadores das atividades que se propõe realizar durante o ano, e uma vez que não existe nenhum observatório capaz de monitorizar estas ações, as mesmas ficam sem significado.

Apesar de todas as limitações evidenciadas e descritas, estamos confiantes que os decisores políticos e outros gestores cinegéticos, olhem para esta atividade como um potencial económico relevante nos seus territórios e que assim possam melhorar também, os outros setores da economia local. Para isso propomos também a realização de um estudo do potencial turístico de cada ZC para que no futuro as decisões sejam tomadas de acordo com o conhecimento científico da realidade.

Seria também interessante utilizar outros casos de estudo dos nossos vizinhos de Espanha, como forma de comparação de resultados, tanto na fase de diagnóstico da situação atual do turismo cinegético, na fase de implementação do plano estratégico como na fase do plano de ação para o Turismo Cinegético.

Assim, entendemos que é de todo benéfico que os gestores públicos e privados entendam que a atividade cinegética é fundamental para manter o equilíbrio dos ecossistemas e da biodiversidade

e que ao realizar este trabalho, conseguem tirar proveitos económicos imediatos e deixar um legado para as futuras gerações.

Referências Bibliográficas

- Angwin, D., Whittington, R., Regner, P., Johnson, G. & Scholes K. (2019). Exploring Strategy 12th edition. Pearson Education Limited
- Aráujo, W. A., de Farias Gonçalves, C., de Oliveira Lins, I., & Costa, P. A. D. (2020). Turismo sustentável a luz de indicadores económicos e visuais da paisagem. *Revista Turismo em Análise*, 31(2), 339-357.
- Bachmann, M. E., Kulik, L., Gatiso, T., Nielsen, M. R., Haase, D., Heurich, M., ... & Köhl, H. S. (2022). Analysis of differences and commonalities in wildlife hunting across the Africa-Europe South-North gradient. *PLoS Biology*, 20(8), e3001707.
- Barnes, J. I. (2001). Economic returns and allocation of resources in the wildlife sector of Botswana. *South African Journal of Wildlife Research-24-month delayed open access*, 31(3), 141-153.
- Bichel, N., & Hart, A. (2023). Hunters and Antihunters. In *Trophy Hunting* (pp. 169-219). Singapore: Springer Nature Singapore.
- Blaser, M. (2009). The threat of the Yrmo: the political ontology of a sustainable hunting program. *American anthropologist*, 111(1), 10-20.
- Barros, V. G. (2016). *Turismo em Portugal*. Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- Cao, J., Qiu, H., Morrison, A. M., & Wei, W. (2022). The role of social capital in predicting tourists' waste sorting intentions in rural destinations: Extending the theory of planned behavior. *International Journal of Environmental Research and Public Health*, 19(19), 12789.
- Casquinha, M., & Moura, A. F. A. (2019). Oportunidades e Desafios do Turismo de Interior para o Desenvolvimento Local: O Caso do Concelho da Sertã, Portugal. *Marketing & Tourism Review*, 4(1), 1-26.
- Council of Europe. (1982). Bern Convention. *Official Journal of the European Communities*, (L), 3-32.
- Creswell, J. & Creswell, J. (2018). *Research Design: Qualitative, Quantitative, and Mixed Methods Approaches* (5th Edition). SAGE Publications, Inc., USA.
- Cunha, L. & Abrantes, A. (2013). *Introdução ao turismo (5ª Edição)*. Lidel Editora.
- Cunha, L. (2008). Avaliação do potencial turístico. *Cogitur, Journal of Tourism Studies*, 1(1), 21-40.
- Cunha, L. (2010). Desenvolvimento do turismo em Portugal: Os primórdios. *Fluxos e Riscos*, 1, 127-149.
- Damas, M. T. (2020). Turismo sustentável: reflexões, avanços e perspectivas. *Revista Brasileira de Ecoturismo*, 13(2), 310-327.
- Di Minin, E., Clements, H. S., Correia, R. A., Cortés-Capano, G., Fink, C., Haukka, A., ... Bradshaw, C. J. A. (2021). Consequences of recreational hunting for biodiversity conservation and livelihoods. *One Earth*, 4(2), 238-253.
- Domínguez, I. G., & Castrejón, D. P. (2016). El método investigación-acción en el diseño e implementación de estrategias de gestión del turismo rural comunitario en México: el caso San Francisco Oxtotilpan, Temascaltepec. *Revista Latino-Americana de Turismología*, 2(2), 59-76.
- Fernandes, P. O., Anjos, P., Correia, A., & Nunes, A. (2023). The Intervention of Local Authorities on the Management of Outdoor Tourism: The Case of Northern Portugal. In A. Mesquita, A.

- Abreu, J.V. Carvalho, C.H.P. de Mello (Eds.) *Perspectives and Trends in Education and Technology - Vol. 320* (pp. 463-475). Springer Nature Singapore.
- Fleurke, F., & Trouwborst, A. (2014). 7 European Regional Approaches to the Transboundary Conservation of Biodiversity: The Bern Convention and the EU Birds and Habitats Directives. In *Transboundary governance of biodiversity* (pp. 128-162). Brill Nijhoff.
- Gallego, J. I. R., Díaz, A. P., & Berrocal, F. L. (2013). La Calidad Como Mecanismo de Diferenciación en el Turismo Cinegético. In *Turismo e innovación: VI Jornadas de Investigación en Turismo. Sevilla, 3 y 4 de julio de 2013* (pp. 451-467). Edición Digital@ tres.
- García, D., Zuazua, E., Perat, B., & López, I. (2016). Shaping the future: A Responsible Research and Innovation Policy Brief. In Daniel García, Eva Zuazua, Belén Perat & Ignasi López (Coor.) *A Practical guide to responsible research and innovation key lessons from RRI Tools* (pp. 7-13). Milimétrica Producciones, Spain.
- Gevehr, D. L., Berti, F., & Junior, A. A. M. (2020). Vinhos e Paisagens Culturais na Região do Douro: Patrimônio e Turismo Cultural em Portugal. *Revista Baru-Revista Brasileira de Assuntos Regionais e Urbanos*, 6(1), 8123.
- Hunt, C. A., Durham, W. H., Driscoll, L., & Honey, M. (2015). Can ecotourism deliver real economic, social, and environmental benefits? A study of the Osa Peninsula, Costa Rica. *Journal of Sustainable Tourism*, 23(3), 339-357.
- Lasanta-Martínez, T., Vicente-Serrano, S. M., & Cuadrat-Prats, J. M. (2005). Mountain Mediterranean landscape evolution caused by the abandonment of traditional primary activities: a study of the Spanish Central Pyrenees. *Applied Geography*, 25(1), 47-65.
- Loureiro, F., Martins, A. R., Santos, E., Lecoq, M., Emauz, A., Pedroso, N., & Hotham, P. (2011). O Papel do Programa Lince (LPN/FFI) na Recuperação do Habitat e Presas do Lince-Ibérico no Sul de Portugal. *Galemys: Boletín informativo de la Sociedad Española para la conservación y estudio de los mamíferos*, 23(1), 17-25.
- Machado, F., Castro, E., & Eusébio, C. (2017). Avaliação de políticas de turismo: metodologias alternativas. *Revista Turismo & Desenvolvimento*, 1(27/28), 1539-1549.
- Manore, J. L. (2011). Conclusion: Learning about Passion, Policies, and Problems. *Culture of Hunting in Canada*, edited by Jean L. Manore and Dale G. Minor, 262-66.
- Marôco, J. (2018). *Análise Estatística com o SPSS Statistics.: 7ª edição*. ReportNumber Ed.
- Martín-Delgado, L. M., Jiménez-Barrado, V., & Sánchez-Martín, J. M. (2022). Sustainable Hunting as a Tourism Product in Dehesa Areas in Extremadura (Spain). *Sustainability*, 14(16), 10288.
- Martín-Delgado, L. M., Rengifo-Gallego, J. I., & Sánchez-Martín, J. M. (2020). Hunting in Extremadura – Profiles of the Hunter on the Basis of His Movements. *Resources*, 9(4), 46.
- Martins, S. (2019). *Cartografia cinegética em Portugal*. Tese de Mestrado em Desenvolvimento de produtos de Turismo Cultural, Instituto Politécnico de Tomar – ESGT.
- Matilainen, A., & Keskinarkaus, S. (2010). *The social sustainability of hunting tourism in Northern Europe*. University of Helsinki Ruralia Institute.

- Nava Rogel, R. M., Mercado Salgado, P., Vargas Martínez, E. E., & Gómez Díaz, M. D. R. (2017). El valor explicativo del turismo en las actividades con mayor contribución en el crecimiento económico de los municipios del Estado de México. *El Periplo Sustentable*, (33), 132-158.
- Oltean, F. D., & Gabor, M. R. (2021). Cross-cultural analysis of the consumer profile of hunting tourism and trophy hunting from tradition to protected areas: Study case on Romania and Spain. *Land*, 10(11), 1218.
- Pessoa, R. A., Oliveira, O., & Souza, L. L. F. (2022). Factors that make a destination fascinating and motivate (re) visit. *Spanish Journal of Marketing-ESIC*, 26 (2), 210-230.
- Pimentel, T. D., & Pimentel, M. P. C. (2015). Rural, ruralidade e turismo: noções e práticas contemporâneas. *El Periplo Sustentable: Revista de Turismo, Desarrollo y Competitividad*, 29, 120-143.
- Rao, X., Qiu, H., Morrison, A. M., & Wei, W. (2022). Linking perceived environmental CSR to residents' environmental citizenship behavior in rural tourism: the mediating role of resident–environment relationship quality. *International Journal of Environmental Research and Public Health*, 19(24), 16566.
- Rath, T., & Harter, J. (2010). *The economics of wellbeing*. Gallup Press, Omaha.
- Rodríguez, M. C., & Gallego, J. I. R. (2020). La actividad cinegética en el municipio de Madroñera: ejemplo de convivencia de dos modelos de caza. *Revista de Estudios Extremeños*, 76(3), 1225-1247.
- Rizzolo, J. B. (2023). Wildlife tourism and consumption. *Journal of Sustainable Tourism*, 31(5), 1181-1194.
- Santos, W. L., Gomes, B. M. A., & Teles, M. A. (2021). Ideias e Políticas Públicas de Turismo: uma Análise dos Planos Municipais de Capitais Brasileiras. *Perspectivas em Políticas Públicas*, 14(27), 1-28.
- Siqueira, A. C. C., & de Souza, E. B. C. (2020). Desafios e Políticas de Desenvolvimento da Circulação e da Mobilidade Urbana e Rural. *Formação (Online)*, 27(52), 51-75.
- Souza, J. D. M., Lins Neto, E. M., & Ferreira, F. S. (2022). Influence of the sociodemographic profile of hunters on the knowledge and use of faunistic resources. *Journal of Ethnobiology and Ethnomedicine*, 18(1), 1-13.
- Tello-Leyva, Y. M., Vázquez-Herrera, S. E., Juárez-Reina, A., & González-Pérez, M. (2015). Turismo Cinegético: ¿Una Alternativa De Desarrollo Sustentable? *European Scientific Journal*, 11(20), 1-16.
- Tickle, L., & von Essen, E. (2020). The seven sins of hunting tourism. *Annals of Tourism Research*, 84(December 2019), 102996.
- Vera, T. P., & Morillo, J. P. (2002). Incorporación de las tendencias en educación superior del siglo XXI en el currículo de la escuela de bibliotecología y archivología de la universidad de Zulia. *Revista Interamericana de Bibliotecología*, 25(2), 97-116.
- Van der Merwe, P., Saayman, M., & Rossouw, R. (2014). The economic impact of hunting: A regional approach. *South African journal of economic and management sciences*, 17(4), 379-395.

- Wang, J., Dai, J., Dewancker, B. J., Gao, W., Liu, Z., & Zhou, Y. (2022). Impact of Situational Environmental Education on Tourist Behavior – A Case Study of Water Culture Ecological Park in China. *International Journal of Environmental Research and Public Health*, 19(18), 11388.
- Willebrand, T. (2009). Promoting hunting tourism in north Sweden: opinions of local hunters. *European Journal of Wildlife Research*, 55, 209-216.
- Wood, M. E. (2002). *Principles, Practices & Policies for Sustainability*. UNEP editors, Minnesota University.
- Yin, R. K. (2018). *Case Study Research and Design* (third edition). Sage Publications (Revised). Thousand Oaks, United States.
- Zahle, J. (2013). Participant observation and objectivity in anthropology. *New Challenges to Philosophy of Science*, 365-376.
- Zappellini, M. B., & Feuerschütte, S. G. (2015). O uso da triangulação na pesquisa científica brasileira em administração. *Administração: ensino e pesquisa*, 16(2), 241-273.
- Zeng, Y., Wang, L. E., & Zhong, L. (2022). Future Risk of Tourism Pressures under Climate Change: A Case Study in the Three-River-Source National Park. *Remote Sensing*, 14(15), 3758.
- Zheng, W., Qiu, H., Morrison, A. M., Wei, W., & Zhang, X. (2022). Landscape and unique fascination: A dual-case study on the antecedents of tourist pro-environmental behavioral intentions. *Land*, 11(4), 479.

Apêndices

Apêndice A: Questionário Gestão Pública de Áreas Cinegéticas

28/10/23, 18:24

Gestão Pública de Áreas Cinegéticas

Gestão Pública de Áreas Cinegéticas

Este questionário insere-se no desenvolvimento da dissertação de Mestrado em Gestão de Organizações - Ramo Público pela Associação de Politécnicos do Norte, APNOR, no qual pretendo aferir qual é o impacto e influência da Gestão Pública, no setor do Turismo Cinegético.

Procuo desta forma com este estudo, determinar o que leva os caçadores a serem influenciados pela Gestão Pública das atividades Cinegéticas; verificar se os caçadores e a respetiva atividade cinegética tem impacto nos locais onde desenvolvem esta atividade; e identificar quais os impactos gerados pela Gestão Pública quando influencia a atividade cinegética..

Desta forma, peço a sua colaboração através do preenchimento do seguinte questionário, escolha apenas uma resposta, são confidenciais e anónimas e utilizadas para fins meramente académicos.

Caso tenha qualquer questão adicional, contacte através do e-mail eduardojorgeribeiro@gmail.com

Este breve questionário demora no máximo 5 minutos a responder e vai estar disponível desde o dia 30 de setembro até ao dia 7 de outubro.

Na medida em que a sua participação no seguinte questionário é fundamental para a realização deste estudo, agradeço desde já a sua colaboração!

** Indica uma pergunta obrigatória.*

1. Género? *

Marque todas que se aplicam.

Masculino

Feminino

Outro: _____

28/10/23, 18:24

Gestão Pública de Áreas Cinegéticas

2. Idade do caçador *

Marque todas que se aplicam.

- <35 anos
 35 - 50 anos
 51 - 67 anos
 >67 anos

3. Região Cinegética onde costuma caçar? *

Marque todas que se aplicam.

- I Região
 II Região
 III Região
 IV Região
 V Região

Caçador

A pessoa que Caça

4. Anos como caçador? *

Marque todas que se aplicam.

- <6 anos
 6 - 10 anos
 11 - 20 anos
 >20 anos

5. Caça na sua área de residência? *

Marque todas que se aplicam.

- Sim
 Não

26/10/23, 18:24

Gestão Pública de Áreas Cinegéticas

6. Possui terrenos na área de caça? *

Marque todas que se aplicam.

- sim
 Não

7. Quantos dias dedica à caça por ano? *

Marque todas que se aplicam.

- <11 dias
 11 - 20 dias
 >20 dias

8. Consegue disponibilizar mais tempo para caçar? *

Marque todas que se aplicam.

- Não, tempo restrito
 Sim, sem restrição de tempo ou dinheiro

9. Custo anual da caça? *

Marque todas que se aplicam.

- <250€
 251€ - 500€
 501€ - 1000€
 >1000€

10. Importância da carne de caça: *

Marque todas que se aplicam.

- Importante
 Não importante

26/10/2019, 18:24

Caça Pública de Áreas Cinegéticas

11. Caça é importante para o seu bem estar? *

Marque todas que se aplicam.

- Sim
- Não

12. Comprometido com a caça? *

Marque todas que se aplicam.

- Pouco
- Muito

13. Caça com guias? *

Marque todas que se aplicam.

- Sim
- Não

14. A caça é importante para as áreas rurais? *

Marque todas que se aplicam.

- sim, concordo
- Não, não concordo

Turismo Cinegético

*

É o conjunto de atividades desenvolvidas e deslocações turísticas realizadas por caçadores nacionais ou estrangeiros, motivados pelo seu interesse na prática de atividades de caça da fauna selvagem*

28/10/23, 18:24

Gestão Pública de Áreas Cinegéticas

15. Turismo é uma futura fonte de emprego *

Marque todas que se aplicam.

- Sim, concordo
- Possivelmente
- Não, discordo

16. Existe ética no turismo cinegético? *

Marque todas que se aplicam.

- Semelhante aos outros tipos de turismo
- Duvidoso, nem sequer comparável com pesca turística
- Inaceitável, vender caça para ganhar dinheiro
- Não tenho opinião

17. O Turismo cinegético levará a uma pior qualidade da atividade cinegética dos locais onde é realizado *

Marque todas que se aplicam.

- Sim, concordo
- Não, discordo

18. O Turismo cinegético levará a menor abundância de vida selvagem? *

Marque todas que se aplicam.

- Sim, concordo
- Não, discordo

19. É positivo para caçadores de outros países exercerem atividade cinegética em Portugal? *

Marque todas que se aplicam.

- Sim, concordo
- Não, discordo

26/10/23, 16:24

Gestão Pública de Áreas Cinegéticas

20. É positivo para caçadores estrangeiros praticarem atividade cinegética na mesma zona de caça que tu? *

Marque todas que se aplicam.

- Sim, concordo
 Não, discordo

Valor Cinegético

21. Qual é a sua opinião pessoal sobre o aumento do apoio ao desenvolvimento do turismo cinegético, se as tradições locais de caça forem levadas em consideração? *

Marque todas que se aplicam.

- Positivo
 Incerto
 Negativo

22. Há quantos anos possui licença de caça? *

Marque todas que se aplicam.

- <6 anos
 7 - 10 anos
 11 - 20 anos?
 >20 anos

23. Na época de 2022/2023, você caçava principalmente na sua área de residência? *

Marque todas que se aplicam.

- Sim
 Não

26/10/23, 18:24

Gestão Pública de Áreas Cinegéticas

24. Em que terrenos caçava, principalmente na época 2022/2023? *

Marque todas que se aplicam.

- Terrenos ordenados
 Terrenos não ordenados

25. Quantos dias caçou na época 2022/2023 *

Marque todas que se aplicam.

- <10 dias
 11 - 20 dias
 >20 dias

26. Como considera o tempo dispendido para caçar? *

Marque todas que se aplicam.

- Eu gostaria de caçar mais, mas não consigo pagar mais ou não encontro zonas de caça para caçar
 Eu não consigo dispendir mais tempo para caçar

27. Quanto pouparia se deixasse de caçar? *

Marque todas que se aplicam.

- < 250€
 251€ - 500€
 501€ - 1000€
 >1000€

28. Qual a importância da carne que caça, para o consumo de carne em sua casa? *

Marque todas que se aplicam.

- É muito importante. É a maior parte da carne que consumimos
- É importante. Comemos quantidades iguais de carne de caça e carne comprada comercialmente
- Não é tão importante para a economia doméstica, mas perderíamos sua contribuição
- Não é importante e nós não perderíamos

29. Quanto tempo dispendeu à caça menor na época 2022/2023 *

Marque todas que se aplicam.

- 0-60%
- 61-100%

30. É a possibilidade de caçar na sua área de residência, um dos fatores mais importantes para o seu bem-estar? *

Marque todas que se aplicam.

- Sim
- Não

31. Para algumas pessoas, caçar é o mais importante da vida deles. Para os outros é um dos vários interesses. Alguns também veem isso como algo que gostam, mas não é particularmente importante. Qual é a sua opinião? *

Marque todas que se aplicam.

- Eu sentiria muita falta. Nenhum dos meus outros interesses poderiam substituir a caça
- Eu sentiria falta. Mas alguns dos meus outros interesses provavelmente poderiam substituí-lo
- Eu ficava satisfeito. Sentiria falta mas não tanto quanto tivesse que desistir de outros interesses
- Eu encontraria outra atividade. Estou convencido que gostava tanto do meu novo interesse como a caça

32. Já caçou com guia de caça em Portugal ou no estrangeiro? *

Marque todas que se aplicam.

- Sim
 Não

33. A caça é muito importante para a subsistência das pessoas que vivem nos meios rurais. *

Marque todas que se aplicam.

- Concordo plenamente
 Concordo
 Discordo
 Discordo completamente

34. Você acredita que após uma boa gestão cinegética o turismo aumentaria o número de oportunidades de emprego dentro da sua área de residência? *

Marque todas que se aplicam.

- Sim
 Possivelmente
 Não

35. Como você vê a possibilidade de ganhar a vida com o turismo cinegético? *

Marque todas que se aplicam.

- Sem problemas, isso é semelhante a qualquer forma de turismo
 Problemático, não pode nem ser comparado com outro tipo de turismo
 É inaceitável vender caçadas para ganhar dinheiro
 Eu não tenho opinião

28/10/23, 18:24

Gestão Pública de Áreas Cinegéticas

36. Um aumento no turismo cinegético iria levar a conflitos com os caçadores locais *

Marque todas que se aplicam.

- Concordo plenamente
 Concordo
 Discordo
 Discordo completamente

37. Um aumento do turismo cinegético levará a uma menor abundância de espécies cinegéticas *

Marque todas que se aplicam.

- Concordo completamente
 Concordo
 Discordo
 Discordo completamente

38. Seria positivo se recebêssemos mais turistas caçadores de outros países? *

Marque todas que se aplicam.

- Concordo completamente
 Concordo
 Discordo
 Discordo completamente

39. Eu gostaria de receber turistas caçadores de outros países na zona onde caço.

Marque todas que se aplicam.

- Concordo completamente
 Concordo
 Discordo
 Discordo completamente

26/10/23, 18:24

Gestão Pública de Áreas Crimológicas

40. Caso queira receber o resultado do estudo, escreva aqui o seu email.

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google.

Google Formulários

<https://docs.google.com/forms/d/1B2CTJTYaPu6wNDSdrkXWEL4R6dVNo3uhbS1m-Q3m0/edit>

11/12

Figura 47: Questionário
Fonte: Elaboração Própria

Anexos

Anexo A Calendário Venatório

CALENDÁRIO VENATÓRIO ÉPOCA VENATÓRIA 2023-2024

Espécies cinegéticas	Terrenos ordenados												Limite diário de abate
	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	
Frisada, pato-trombeteiro, zarro-comum e zarro-negraha					1			20					1
Marrequinha, arrabio e gladeira					1			20					10
Pato-real e galeirão			20					20					5
Galinha-d'água			20					20					5
Pombo-da-rocha (1)			20				31						25
Pombo-torcaz, pombo-bravo			20						20				50
Codorniz				1		30							10
Narceja-comum e narceja-galega						1		20					8
Tambola-dourada						1		20					5
Galinholas						1		10					3
Tordos (2), estorninho-malhado						1		20					40
Pega-rabuda, gralha-preta			20						28				(4)
Coelho-bravo, lebre (3)				1			31						(4)
Faisão, perdiz-vermelha					1			31					(4)
Raposa, saca-rabos					1				28				(4)
Javali, veado, gamo, corço, mullão	1											31	(4)
Terrenos não ordenados													
Espécies cinegéticas	Meses											Limite diário de abate	Processos

Notas:

(1) Caça apenas permitida nos municípios identificados na Portaria n.º 760/2001, de 17 de julho, corrigida pela Declaração de Retificação n.º 14-J/2001, de 22 de novembro.

(2) Tordo-zornal, tordo-comum, tordo-ruivo e tordeia.

(3) A caça à lebre a corrição e por cetraria tem início a 1 de setembro e termina a 28 de fevereiro.

(4) Limites de acordo com os planos de ordenamento e exploração cinegética (ZCA e ZCT) e planos de gestão (ZCM).

Sr. Caçador:

- Lembre-se que é proibido o uso ou detenção de cartuchos carregados com múltiplos projéteis de chumbo, nas zonas húmidas identificadas na Portaria n.º 105/2018, de 18 de abril.
- Não deixe cartuchos vazios ou lixo no campo.
- Atire só às espécies autorizadas e ao alcance de tiro.

	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai		
Pombo-da-rocha (1)					1		25						15	S-E-CE
Coelho-bravo					1	26							1	S-E-C-CE
Lebre					1	26							1	S-E-C-CE
Perdiz-vermelha					1		25						1	S-CE
Raposa					1		25						1	S-E
Saca-rabos					1		25						1	S-E
Pega-rabuda e gralha-preta					1		25						1	S-E-CE

Processos: S - salto; E - espera; C - corrição; CE - cetraria

Figura 48: Calendário Venatório 2023/2024.
Fonte: ICNF

Anexo B Edital de Caça



EDITAL

João Paulo Soares Carvalho Pereira da Fonseca, Presidente da Câmara Municipal do Município de Armamar informa que, em conformidade com a alínea a) do n.º 2 do artigo 6.º da Portaria n.º 148/2018, quando o número de inscrições não preencher o número de jornadas de caça disponibilizadas, a entidade gestora pode atribuir as jornadas de caça disponíveis aos caçadores que manifestem esse interesse nas 48 horas que antecedem a jornada de caça. Assim, no caso de existirem vagas disponíveis, todos os que não se inscreveram, podem vir adquirir, na Câmara Municipal de Armamar, autorizações de caça da seguinte forma:

Caçadores tipo A e tipo B, quartas-feiras (para caçar na quinta-feira) e sextas-feiras (para caçar no domingo), sempre no período de manhã (das 9:00 horas às 13:00 horas);

Caçadores tipo C e D, quartas-feiras (para caçar na quinta-feira) e sextas-feiras (para caçar no domingo), sempre no período da tarde (das 14:00 horas às 18:00 horas).

Para adquirir as autorizações de caça é obrigatório apresentar, no balcão de atendimento, a Carta de Caçador.

Armamar, 19 de setembro de 2022

João Paulo Fonseca

Presidente

Anexo D Análise Correlação

	Quantos dias dedica à caça por ano			Total
	<11 dias	11 - 20 dias	>20 dias	
Idade do caçador				
<35 anos	0	7	40	47
35 - 50 anos	5	24	51	80
51- 67 anos	1	9	22	32
>67	0	1	5	6
Total	6	41	118	165

Figura 51: Análise de Correlação.
Adaptado do SPSS Statistics.

Anexo E Teste χ^2 de Pearson

Chi-Square Tests			
	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)
Pearson Chi-Square	8,522 ^a	6	,202
Likelihood Ratio	10,411	6	,108
Linear-by-Linear Association	1,610	1	,204
N of Valid Cases	165		

Figura 52: Teste χ^2 de Pearson.
Adaptado do SPSS Statistics.

Anexo F ZCM I Região Cinegética

Zonas de Caça Municipais da I Região Cinegética					
Nº Processo ZCM	Nome ZCM	Localidade	Distrito	Gestão Municipal	Gestão Particular/ Associação de Caçadores
2751	Torre Moncorvo	Moncorvo	Bragança		X
3002	Sambada	Alfandega da Fé	Bragança		X
3088	Ervedosa do Douro	S. João Pasqueira	Viseu		X
3091	Entre Douro E Torto	S. João Pasqueira	Viseu		X
3142	Castro Vicente	Mogadouro	Bragança		X
3151	Babe	Babe	Bragança		X
3157	Alfandega Da Fé	Vinhais	Bragança		X
3266	Almendra	V. Nova Foz Cõa	Guarda		X
3313	Suçães	Mirandela	Bragança		X
3348	Quadrassal	Mirandela	Bragança		X
3352	Vale De Prados	M. Cavaleiros	Bragança		X
3402	Vale Pereiro	Alfandega da Fé	Bragança		X
3427	S. Pedro Veiga De Lila	Valpaços	Vila Real		X
3455	Vila Seca De Poiares	Régua	Vila Real		X
3545	Macedo Do Peso	Mogadouro	Bragança		X
3556	Paços	Mirandela	Bragança		X
3605	Tabuaço	Tabuaço	Viseu	X	
3684	St Maria Emeres	Valpaços	Vila Real		X
3790	Samil	Bragança	Bragança		X
3830	Vale Salgueiro	Mirandela	Bragança		X
3858	Vale de Porco	Mogadouro	Bragança		X
3929	Vale Frechoso	Vila Flor	Bragança		X
4001	Serra De Bornes	M. Cavaleiros	Bragança		X
4123	Calvelhe	Bragança	Bragança		X
4146	Paradinha Nova		Bragança		X
4212	Uros	Torre Moncorvo	Bragança		X
4292	Ervedosa	Vinhais	Bragança		X
4438	Agrochao	Vinhais	Bragança		X
4471	Camaçada de Ansaes	Ansaes	Bragança		X
4473	Vale Da Vilarça	Vila Flor	Bragança		X
4571	Almendra	V. Nova Foz Cõa	Guarda		X
4955	Abaças	Régua	Vila Real		X
5023	Mirandela	Mirandela	Bragança		X
5024	Armamar	Armamar	Viseu	X	
5133	Arças	M. Cavaleiros	Bragança		X
5164	Frechas	Mirandela	Bragança		X
5170	Veiga De Lila	Valpaços	Vila Real		X
5239	Salsas	Salsas	Bragança		X
5458	Vale De Gouvinhas	Mirandela	Bragança		X

Zonas de Caça Municipais da I Região Cinegética					
N.º Processo ZCM	Nome ZCM	Localidade	Distrito	Gestão Municipal	Gestão Particular/ Associação de Caçadores
5466	Vila Flor	Vila Flor	Bragança		X
5511	Argeriz	Valpaços	Vila Real		X
5567	Bagueixe	M. Cavaleiros	Bragança		X
5599	Sernancelhe	Sernancelhe	Viseu		X
5699	Assares E Lodoes	Vilaflor	Bragança		X
5931	Izeda	Izeda	Bragança		X
5940	V.Nova da Foz Côa	V. Nova Foz Côa	Viseu		X
5976	Seculfe	M. Cavaleiros	Bragança		X
6124	Aljô	Aljô	Vila Real	X	
6162	Candedo	Murça	Vila Real		X
6284	Noura	Murça	Vila Real		X
6339	SABOR OUTEIRO	Bragança	Bragança		X
6395	Mós	T. Moncorvo	Bragança		X
6503	Regato Do Cabreiro	Valpaços	Vila Real		X
6513	Sonim e Filões	Valpaços	Vila Real		X
6528	Gobelim E Soeira	Alandega da Fé	Bragança		X
6609	Rolos	Vila Flor	Bragança		X
6810	Macedo Do Mato	Bragança	Bragança		X
6837	Parada	Bragança	Bragança		X
6892	Serapicos	Bragança	Bragança		X
7157	Beira Tua	Mirandela	Bragança		X
7341	Donai	Donai	Bragança		X
7543	Castro Vicente	Mogadouro	Bragança		X
7553	Falide	Falide	Bragança		X
7621	Socalzos Do Oure	Aljô	Vila Real		X

Figura 53: ZCM I Região Cinegética
Fonte: ICNF